

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FELISMINA JOÃO BAPTISTA VANTITIA

**EDUCAÇÃO DA MULHER DA ZONA RURAL EM MOÇAMBIQUE NA REVISTA
TEMPO/MZ (1990 A 1999)**

PONTA GROSSA

2025

FELISMINA JOÃO BAPTISTA VANTITIA

**EDUCAÇÃO DA MULHER DA ZONA RURAL EM MOÇAMBIQUE NA REVISTA
TEMPO/MZ (1990 A 1999)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade
Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de
pesquisa História e Políticas Educacionais como
parte do requisito para obtenção do título Doutor (a)
em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Moura
Nascimento.

PONTA GROSSA

2025

Vantitia, Felismina João Baptista.
Educação da mulher da zona rural em Moçambique na Revista Tempo/MZ
(1990-a 1999) / Felismina João Baptista Vantitia. Ponta Grossa, 2025.

134 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Isabel Moura Nascimento.

1. Educação - Moçambique. 2. Educação - mulher. 3. Revista Tempo. 4. Mulher -
zona rural.. I. Nascimento, Maria Isabel Moura. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.7



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

FELISMINA JOÃO BAPTISTA VANTITIA

"EDUCAÇÃO DA MULHER DA ZONA RURAL EM MOÇAMBIQUE NA REVISTA TEMPO/MZ
(1990 A 1999)"

Ponta Grossa, 20 de novembro de 2025

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação,
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca
examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Isabel Moura Nascimento - UEPG (Presidente)

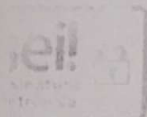
Prof. Dr. Adelino Inácio Assane - UniRovuma/MZ

Prof. Dr. Arlindo Cornélio Ntunduatha Juliasse - UniRovuma/MZ

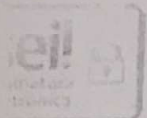
Prof.^a Dra. Claudia Maria Petchak - UNESPAR

Prof.^a Dra. Vera Lucia Martiniak - UEPG

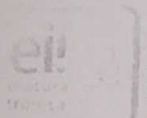
Prof.^a Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **Carina Alves da Silva Darcoletto, Professor(a)**, em 20/11/2025, às 21:29, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lucia Martiniak, Professor(a)**, em 21/11/2025, às 14:50, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Maria Petchak, Usuário Externo**, em 25/11/2025, às 15:04, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Isabel Moura Nascimento, Professor(a)**, em 30/11/2025, às 20:46, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **2891183** e o código CRC **279D6F02**.

Aos meus filhos (Rosmina, Josefe, Oristela, Ariadne e Christopher) e ao meu esposo José Daniel Nihaleque, que souberam compreender as razões da minha ausência!

Ao meu pai João Baptista Vantitia (em memória), à minha mãe Joaquina Jone, pelas lições, conselhos e exemplo de vida!

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento muito especial à minha Orientadora, Prof^a Doutora Maria Isabel Moura Nascimento, que com muita dedicação, sabedoria e competência profissional me apoiou com suas valiosas contribuições para que este trabalho de pesquisa fosse uma realidade. Minha orientadora foi uma mãe para mim, que me deu todo apoio (acadêmico, material, moral) em vários momentos (bons e difíceis) nesta minha caminhada. Muito obrigada Profa!

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação deste trabalho, por sua dedicação e seriedade, os quais contribuíram com a leitura atenta, sugestões para a sua melhoria. Meus sinceros agradecimentos ao Dr. Adelino Inácio Assane (UniRovuma), Dr. Arlindo Cornélio Ntunduatha Juliase (UniRovuma), à Dra. Claudia Maria Petchak Zanolrenzi (UNESPAR), Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto (UEPG), Dra. Vera Lucia Martiniak (UEPG), Dra. Maria Cristina Gomes Machado (UEM), e ao Dr. Jefferson Mainardes (UEPG).

Meu muito obrigado ao Prof.^o Doutor Mário Jorge Caetano Brito dos Santos – Reitor da Universidade Rovuma - Moçambique, pela oportunidade que me concedeu a autorização para continuar com os estudos. Obrigada!

Aos meus queridos filhos e esposo que manifestaram a sua incansável solidariedade espiritual, moral e material sempre que precisei pelo sacrifício que os fiz passar, para que esta etapa se tornasse em realidade, acima de tudo, pelo companheirismo e ânimo, vai o meu especial agradecimento.

A minha gratidão vai para o grupo Histedbr- campos gerais, que com ternura e carinho me mostrou as trilhas de vida acadêmica e as de Ponta Grossa.

Meu obrigado vai para o GCUB/ProAfri, a coordenação e secretária do PPGE da UEPG, a todo pessoal da biblioteca, NTI, relações internacionais, Prograd, ASI (Tai chi) e secretaria da Pós-graduação da UEPG, pela recepção carinhosa, e sempre em prontidão para satisfazer as minhas frequentes preocupações ao longo do curso. Imensa Gratidão pelo vosso amparo.

Agradeço as Professoras Gisele Masson, Simone Regina Manosso Cartaxo, Marilúcia Antônia de Resende Peroza e aos meus Professores do curso de Doutorado pela partilha de

vários conhecimentos e experiência durante o período de aulas, que enriqueceram bastante a minha experiência acadêmica e social. Obrigada meus professores, convosco aprendi muito!

Os meus agradecimentos vão para Prof. Nelito, Prof. Maria Isabel, Lenita, Gabi, Thiago, Ana Maria, Eduardo, Isabella, João Paulo, Cida, Róbson, pela paciência e amor incondicional que me deram. O vosso calor foi um dos marcos determinantes na minha vida acadêmica e social. Estou imensa e infinitamente grata pelo carinho e familiaridade. Bênçãos para vós!

A minha gratidão vai para os meus amigos da casa das fraldas, que com muita sabedoria, carinho e amizade, me acolheram e me deram apoio incondicional para que nada atrapalhasse esta etapa formativa, e que me sentisse em casa. Estou imensamente grata.

A minha gratidão vai para as queridas amigas, Isa, Érica, Mari, Suellen, que com muita sabedoria, carinho e amizade, me escutaram, aconselharam e me deram apoio incondicional para que não me apegasse das saudades da minha família de sangue. Convosco aprendi que a caminhada acadêmica se constrói a partir das relações interpessoais. Os debates, desesperos, risadas, sugestões, fortificaram a minha caminhada. Bênçãos para vocês!

A minha gratidão vai para as colegas da turma, que de forma sábia igualmente partilharam as suas reflexões em vários assuntos debatidos nas disciplinas que juntas pegamos durante a formação e que contribuíram grandemente para a minha aprendizagem. Obrigada minhas colegas!

Um especial agradecimento vai aos professores: Arlindo Cornélio Juliasse, Adelinno Inácio Assane, Ancha Quimuenhe, Geraldo Hodela Jamisse, Roberto Chaua, Ângela Chifundo Mtambo, Gil Pedro Licanegue, Eni Luidimila Leite Buma, António Ferreira Joaquim, Profas. Renata e família, Eliza e família, Nilvan, Rosiane da Silva e família, Ione Jovino, Carla Michele Ramos Torres, Lucimara, Maria Domenica e família, Joana D'arc, pela paciência, compreensão e acima de tudo encorajamento e amizade prestada nos diferentes momentos da minha formação acadêmica.

Meu agradecimento vai para Irmã Maria Madalena Couto, a profa. Maria Luzia F. B Santos e família, Maria José, Rosa Silva, Bette, Ruth Ferreira, Ricardo, Esi, Michele, Samuel, Eunice, Andreia, Cleunice, Maria Ângela, Ivanilda, Avo Inez, Márcia, Gracymilde, Amanda, Raquel, Marta, Marie Luzia, Elizabeth (criative), Laiza, Rosemare Camargo e família, Analice, Sônia, Zeza, Isabel (NTI), Angelina Mhalo, Virginia Maria da Silva, Wanda, Roseni,

os Srs Francisco (Chico), Walter Yadomi, Bruno, Alex, Glaico Antônio Gobbo, Max, Fernando, Mauricio, Clara Do Prado, Luciana Morreto, Suzana (Angola) Ana Cecilia Canalles (Perú), Sr. Paulo, Sr Atanásio Augusto Tembe, Sr. Gildo Gemusse, António Damião, Amone, Gilberto, pessoas incríveis, que sem condicionalismo me estenderam a mão em momentos oportunos. A todas elas vai a minha imensa gratidão!

Um agradecimento vai também para aqueles que lutaram para que esta pesquisa não se concretizasse, pois com eles aprendi a ser resiliente e persistente.

A todos os que directa ou indirectamente muito fizeram para que a minha formação se tornasse uma realidade, muito obrigada.

A todos, vão os meus agradecimentos!

RESUMO

A tese de doutorado apresentada, que tem como tema “Educação da Mulher da Zona Rural em Moçambique”, presente na “Revista Tempo” de Moçambique, é um dos meios pelos quais podemos compreender a relação entre educação e luta de classes, bem como entre os interesses da classe dominante e da classe dominada. A presente proposta objetiva analisar como os articulistas da “Revista Tempo” retratavam o acesso à educação e a imagem da mulher da zona rural no norte de Moçambique. Destacam-se os conteúdos difundidos pela “Revista Tempo” no período de 1990 a 1999, que apontam os desafios que a mulher da zona rural enfrentou, visto que o acesso à educação era desigual entre homens e mulheres. A mulher da zona rural no norte de Moçambique não foi apenas subjugada à opressão quanto ao acesso ao processo de educação formal, mas também lutou pela sua integração na vida econômica, social, política e educacional, situações marcadas por contradições e consensos. É recorrente verificar que, no contexto de trabalho, o modo pelo qual se faz a divisão de tarefas permite compreender a estrutura de desigualdades existente na sociedade e a constante luta de classes. As competências e as capacidades atribuídas a homens e mulheres baseiam-se em um modelo estereotipado de organização social, que tende a colocar a mulher em posições subalternizadas. Desta forma, levantamos a seguinte questão: como os articulistas da “Revista Tempo” retratavam o processo educacional e a imagem da mulher da zona rural no norte de Moçambique no período pós-independência? O aporte teórico que embasa o estudo é o materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, que, por meio da categoria de contradição, permite compreender as consequências que o liberalismo gerou no país e que afetaram o acesso ao processo educacional e a construção da imagem da mulher da zona norte de Moçambique. A pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, analisa a “Revista Tempo” enquanto fonte primária, e, estruturalmente, o trabalho tem três (3) capítulos. O primeiro aborda sobre a Imprensa na construção da identidade da mulher da zona rural no norte de Moçambique o segundo fala da Imprensa na História de Educação em Moçambique o terceiro e último capítulo, trata sobre a Imagem da Mulher da zona rural na “Revista Tempo”. Defende-se a tese de que entre 1990-1999 a “Revista Tempo” foi um “espelho” das contradições e esperanças de uma sociedade em transformação. Ao abordar a educação e a construção da imagem da mulher, a revista contribuiu para o debate público, mas também revelou os limites impostos pelas estruturas patriarcais e pelas desigualdades persistentes. Por isso, foi utilizada como instrumento de disseminação do papel da mulher dentro dos moldes capitalistas dos países desenvolvidos.

Palavras-Chave: Educação em Moçambique. Educação da Mulher. Revista Tempo. Mulher da zona rural.

ABSTRACT

The presented doctoral thesis, which focuses on “Education of Rural Women in Mozambique,” featured in “Revista Tempo” de Moçambique, is one of the means through which we can understand the relationship between education and class struggle, as well as between the interests of the dominant class and the subordinate class. This proposal aims to analyze how the contributors of “Revista Tempo” portrayed access to education and the image of rural women in northern Mozambique. The content published by Revista Tempo between 1990 and 1999 is highlighted, as it points to the challenges faced by rural women, given that access to education was unequal between men and women. Rural women in northern Mozambique were not only subjected to oppression regarding access to formal education, but also struggled for their integration into economic, social, political, and educational life contexts marked by contradictions and consensus. It is recurrent to observe that, in the work context, the way tasks are divided allows us to understand the structure of inequalities existing in society and the ongoing class struggle. The skills and capacities attributed to men and women are based on a stereotyped model of social organization, which tends to place women in subordinate positions. Thus, the following question is raised: how did the contributors of “Revista Tempo” portray the educational process and the image of rural women in northern Mozambique in the post-independence period? The theoretical framework underpinning this study is the historical-dialectical materialism of Marx and Engels, which, through the category of contradiction, enables an understanding of the consequences that liberalism generated in the country and that affected access to education and the construction of the image of women in northern Mozambique. This research is bibliographic and documentary in nature, analyzing “Revista Tempo” as a primary source, and is structurally organized into three (3) chapters. The first addresses the role of the press in constructing the identity of rural women in northern Mozambique; the second discusses the press in the history of education in Mozambique; and the third and final chapter examines the image of rural women in “Revista Tempo”. The thesis argues that between 1990 and 1999, “Revista Tempo” functioned as a “mirror” of the contradictions and hopes of a society in transformation. By addressing education and the construction of women’s image, the magazine contributed to public debate, but also revealed the limits imposed by patriarchal structures and persistent inequalities. Therefore, it was used as an instrument for disseminating the role of women within the capitalist frameworks of developed countries.

Keywords: Education in Mozambique. Women's Education. Tempo Magazine. And Rural Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mulher da zona rural, no trabalho agrícola.....	31
Figura 2 -	Imagens da “Revista Tempo”, fonte primária da Pesquisa.....	39
Figura 3 -	A mulher da zona rural de Moçambique.....	47
Figura 4 -	Participação das Mulheres em Comícios Públicos.....	49
Figura 5 -	Vida na zona rural - mulheres e adolescentes catando água para o seu consumo nas suas casas.....	56
Figura 6 -	Vida na zona rural - mulheres e adolescentes catando água para o seu consumo nas suas casas.....	56
Figura 7 -	Mulheres em uma sala de alfabetização e educação de adultos.....	69
Figura 8 -	Mulher em um centro de alfabetização e educação de adultos.....	73
Figura 9 -	A Mulher Moçambicana na Revista Tempo.....	89
Figura 10 -	Mulher da zona rural, moeda para se falar de gênero.....	97
Quadro 1 -	Estado de conhecimento.....	24
Quadro 2 -	Editores Chefes da “Revista Tempo” (1970 – 2008).....	41
Quadro 3 -	Impressos Seleccionados (1990-1999).....	132

LISTA DE SIGLAS

- AIM - Agência de informação de Moçambique
- Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural
- BM - Banco Mundial
- CEDAW - Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher / United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women
- EP1 - Ensino Primário (1º ciclo - presumível)
- FIDH - Federação Internacional de Direitos Humanos
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique (movimento de libertação nacional - maiúsculas)
- Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique (partido político - minúsculas)
- INE - Instituto Nacional de Estatística
- LDH - Liga dos Direitos Humanos
- MANU - Mozambique African National Union
- MBEU - Associação para Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sócio-Cultural da Mulher (mencionada no Cap. III)
- MEC - Ministério da Educação e Cultura (Mencionado como fonte no Cap. III)
- MINEDH - Ministério de educação e Desenvolvimento Humano
- MULEIDE - Mulher, Lei e Desenvolvimento
- OMM - Organização da Mulher Moçambicana
- OMM - Organização das Mulheres Moçambicanas
- ONU - Organização das Nações Unidas
- ONU News - (Mencionado como fonte de informação da ONU)
- PARP - Plano de Ação para a Redução da Pobreza
- PARPA II - Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (2006 - 2009)

PEE - Plano Estratégico de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRE - Programa de Reajustamento Econômico

PRES - Programa de Reabilitação Econômica e Social

PROGRESO - (Organização de caráter comunitário - mencionada no Cap. III)

Renamo - Resistência Nacional Moçambicana (mencionada como oponente no Acordo de cessar fogo)

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SNE - Sistema Nacional de Educação

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UEM – Universidade Eduardo Mondlane (mencionada na formação de Mia Couto)

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ex-União Soviética)

WLSA - Women and Law in Southern Africa / As Mulheres a Lei na África Austral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 A “REVISTA TEMPO” NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER DA ZONA RURAL NO NORTE DE MOÇAMBIQUE.....	31
2.1 MULHER: ENTRE LUTAS E SOBREVIVÊNCIAS NA ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE.....	45
2.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER DA ZONA RURAL DE MOÇAMBIQUE.....	50
2.3 A MULHER E A LUTA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	57
3. A “REVISTA TEMPO” NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	63
3.1 A EDUCAÇÃO DA MULHER NAS ZONAS LIBERTADA.....	69
3.2 A EDUCAÇÃO DA MULHER NO PÓS-INDEPENDÊNCIA	72
3.3 ENTRE LINHAS E LUTAS: A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE.....	81
4 A IMAGEM DA MULHER DA ZONA RURAL NA “REVISTA TEMPO”: ENTRE EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	88
4.1. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER MOÇAMBICANA NA “REVISTA TEMPO”	90
4.2 EDUCAÇÃO DA MULHER DA ZONA RURAL, NA “REVISTA TEMPO”.....	98
4.3 A MULHER MOÇAMBICANA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXO A – QUADRO 3 -IMPRESSOS SELECIONADOS (1990-1999).....	132
ANEXO B - CAPAS DE REVISTAS.....	134

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de doutorado tem por tema educação da mulher¹ da zona rural² no norte de Moçambique, tem como finalidade de investigar a imagem e o ideal educacional da mulher, presentes nas publicações da “Revista Tempo” de Moçambique. Este periódico foi criado na década de 70, do século XX, por pessoas consideradas como os grandes articulistas³ que estavam ligados à esquerda política, que defendiam uma imprensa autônoma de Portugal⁴, pois, naquele período, Moçambique era colônia portuguesa⁵.

A imprensa que existia era submissa, pois sofria forte censura imposta pelo governo colonial, que visava restringir as liberdades e eliminar qualquer forma de oposição. Com isso, muitos conflitos marcavam a organização da revista, e esse acirramento se intensificou quando se tratou de aderir à política independentista da Frelimo⁶ e mesmo “[...] quando a coordenação já tinha sido ocupada em sua maioria por aqueles que eram a favor da independência e do novo governo, não faltaram divergências e conflitos com a política de informação estabelecida pela Frelimo” (Santana, 2009, p.71).

A “Revista Tempo” constitui um campo imenso de possibilidades na compreensão da vida (social, política, econômica, etc.) de Moçambique como país, e de discursos que versam

¹ Mulher - no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, a palavra mulher é referente à pessoa do sexo feminino depois da puberdade, pessoa adulta do sexo feminino. No entanto, neste trabalho há vezes que substituímos o termo mulher por menina, rapariga e gênero, para adequar às questões linguísticas do contexto moçambicano.

² Rural - Do dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a palavra rural, é relativo ou pertencente ao campo ou à vida agrícola. Portanto, neste trabalho o termo rural, está ligado à mulheres que têm a sua vida radicada no campo, que têm como atividades básicas a agricultura, pecuária, mineração (extrativismo). Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025.

³ Articulistas - são intelectuais, editores-chefes, que se colocavam como referenciais no Estado (Nascimento, 2020, p. 14).

⁴ A situação de Portugal na ONU piorou excepcionalmente em 1973, porque, a XXVIII Assembleia-Geral não somente reconheceu a Independência da Guiné-Bissau como também aprovou projeto de Resolução contra a "ocupação ilegal pelas forças militares portuguesas de certos setores da Guiné-Bissau e atos de agressão por elas cometidos contra o Povo da República", e, ainda, negou credenciais aos representantes de Portugal para falarem na ONU, em nome de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, "considerando que eles representam Portugal como existe dentro de suas fronteiras europeias, e não os territórios sob dominação portuguesa", nem muito menos Guiné-Bissau, "que é um Estado Independente". O argumento dos governantes portugueses, segundo o qual os territórios são províncias ultramarinas, que integram a Metrópole, não convenceu e foi recusado in limine, como ficção inaceitável (Mello, 1974, p. 33)

⁵ Somente em “1965, a Assembleia-Geral, ao mesmo tempo que reconhece a legitimidade dos Movimentos Africanos de Libertação de Angola, Moçambique e Guiné, dirige apelo às instituições especializadas das Nações Unidas, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, a fim de que se abstenham de conceder a Portugal ajuda financeira, económica, e técnica, enquanto ele não aceite a Declaração de Outorga de Independência. E mais: recomenda aos Estados-Membros que contra ele estabeleçam boicote diplomático e comercial e que não consintam que lhe sejam vendidas armas ou fornecido equipamento militar” (Mello, 1974, p. 11)

⁶ FRELIMO/Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) – Em maiúsculas, significa o movimento de libertação nacional e, em minúsculas, indica o partido político criado em 1977. A FRELIMO, foi um movimento nacionalista moçambicano, criado em Dar-Es-Salaam, capital da Tanzânia em 1962, quando três organizações nacionalistas de base regional - a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO – fundada no Zimbábwe), a Mozambique African National Union (MANU, nascida no Quênia), e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI – fundada no Malawi) - fundiram-se em um movimento guerrilheiro de base ampla sob os auspícios do nacionalista tanzaniano Julius Nyerere, e Sob a presidência do antropólogo Eduardo Chivambo Mondlane, falecido durante a guerra em 1969. A FRELIMO iniciou com a luta armada para a independência de Moçambique em 25 de setembro de 1964 e, em 25 de junho de 1975, proclamou a independência nacional. (Mazula, 1985, p.103)

sobre as mulheres no período. Se, de um lado, emerge em suas páginas uma imagem otimizada da mulher revolucionária, do outro, aparecem imagens das mulheres em seu cotidiano, manifestando resistências a esse discurso político, se apropriando da alocução sobre a mulher e intervindo na sua formulação e sua influência na Educação da Mulher da zona Rural em Moçambique, uma vez que, a “Revista Tempo” traz alocuções a favor à vida da mulher da zona rural, ao referir que “o treinamento sobre questões de género estava a ser direccionado a pessoas privilegiadas contrariamente às mulheres do campo, as mais necessitadas para melhorarem as suas condições de vida” (Revista Tempo, 6/09/98, p. 38).

Ao pretender estudar a situação educacional da mulher da zona rural no norte de Moçambique, no discurso da “Revista Tempo”, procuramos aprofundar também o debate em História da Educação da mulher no país. Inicialmente, abordamos os conteúdos ligados à educação dentro da imprensa, especificamente na “Revista Tempo” de Moçambique, com intuito de analisar no discurso como era retratada a imagem e a educação da mulher no periódico em questão, e na educação da mulher da zona rural de forma específica no país.

Em 25 de junho de 1975, os moçambicanos assumiram a presidência do país sob um regime de partido único, que defendia, como proposta de governo, a construção de uma nova sociedade. Essa proposta incluía a introdução de medidas políticas voltadas à superação das diversas formas de opressão e desigualdade social existentes, bem como à mudança de comportamentos e à adoção de novos valores e papéis sociais pela população em geral. No que se refere às mulheres, essa proposta teve um impacto bastante particular.

Segundo as definições do partido no poder, Frelimo, que constituiu o Estado moçambicano, a mulher deveria servir de elo entre o Estado e o povo, no que dizia respeito à educação, à organização e à mobilização popular com a finalidade de contribuir para a formação de uma consciência política que conduzisse as pessoas a mudarem seus comportamentos. Para atingir os objetivos propostos, a informação carecia de ter um espaço de expressão popular, que levasse em consideração os problemas do cotidiano e as vozes do povo. Partindo desse princípio, a Frelimo confiou, aos meios de comunicação, o compromisso de se divulgar e apoiar a emancipação⁷ da mulher (Santana, 2006; Machel⁸, 1979).

⁷ Tomamos aqui o conceito de emancipação sob a orientação de Marx, que refere que, “A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (Marx, 1843, p. 30).

⁸ Machel - Samora Moisés Machel: foi o primeiro presidente da República Popular de Moçambique. Morreu no acidente de Mbuzini, em 19 de outubro de 1986.

A proposta de estudo se justifica pela necessidade de ampliar os espaços de discussão sobre a educação da mulher da zona rural de Moçambique no contexto moçambicano, através da imprensa, na história educação. A realidade moçambicana, sobre os desafios que a mulher enfrenta, já vem sendo debatida em diferentes âmbitos (sociais e políticos), quer pelas decisões governamentais internas, quer pelas influências externas, sob o ponto de vista das políticas e de agendas globais que versam em favor dos direitos humanos e os da mulher no mundo.

É, nesse contexto, de 1993, que Moçambique adotou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher/*United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women* (CEDAW), mediante à resolução nº 4/93 da Assembleia da República, de 2 junho. Além disso, nos documentos da Declaração da Quarta Conferência Mundial das Mulheres, que decorreu em Pequim (Beijing) em setembro de 1995, foram apontados diversos objetivos fundamentais, tais como: "[...] garantir a igualdade de acesso das mulheres à educação, eliminar o analfabetismo feminino, melhorar o acesso das mulheres à formação profissional, ao ensino tecnológico e à educação permanente" (Delors, 2012, p. 158), numa expectativa de que as mulheres pudessem se integrar aos níveis de estatuto social e ter acesso aos recursos necessários para firmar a sua existência como ser participante na vida da sociedade.

No entanto, ainda é notória a opressão a que a mulher é submetida no seu cotidiano, Segundo as Nações Unidas (ONU News, 2021), o índice de pobreza de Moçambique retrata desigualdades entre grupos étnicos, principalmente entre mulheres, resultando em metade desta população a passar por dificuldades, que aliado a tal pobreza, a mulher se submete à posições subalternizadas em relação aos homens nas relações sociais; alto índice de analfabetismo das mulheres⁹, sobretudo nas zonas rurais no norte de Moçambique; precária qualidade de vida; a falta de acesso de terras para o cultivo; entre outras formas de opressão.

Consideramos que o recorte de 1990 a 1999, é a forma ideal para compreender os contornos que o objeto de estudo teve, e, engloba o tratamento do tempo histórico que o país viveu. De fato, de 1990 a 1999, foi o período de criação e efervescência da segunda¹⁰ República de Moçambique.

Houve a implementação do multipartidarismo no país, através da constituição de 1990,

⁹ Conforme os dados do Instituto Nacional de estatística de Censo de 2017, a taxa de analfabetismo em Moçambique, por sexo, segundo a área de residência e, por sexo, nas zonas rurais é de 62,4% para as mulheres, e, 36,7 para os homens.

¹⁰ Denominamos por segunda República, porque com a aprovação da Constituição em 1990, Moçambique deixa de ser República popular, ligada aos ideais Socialistas, mas sim passa a ser da República de Moçambique, sob ideologias capitalistas.

que definiu a liberdade política, criação de associações, a manifestação religiosa, apesar de ser dirigida pelo partido único; a 04 de Outubro de 1992 em Roma, foi assinado o acordo de cessar fogo entre a Frelimo e a Renamo, marcando o fim da guerra civil em Moçambique, o que culminou com a implementação da paz (depois da guerra dos 16 anos), a apresentação dos partidos e/movimentos políticos, o recenseamento eleitoral e a realização das primeiras eleições multipartidárias que aconteceram em 1994; e, em 1999, foi o ano das segundas eleições multipartidárias.

Os acontecimentos históricos acima referidos são eles, partes integrantes da explicação do objeto pesquisado, para que possamos responder ao objetivo proposto da investigação e que, na relação entre ambos, o resultado será o conhecimento que “[...] é o resultado da relação entre um sujeito que se empenha em conhecer e o objeto de sua preocupação” (Cardoso, 1976, p. 63).

O período histórico é pesquisado com o objetivo de analisar a influência do liberalismo¹¹ na educação da mulher da zona rural no norte de Moçambique, junto ao grupo que articulou a “Revista Tempo” de Moçambique, por meio das vinculações expressas em sua produção, suas relações com o poder político da época e a atuação no país. Com efeito, na produção social “[...] da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas materiais” (Marx, 1978, p.31).

O trabalho, aqui realizado, com a “Revista Tempo” de Moçambique como fonte permitiu ampliar o material documental a ser usado em pesquisas na área de História da Educação, em Moçambique, pois temos ciência de que essa diversificação de opções em fontes de pesquisa propicia encontrar aspectos que permitam desvendar contradições, consensos e lacunas. As razões que justificam essa escolha são justamente o fato de tomarmos a “Revista Tempo” de Moçambique como espaço investido de potencial

¹¹ Liberalismo - Do Dicionário Online de Português, Liberalismo - é a doutrina dos partidários da livre-empresa, que se opõe ao socialismo e ao dirigismo; mais particularmente, e a teoria segundo a qual o Estado não deve intervir nas relações econômicas que existem entre indivíduos, classes ou nações. Ainda, segundo Santana (1997), o Liberalismo é considerado como expressão necessária do capitalismo. Apesar da diversificação do liberalismo em seu processo histórico, certos princípios, no entanto, têm sido mantidos, permitindo-lhe a adequada recomposição e manutenção. Dentre estes princípios, o individualismo, a propriedade privada e o Estado (enquanto instituição de interesse privado, transvestida de bem público), permeados pelo interesse do capital permitem não apenas compreender melhor o liberalismo\ enquanto expressão necessária do capitalismo, como também perceber a privatização enquanto uma estratégia de recomposição da continuidade do sistema capitalista. Continuidade esta, por vezes, ameaçada pelas relações externas (como o socialismo real, por exemplo) e pelas condições contraditórias inerentes ao próprio sistema que favoreceram o surgimento de propostas heterodoxas no âmbito do próprio capitalismo. (Santana, 1997, p.2).

historiográfico, capaz de ajudar a responder o problema histórico que se coloca, ainda que possa haver diferentes visões sobre um determinado fato (Zimbico, 2016, Ivashita, 2014).

Desde a sua criação, a política editorial acompanhou os diferentes períodos sociopolíticos que Moçambique foi experimentando, resultando daí as mudanças na ideologia pela qual a empresa jornalística foi abordando as questões educacionais. Dessa forma, esta pesquisa será desenvolvida, baseada na “Revista Tempo” enquanto material impresso e fonte de informação segundo a realidade do país em suas diversificadas épocas e áreas.

Alguns pesquisadores, no contexto de produções acadêmicas como: Bastos (2002); Carvalho, Araújo e Gonçalves Neto (2002); Catani e Bastos (1997); Zamparoni (1988); Santana (2006); Luca (2008); Nascimento e Zanolrenzi (2020); Periotto (2013); Vidal e Faria Filho (2003); Zanolrenzi (2014), Zimbico (2016) Nascimento, Zanolrenzi e Leal (2023); entre outros – usam o material impresso de revistas ou jornais, como fonte de pesquisa, dado que, na sociedade moçambicana, é uma realidade pouco assumida, mas que pode ser considerada relevante no interior das pesquisas “[...] enquanto material impresso e fonte de pesquisa sobre a história da educação em Moçambique” (Zimbico, 2019, p. 54).

A imprensa traz informações sobre as características próprias de cada época, acarreta aproximações em relação aos acontecimentos, com “[...] caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico [...] da educação e da pedagogia” (Nóvoa, 1997, p. 31). Nestes moldes, encara-se que a educação e a imprensa são utilizadas como uma forma de comunicação, na transmissão de informações de acordo com a especificidade do itinerário do momento, com “[...] o objetivo de disseminação do ideal liberal, esses dois instrumentos, a educação e imprensa, auxiliaram na efetivação deste processo” (Zanolrenzi, 2014, p. 13).

Depois da independência que aconteceu a 25 de junho de 1975, o governo de Moçambique escolheu a área da educação como um meio possível para o desenvolvimento do país. Assim, privilegiou-se a criação de uma nova sociedade através do “Homem Novo”, com a capacidade e mentalidade livre e apropriada a ser independente de todas as formas de opressão e dependência, de organizar uma nova nação com o sistema do Estado novo de Moçambique, procurando se igualar às nações modernas ocidentais e podendo desenvolver a economia com base na estrutura agrária apoiada em um conjunto de estruturas locais e internacionais partindo de bases da sociedade local, considerando as suas singularidades e os aspectos particulares de cada sociedade (Machel, 1983).

Outra área que merece menção, sobre o trato político governamental da recém-formada nação moçambicana para o alcance do progresso, é a da emancipação da mulher. No

entanto, há necessidade de se refletir levando-se em consideração ao contributo político que ele teve, pois, apesar do discurso de emancipação da mulher da Frelimo ser hegemônico, de homens para as mulheres e de caráter socialista, cuja discussão ainda não tinha sido apropriada pela maioria do povo moçambicano, também era um resultado das intervenções das mulheres desde o período da luta armada. (Santana, 2006).

Desta feita, ao observarmos o estilo de vida, mesmo atualmente, pode-se notar que, a interação destas mulheres com o discurso oficial, incluindo suas ações de legitimação, era ou ainda o é de indiferença e negação quando esse discurso não concorria, ou não concorre, para afirmar sua existência social e educacional, se atendermos pelo alto índice de analfabetismo e de pobreza e opressão da mulher, que ainda hoje se registra no país.

A ideologia sobre a mulher emancipada trata-se de uma noção que foi se construindo dentro da Frelimo sobre o binômio mulher e Revolução, visto que, as literaturas que versam sobre a história de libertação de Moçambique, retratam as intervenções das mulheres no decorrer da luta armada (Machel¹², 1979 e 1983). Essas intervenções de mulheres eram vislumbradas sob os princípios teóricos do socialismo¹³ em geral, como elementos essenciais de sua formulação, porém as condições materiais pouco se materializaram, devido à “diferenças e semelhanças entre as palavras de Mondlane e as de Samora, a propósito da emancipação da mulher e via a distância entre os propósitos do movimento de libertação e a prática do dia-a-dia” (Casimiro, 2001, p.1), ou seja, as contrariedades entre a teoria e prática sobre a emancipação da mulher em Moçambique.

Neste ponto é que fica a inquietação: se a mulher estava ciente da missão que assumia, ou estava academicamente e socialmente preparada para a emancipação a que os dirigentes do

¹² Nestas obras, encontramos elementos basilares sobre a ideologia política a que o governo se servia e usava para orientar as massas populares em relação a construção do homem novo e da nação, em especial, no que no dizia respeito à mulher moçambicana e que são úteis para a pesquisa.

¹³ Durozoi e Roussel (1993, p. 440) definem o socialismo como sendo uma Concepção política e econômica que animada por um ideal de justiça e de fraternidade, tende a subordinar o indivíduo à sociedade, que, submetida a uma organização funcional, atribuir-se-á como o triunfo do bem geral sobre o interesse individual. O socialismo opõe-se ao mesmo tempo ao individualismo e ao liberalismo econômico (capitalismo) por sua recusa da propriedade privada dos meios de produção e da livre concorrência, enquanto a socialização visa a comunicação dos meios de produção e a distribuição igualitária dos meios de produção. (grifo do autor). Desta feita, para Moçambique, a FRELIMO, na preparação do III Congresso, publicou um conjunto de teses que sintetizavam o princípio da sua opção pela transformação em partido marxista-leninista, o seu caráter de classe e a sua constituição em Partido de Vanguarda da aliança operária-camponesa e o seu papel dirigente do Estado e da sociedade. Essas teses foram amplamente estudadas nos diversos sectores da sociedade e adoptadas no III Congresso, em Fevereiro de 1977. Coerente com a concepção leninista, o Partido foi concebido como o agente central da direcção do Estado, da organização, da educação das massas trabalhadoras e da democratização da sociedade (Gómez, 1999, p. 271; Namuholopa, 2016, p. 7). Logo, Moçambique tentou adoptar o socialismo na sua primeira República (1975-1990) por achar ser a forma mais justa de administrar a sociedade.

estado apregoavam? Não que se queira pôr em questão a emancipação da mulher, mas, sim, perceber se as envolvidas estavam convictas das ideias de liberdade de que o mundo gozava e que a “Revista Tempo” debatia, e que refletia o processo educativo moçambicano e a educação da mulher da zona rural no norte de Moçambique.

Ora, o que nos preocupa é porque o governo do dia tinha um discurso próprio, sobre a “emancipação” da mulher, mas que, em muitas regiões do país, a maioria das mulheres eram defensoras de ideias e ritos culturais de seus ancestrais, práticas essas, que o governo considerava obscurantistas ainda mais pelo fato de que as mulheres, na sua maioria, eram (mesmo agora são) iletradas, sendo que, muitos leitores e correspondentes da revista eram homens o que, de certa forma, pode-se entender que eram eles que escreviam algo sobre as mulheres através das cartas dos leitores. De referir que, a “Revista Tempo” era um órgão oficial do Estado, assim sendo, fica a dúvida se ela conseguiu passar informações úteis, referentes à educação das mulheres e da sua emancipação com ideário liberal.

Perante as situações acima descritas, visto que a educação da mulher na zona rural e, com ela, a influência do liberalismo em Moçambique são o núcleo central do estudo, apresenta-se como questão norteadora da pesquisa: Como é que os articulistas da “Revista Tempo” retratavam o processo educacional e Imagem da mulher da zona rural no norte de Moçambique pós-independente?

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar como os articulistas da “Revista Tempo” retratavam o acesso à educação e a imagem da mulher da zona rural no norte de Moçambique. Assim, apresentam-se a seguir os objetivos específicos da pesquisa: Discutir o papel da imprensa na construção da identidade, da mulher da zona rural no Norte de Moçambique; explicitar as ideias tecidas na “Revista Tempo” sobre a educação da mulher da zona rural no Norte de Moçambique; apontar os aspectos referentes à construção da imagem e da educação da Mulher da Zona Rural, na “Revista Tempo”.

As fontes primárias selecionadas para esta pesquisa são as “Revistas Tempo” de Moçambique do período de 1990 a 1999. As fontes passaram por um exercício de investigação com a articulação do singular para o universal num “[...] empenho em encontrar a justa relação entre o local, nacional e o internacional” (Saviani, 2007, p.40). Nesta pesquisa, partimos do concreto, da realidade histórica da época, para compreendermos o concreto pensado, revelado, isto é, a totalidade, uma categoria do método de análise. “O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade na diversidade [...]. A totalidade, tal como aparece na mente, como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante [...]” (Marx, 1978, p. 117). E, dentro desses desafios, a perspectiva epistemológica

que norteia nossa pesquisa possibilita um olhar mais criterioso e crítico sobre a realidade e seu entorno, por isso, que o nosso ponto de partida não está no que é visível ou em que

[...] os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (Marx, 1998, p. 19).

Essa representação da realidade é observada historicamente, pois estamos analisando uma imprensa que, aqui, materializa-se na “Revista Tempo” de Moçambique, sul da África, pois ela não se apresentava de forma estática com um formato acabado em verdades absolutas em si mesmo, separada da sociedade. A imprensa traz, portanto, exigências, que representam os interesses de um determinado grupo social, representado na sua elaboração que se realizava em um processo em constante movimento.

Dentro desta transformação, a ciência se apresenta em caráter provisório, pois a realidade que nos cerca está impregnada de ideologias, um, “[...] agregado de ideias que procuram ocultar a sua origem nos interesses sociais de um grupo específico da sociedade” (Marx; Engels, 1998), e que podem ofuscar ou arredar os olhos daqueles que buscam a essência das coisas.

Os textos que foram produzidos na revista em análise apresentam uma forma particular de consciência social, materializada na “Revista Tempo” de Moçambique, que representam a ideologia na qual estão ancorando suas ideias, que são representadas nas sociedades de classe “[...] relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que visam ao controle do metabolismo social sob todos os seus principais aspectos” (Mészáros, 2004, p.22).

Em consequência de tais determinações e princípios até aqui apresentados, é que podem ser identificadas, dentro do tempo histórico determinado, as categorias. À medida que o pesquisador vai se apropriando do objeto de pesquisa, essas categorias se tornam efetivamente visíveis para o exame das suposições aqui levantadas para estudo dos homens. Sem, com isso, cair num relativismo ou no subjetivismo do presentismo, mas, sim, indo num todo coerente que permita compreender o que determinam as posições que foram, e são colocados, na imprensa aqui materializada na “Revista Tempo” de Moçambique, que são frutos do pensamento de um grupo, bem como, as questões defendidas pela imprensa, formam-se sob esta base de interesses de classe.

Após a coleta de dados documentais, fizemos a análise desse material que não se dá de forma isolada, como se por si só os documentos fossem suficientes para desvelar a realidade material da época. Cada documento foi analisado dentro de um contexto maior, educacional, social, político e econômico, pois nada existe de forma isolada na sociedade.

A fonte primária, a imprensa, que, aqui, é materializada na “Revista Tempo”, passara por um exercício de investigação com a articulação do singular para o universal, levando-nos a um princípio importante na pesquisa, que é o da “[...]atualidade da pesquisa histórica, que implica a consciência de que, como toda pesquisa, a investigação histórica não é desinteressada (Saviani, 2007, p.4), pois, acreditamos que o passado e o presente são faces de mesma moeda, por tanto, só se pode compreender o presente se se compreender radicalmente a suas raízes.

Por esse motivo, leva-se à necessidade de pesquisar, como fonte de estudo, apresentava a imagem da mulher da zona rural de Moçambique, e como definiam esta mulher e como se posicionava com relação ao seu acesso à escolaridade. Esta ideia torna-se necessárias de se estudar, pois, a imprensa, em Moçambique, no período de 1990 a 1999, foi um importante instrumento de veiculação de ideias, que se apresentam de uma forma sutil, mas não menos importante, pois a imprensa se apresentava com uma carga ideológica, como disseminadora das ideias liberais¹⁴, representando s elites dominantes.

O estilo de vida baseado na economia de livre concorrência teve seu especial florescimento, com a aprovação e promulgação da Constituição da República de Moçambique em 1990, período inicial do nosso estudo, a imprensa foi uma importante aliada na disseminação da ideologia liberal no país, e, neste sentido, cabe registrar que a imprensa e a educação irão caminhar juntas para auxiliar neste processo de efetivação deste ideário no país.

Em Moçambique, desde 1990 existiu um ideário de se manter uma definição plausível às intencionalidades do liberalismo se fazendo passar como único organismo cujas máximas conduziriam a universalidade válida para todas as camadas sociais, e, o que possibilitaria dar “[...] aos pensamentos a forma de universalidade, representando-os como únicos verdadeiramente válidos” (Marx; Engels, 1979, p. 57).

¹⁴ O pensamento liberal teve sua origem no séc. XVII, com os trabalhos sobre política publicados pelo filósofo inglês John Locke. Já no século XVIII, o liberalismo econômico ganhou força com as ideias defendidas pelo filósofo e economista escocês Adam Smith (Lombardi; Sanfelice, 2007).

Desta forma, há preocupação em como se tornar basilar o universalismo moderno na sociedade moçambicana, após a aprovação da Constituição da República de 1990, que foi feito através de apregoação dos princípios, de igualdade, individualidade e liberdade¹⁵ esses princípios se conservam ou se transformam e se remontam à Idade Moderna.

Nessa perspectiva, imprensa e educação que eram conduzidas numa perspectiva liberal, são elos que se entrecruzam “[...] que se estruturam pela pesquisa, mas que se constroem historicamente, posto que suas relações são intrínsecas” (Shelbauer; Araujo, 2007, p.6) e se complementam, pois ambos trabalham ideologicamente com o discurso, com a arte do convencimento.

A nossa compreensão das ideias liberais disseminadas pela “Revista Tempo” de Moçambique revela uma ampla e profunda possibilidade de análise da materialidade da sociedade moçambicana da época, na compreensão do ideário do projeto de sociedade de formação de um território democrático em formação. Além disso, não podemos desconsiderar que a imprensa, nesse caso representada pela revista, é um veículo de comunicação e, como tal, transmitem a informação conduzida por pessoas que representam determinado grupo de intelectuais que detinham as ferramentas de conhecimento, ou seja, os meios de produção intelectual.

O projeto moçambicano de formação da mulher dos anos noventa do século XX, sobre o qual ressaltamos que a análise crítica das categorias contradição, totalidade e mediação nos darão visibilidade do objeto pesquisado, pois, a nossa pesquisa sem a análise dessas três categorias,

[...] seriam totalidades inertes, mortas - e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (Netto, 2009, p. 684).

Enfim, uma questão crucial reside: compreender as relações na formação de uma mulher, transmitida na imprensa (materializada na revista Tempo de Moçambique) e analisar seus articulistas que trazem, na sua formação, o que define o papel da mulher em Moçambique.

¹⁵ Os princípios aqui referidos são tomados em menção à Revolução Francesa (1789–1799), que marcou a História do Ocidente, que posteriormente se expandiu para várias partes do mundo. Com esta revolução, o mundo tem uma nova concepção quanto aos modos de produção, e, a criação de Estado com as Constituições Liberais.

Metodologicamente, inicialmente, fizemos o estado do conhecimento, aqui entendido com registros e categorização que nos levaram a confirmar o caráter inédito da pesquisa envolvendo a “Revista Tempo” e a análise da educação da mulher da zona rural de Moçambique no pós-independência. Esse é um estudo que nos levou à seleção e à síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos e livros sobre uma temática específica. As teses e as dissertações sobre o tema, levantamo-las na Plataforma Sucupira.

Por se tratar de uma área de conhecimento dinâmico, este trabalho fizemo-lo de forma contínua, com o objetivo de mapear e de integrar ao desenvolvimento do trabalho as pesquisas e as produções que se desenvolvem no interior da Pós-Graduação, em diferentes campos do conhecimento, sobre as temáticas centrais da pesquisa: imprensa, “Revista Tempo”, educação, educação da mulher, educação da mulher da zona rural, história da educação – desta última, busca-se perceber a evolução ou o retrocesso da ciência para determinados temas.

O Estado do Conhecimento¹⁶ (ou da Arte) é elo norteador da investigação proporcionando “[...] um parâmetro sobre a quantidade das pesquisas efetivadas e, mediante esta análise, há a aceitação do objeto, as convergências e divergências, os pressupostos teóricos e as lacunas, bem como as inovações na área e as permanências” (Zanlorenzi; Nascimento, 2020, p. 18).

Nosso esforço contínuo se dá graças a um grande trabalho coletivo de pesquisadores empenhados na busca por informações relevantes, que possam contribuir para o avanço da área. O nosso levantamento se preocupa com a caminhada bibliográfica de forma universal, colaborando nas divulgações das fontes, de forma on-line, através da disponibilização do nosso banco de dados, como forma de colaborar com os nossos pesquisadores e, também, com os países que estão conectados em rede internacional de pesquisadores.

Assim, não só publicizamos os documentos, como, também, divulgamos o local onde esse material se encontra. Desta forma, é que nos organizamos com o mapeamento das fontes, com a divulgação das instituições como bibliotecas, centros de documentação, públicos ou privados, fazendo uma busca constante em livros, teses e dissertações, por meio de buscas dos subscritores relacionados à pesquisa em desenvolvimento, neste caso, com: imprensa, “Revista Tempo”, educação, educação da mulher, educação da mulher da zona rural, história da educação.

¹⁶ Pesquisas bibliográficas que visam mapear e discutir artigos, dissertações, teses e comunicações em anais de congressos e de seminários, em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados em diferentes épocas e Lugares (Ferreira, 2002).

Neste sentido, o levantamento aqui realizado não só permitiu efetuar a seleção da produção científica da área da educação, delimitada a um determinado espaço de tempo, mas, também, dá mais visibilidade aos trabalhos outrora realizados, que estão relacionados com a temática em estudo.

Do Estado de Conhecimento que foi realizado no banco de dados Sucupira, apenas dois trabalhos é que utilizaram como fonte a “Revista Tempo” para pesquisa, como ilustra o quadro abaixo.

Quadro 1 - Estado de conhecimento

Autoria	Título	Tese/ dissertação	Ano de publicação	Instituição/organização
Octávio José Zimbico	Morre a Tribo e nasce a Nação? Política, Administração e História do Ensino Primário em Moçambique	Tese	2016	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Jacimara Souza Santana	Mulheres e Notícias: Os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista Tempo (1975-1985)	Dissertação	2006	Universidade Federal da Bahia, Salvador
Orlando Daniel Chemane	Paulo Freire: Colonialismo, Libertação e Educação Em Moçambique	Tese	2017	Universidade Federal Fluminense, Niteroi
Aurélio Fabião Ginja	Proposta Curricular de Educação Bílingue: Ponto de Partida para uma Educação Intercultural em Moçambique?	Dissertação	2008	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte
Argentina Serafim Lopes	Políticas educacionais para a promoção da rapariga em Moçambique	Tese	2017	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Aida Duarte Binze	Práticas culturais e escolarização de mulheres em Moçambique: Um Caminho Para A Ressignificação Dos Ritos De Iniciação	Tese	2022	Universidade de São Paulo
Catarina Cortesao Casimiro Nascimento Trindade	“ <i>Tem Vida Esta Coisa!</i> ”: Construção E Actualização Do Campo Em Torno Dos Direitos Das Mulheres E Da Igualdade De Gênero Em Moçambique	Tese	2020	Universidade Estadual De Campinas.

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES (2024). Organizado pela autora (2024)

Feitas estas análises a respeito do objeto de estudo desta pesquisa, verificamos que, a nossa pesquisa está virada em analisar como a “Revista Tempo” retratava a imagem e a educação da mulher da zona rural no norte de Moçambique. O que difere com os trabalhos ora levantados, e, que usaram a “Revista Tempo”, porém, não como a única fonte de pesquisa.

Portanto, até então, ela – a “Revista Tempo” tem sido pouco explorada no âmbito acadêmico, seja como objeto, seja como fonte de estudo, apesar de ter uma rica informação sobre a realidade histórica, política, social e econômica de Moçambique, por ter acompanhado todos os contornos sócio-políticos desde as vésperas e depois da independência.

Dentre os trabalhos encontrados, constam uma dissertação e um artigo científico, publicados pela professora brasileira Jacimara Souza Santana, nos anos de 2006 e 2009, respectivamente, intitulados “Mulheres de Moçambique na Revista Tempo: o debate sobre o lobolo”, e “A Participação das Mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias (revista Tempo 1975-1985)”. Também, tivemos acesso da tese defendida por Octávio José Zimbico (2016), que usa a “Revista Tempo” como fonte. Portanto, são três estudos que têm a “Revista Tempo” como fonte. Porém a “Revista Tempo” foi utilizada por dezessete pesquisadores, para estudo em diversas áreas, como mostra o banco de teses do Sucupira e o de Lisboa.

O que difere o trabalho aqui desenvolvido dos demais pesquisados é que o trabalho de Santana se dá na histórica cultural e não trabalha a educação da mulher da zona rural e o de Zimbico fala de inclusão do gênero no ensino básico. Assim, a nossa pesquisa continua inédita, pois trata da educação da mulher da zona rural no Norte de Moçambique, na perspectiva do materialismo dialético.

A “Revista Tempo” de Moçambique como ilustrado no anexo A, traz informações de utilidades variadas, que dizem respeito à situação da mulher em Moçambique e na diáspora. Mas, neste trabalho, são descritos os conteúdos que estão ligados com o processo de educação formal (formação inicial dos professores, formação continuada, as mudanças curriculares, a alfabetização e a educação de adultos, a participação dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, etc.) ou como as mulheres estariam em diferentes áreas ou situações sociais concretamente sobre a saúde reprodutiva, a saúde materna infantil, vida sócio-política e a situação laboral, temas que consideramos pertinentes para a análise do objeto de estudo em questão.

As pesquisas aqui selecionadas (teses e dissertações) resultam de perspectivas teórico-metodológicas diversas, porém trazem em comum a importância da imprensa como fonte, para as pesquisas sobre a história da educação moçambicana, mesmo sendo que, foram desenvolvidas em instituições brasileiras. Contudo, não podemos esquecer que são resultados das atividades humanas e, mesmo que sem quer, não tenham sido “[...] produzidas com a intencionalidade de registrar a sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens e com o mundo circundante, a natureza, de

forma que produza e reproduza as condições de existência e de vida” (Lombardi, 2004, p. 155).

Desse modo, cabe registrar que, nenhuma pesquisa ou pesquisador é neutro no processo de seleção dos procedimentos científicos, para análise do material para estudo em diferentes “[...] concepção de ciência (da história) que tenha e, também, qualquer que seja a opção do investigador quanto ao fazer científico, não se pode desvinculá-lo dos contraditórios interesses da sociedade e do tempo histórico em que vive” (Lombardi, 2004, p.146).

Os documentos selecionados para esta pesquisa foram coletados nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional de Moçambique, e Rede de Bibliotecas de Lisboa (BLX).

Depois do levantamento do material da pesquisa, seguimos com a leitura e no fichamento das edições da “Revista Tempo” que nos foram disponibilizadas, procurando mapear os dados sobre os editores e autores no contexto da Revista, bem como, a educação e as temáticas principais publicadas na revista. Posteriormente, buscamos em outras fontes informações que nos ajudaram a analisar as ideias e sua relação com o interior da conjuntura econômica, política e cultural de Moçambique. Nossa proposta consiste em identificar as contradições desse pensamento na totalidade das relações que marcaram o processo de consolidação do capitalismo no início da República de Moçambique.

Como afirmamos anteriormente, é um estudo que está centrado no recorte temporal que vai de 1990 a 1999, que procurou não se ater só ao descrever dos fatos, tornando um grande desafio para o pesquisador, pois, buscar-se-á identificar o movimento da história, no tema de estudo, para não só ficar na mera descrição das ideais culturais/educacionais apresentadas como única verdade, aos fatos históricos publicados nos artigos da “Revista Tempo”. Se assim o fosse, a história seria tratada como algo estático, linear, engessado em si mesmo.

Para tanto, torna-se relevante identificarmos e analisarmos o projeto de “Mulher da zona rural” proposto pelos colaboradores e articulistas da “Revista Tempo”, projeto este disseminado em suas páginas, nos números publicados nos anos de 1990 a 1999, de onde das 58 edições que tivemos acesso, foi possível usar 15 delas, - as que traziam conteúdos relacionados com a mulher e ou a educação e que foram citadas neste trabalho.

Apesar da relevância da imprensa e do periódico selecionado como fonte primária de análise, há também que considerarmos o aspecto ideológico que envolve a imprensa, como um todo, e cada periódico especificamente. Essa categoria será basilar na análise da revista, pois está intimamente ligada ao contexto social, político, cultural educacional e econômico da época delimitada.

A perspectiva teórica-metodológica que orienta a pesquisa se caracteriza pela superação dos limites dos contrastes entre os paradigmas tradicionais da historiografia representados pelo positivismo, pelo presentismo (Schaff, 1995; Saviani, 2007) e na interlocução crítica das contribuições da “Escola dos Annales” (Burke, 1991), que ficou conhecida como “História Nova”, através da terceira geração dos Annales.

Entendemos que cabe ao historiador da educação a reconstrução do conhecimento que está em constante movimento, que vai do caótico (síncrese) para se chegar, por meio da abstração (análise), ao concreto, entendido como uma “[...] rica totalidade de relações e determinações numerosas” (Marx, 1973, p.228-237).

Como resultado desse processo, o conhecimento é o resultado da transformação da natureza e de si próprio, é um processo histórico, socialmente construído, na “[...] dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às transformações dos modos de produzir a existência dos homens” (Lombardi, 2010, p. 222). Para isso, nosso olhar não pode ser de neutralidade, não pode se dar de forma isolada, mas apreendendo, dentro do movimento em concordância com o contexto social de forma contínua, “[...] no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas” (Marx; Engels, 2007, P.26).

Com base no pressuposto teórico apontado acima, a pesquisa está organizada de forma a discutir as fontes selecionadas com o objetivo de compreender e de reconstruir, no plano teórico, as diferentes mediações sociais constitutivas, evidenciando, nos fenômenos, as múltiplas determinações ou mediações, relacionando parte-todo, sujeito-objeto ou objetividade-subjetividade, passado e presente, sob uma totalidade histórica (Zanlorenzi, 2014, p.20).

A pesquisa parte do concreto, da realidade histórica da época, para construção do concreto pensado, isto é, a realidade desvelada. “O concreto é concreto porque é a síntese de numerosas determinações, ou seja, unidade na diversidade [...]. A totalidade, tal como aparece na mente, como um todo pensado, é um produto do cérebro pensante [...]” (Marx, 1983, p. 117).

Se a realidade está em constante movimento, pois é histórica e dialética, não há verdades absolutas. Portanto, também a ciência está sempre em transformação, pois também tem caráter provisório. A realidade que nos cerca está impregnada de ideologias, ou seja, um “[...] agregado de ideias que procuram ocultar a sua origem nos interesses sociais de um grupo específico da sociedade” (Marx; Engels, 1998), e que podem ofuscar os olhos daqueles que

buscam a essência das coisas. Então, é necessário que o pesquisador parta do contexto social, político e econômico que ladeiam o seu objeto de análise para, assim, compreendê-lo.

Ao considerarmos que “[...] o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (Marx, 2013, p. 90), esse ideal só poderá ser analisado por um sistema de categorias que vão sendo explicitadas à medida que o pesquisador vai se apropriando do seu objeto de análise. Essas categorias são o fio condutor da investigação e da análise.

Após a coleta de dados documentais, partimos para a análise do material coletado, a qual não pode ocorrer de forma isolada, como se, por si só, os documentos fossem suficientes para desvelar a realidade do período da pesquisa. Cada documento será analisado dentro de um contexto mais amplo (educacional, social, político e econômico), pois nada existe isoladamente do mundo que o cerca.

Em se tratando deste estudo, em que analisaremos a imprensa como fonte primária a qual, deveria ser considerada como “[...] o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade” (Marx, 1980, p. 68), preservando, assim, a livre expressão de cada indivíduo na sociedade. No entanto, essa liberdade, desde os seus primórdios, tem sido substituída pela expressão controlada, tendenciosa e doutrinadora da classe burguesa. Isso fez, e ainda faz da imprensa uma grande contradição para análise.

De uma forma sutil, mas não menos opressora, impregnada de uma carga ideológica, a imprensa tem sido disseminadora das ideias que interessam diretamente às elites que detêm o poder aquisitivo. Portanto, na primeira década da Segunda República de Moçambique (1990-1999), período do nosso estudo, os veículos de informação e comunicação (emissoras radiofônica, empresas televisivas, jornais e revistas) foram meios estratégicos que usaram na disseminação desse ideário liberal. O liberalismo que se vive em Moçambique, só pode ser entendido com referência à realidade, porque para os liberais,

[...] importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades. Considerando que as mesmas palavras podem ter significados diferentes em contextos distintos, devemos ir além de uma análise formal do discurso liberal e relacionar a retórica com a prática liberal, [...] Em outras palavras, é preciso desconstruir o discurso Liberal (Costa, 1999, p. 123).

O liberalismo, mantido ideologicamente, como recurso de manutenção política de um grupo social, possibilita dar ensejo de forma universalizada aos pensamentos das elites liberais como únicos e válidos, mesmo sendo que são construídos em locais de localização

geográfica diferente (Marx; Engels, 2007). Há, portanto, um escamoteamento da realidade, na sua essência, dando lugar a uma realidade aparente, imaginária. Nessa perspectiva, imprensa e liberalismo se complementam, pois ambos trabalham ideologicamente com o discurso, com a arte do convencimento.

A imprensa, como veículo de comunicação de uma sociedade, representa os interesses de uma camada social de prestígio, no caso, os articulistas. Do ponto de vista epistemológico, a percepção das ideias liberais contidas e disseminadas na “Revista Tempo”, sobretudo a partir da compreensão como era projetada a mulher rural de Moçambique no período de independência para análise nesta pesquisa, permite-nos compreender as teias de análise da materialidade da sociedade moçambicana da época.

É importante ressaltarmos que a análise crítica da totalidade é que nos dará visibilidade do ideário do projeto moçambicano de formação de uma mulher da zona rural de Moçambique a partir de 1975, uma vez que,

[...], abandonando aos poucos tudo o que constitui a individualidade de uma casa, abstraindo os materiais de que ela se compõe e a forma que a distingue, chega-se a ter apenas um corpo; e se, abstraindo os limites deste corpo, obtém-se somente um espaço; e, se, enfim, abstraindo as dimensões deste espaço, acaba-se por ter apenas a pura quantidade, a categoria lógica? À força de abstrair assim de todo objeto os pretensos acidentes, animados ou inanimados, homens ou coisas, temos razão de dizer que, em último grau de abstração, chegamos às categorias lógicas como substância. Assim, os metafísicos que, fazendo estas abstrações, acreditam fazer análise e que, à medida que se afastam progressivamente dos objetos, imaginam aproximar-se deles para penetrá-los, estes metafísicos têm, por sua vez, razão de dizer que as coisas aqui na terra são bordadas, cujo pano-de-fundo é constituído pelas categorias lógicas [...]. Que tudo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, possa ser reduzido, à força de abstração, a uma categoria lógica; que, deste modo, todo o mundo real possa submergir no mundo das abstrações, no mundo das categorias lógicas quem se espantará com isto? (Marx, 1985, p. 103-104).

A construção das categorias do estudo em causa formula-se tendo em conta o surgimento da imprensa em Moçambique, desde o período colonial, era o meio pelo qual os donos de meios de produção, divulgavam e defendiam os seus interesses junto à classe trabalhadora, no entanto, esta concepção também perpassa nos anos da década de 1990, na medida em que pela imprensa as autoridades da época faziam chegar as suas decisões ao público (Revista Tempo 24/5/98), como o veremos na páginas subsequentes.

São percepções sobre a imprensa, tecidos em contextos e épocas diferentes, (no período colonial e no pós - independência), mas, que na sua profundidade têm a mesma finalidade – a divulgação e defesa das ideias e bens dos que detêm poder aquisitivo, mesmo sendo que, eles o fazem à custa dos esforços dos mais carenciados. Há manutenção da ideia

de que a imprensa serve para a difusão e defesa do pensamento das elites, e, sem se ter em conta aos acontecimentos que contribuem para o desenvolvimento sociopolítico e econômico na sociedade como um todo.

Estruturalmente, para além da introdução, o trabalho tem três (3) capítulos, onde o primeiro aborda sobre a “Revista Tempo” na construção da identidade da mulher da zona rural no norte de Moçambique, o segundo fala da “Revista Tempo” de Educação em Moçambique, o terceiro e último capítulo, trata sobre a Imagem da Mulher da zona rural que era construída “Revista Tempo”. Defende-se a tese de que entre 1990-1999 a “Revista Tempo” foi um “espelho” das contradições e esperanças de uma sociedade em transformação. Ao abordar sobre a educação e a construção da imagem da mulher, ela contribuiu para o debate público, mas também revelou os limites impostos pelas estruturas patriarcais e desigualdades persistentes, por isso, ela foi utilizada como instrumento de disseminação do papel da mulher dentro dos moldes capitalista dos países desenvolvidos.

2 A “REVISTA TEMPO” NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER DA ZONA RURAL EM MOÇAMBIQUE

Bara langu linaitwa Afrika, nilizaliwa huko na kutoka kwake napata riziki yangu, furaha yangu, huzuni na ndoto zangu zinatimia (Batistini, 2023) - Kiswahili

Elapo aka enihaniwa Afrika, weiwo oyariwaka, ni ti weiwo onikumihaka makhalelo aka, otteliwa wala oripiwa waka murima, ni ti weiwo mattokelelo aka onrowaya wiraneya (Batistini, 2023) - Emakhuwa

Meu continente chama-se África, nele nasci e dele que retiro meu sustento, minhas alegrias, tristezas e nele meus sonhos se tornam realidade (Batistini, 2023).

Uma das marcas que caracteriza a mulher africana, sobretudo a da zona rural, tem sido a luta pelo sustento seu e de sua família. Esta não tem sido tarefa fácil, pois, faz-se em ambientes em que coexistiam apologias de que a mulher moçambicana em particular a mulher residente nas zonas rurais, que tinha de confinar-se na proteção do lar, da sua família nuclear ou alargada com pouca possibilidade de ela aceder ao trabalho formal.

Trata-se de uma demanda que angustia não só a mulher não escolarizada, uma vez que, a escolarizada e ou formada na sua maioria, também se debela ao trabalho caseiro, e, se por acaso ter acesso ao emprego, deve se submeter a longas horas de trabalho, como nos elucida a “Revista Tempo” ao afirmar que, “[...] existem executivas em escritórios luxuosos, a realidade em geral é bem diferente, a vasta maioria das mulheres trabalha longas horas em troca de míseros benefícios materiais” (Revista Tempo, p.42, edição do dia 31/10/1999).

A tendência de se manter a mulher ligada de forma exclusiva aos afazeres caseiros, ainda persiste. Há homens que continuam na descrença quanto à capacidade intelectual e física da mulher, em relação ao trabalho formal e ou, a uma atividade que carece de força física, por considerá-la um ser inferior. Culturalmente, e por muito tempo, a mulher esteve ligada às atividades domésticas voltadas para o autossustento.

No entanto, o modo limitado de pensar o trabalho baseado na lógica de gênero já foi denunciado por Marx (2013), por isso, há necessidade de se entender que o trabalho tem um sentido ontológico e mais abrangente. O trabalho é parte integrante da história e de vida humana, e é isso que diferencia do Homem dos outros seres vivos. Pelo trabalho, advém a transformação da natureza, com o intuito de atender à evolução das necessidades humanas.

Ora, sendo o trabalho humano a fonte para o desenvolvimento da natureza e da história das sociedades, ele tinha que ser efetuado de forma equitativa para mulheres e

homens. Porém, em pleno século XX que tanto se apregoam políticas a favor do bem estar (social, econômico e político) da mulher, em algumas regiões do mundo, especificamente nas zonas rurais no norte de Moçambique, persiste a restrição de atividades para mulheres e homens, onde a mulher é jugulada à vida análoga a de serva.

Considerando a essas adversidades, surge a inquietação de como se fazer o rompimento da subalternização feminina dentro da ordem social nos deferentes domínios, como por exemplo, a família, a produção material (economia) e a regulação, ou seja, a política, para que não haja restrições para a atuação da mulher equitativamente ao homem no meio social onde estiver inserida.

Nesse sentido, no presente capítulo, intencionamos raciocinar sobre o papel da imprensa (Revista Tempo) na construção da identidade da mulher da zona rural no norte de Moçambique, com a finalidade de apontar os contornos sociais e históricos da criação da imprensa moçambicana desde o tempo colonial até os anos de 1990, mostrando as suas vinculações com a introdução do liberalismo no país, tecendo como e é que a “Revista Tempo” retratava a Imagem/vida da mulher.

Figura 1 - Mulher da zona rural, no trabalho agrícola.



Fonte: Revista Tempo, 22/08/99.

Uma das primeiras alusões que temos em relação à Imagem da mulher da zona rural, é no que diz respeito à sua ligação com os trabalhos que servem para a manutenção do seu meio social, realizando atividades domésticas e a prática da agricultura para o seu sustento. A fotografia acima, nos sugere a esse pensamento, por nos apresentar um grupo apenas constituído por mulheres algumas com os bebês nas costas, a desbravar a terra (na lavoura), a fim de tirar o seu sustento.

A ausência de homem nesta fotografia corrobora com Machel (1979), sobre a exploração da mulher pelos homens, ao afirmar que, “[...] de uma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono” (Machel, 1979, p. 17).

A luta contra a exploração da mulher deve ser contínua, uma vez que as desigualdades sociais e a exploração da mulher existiram desde a antiguidade, com a divisão social do trabalho, manteve-se no período colonial, e prevalece nos nossos dias. Deve ser uma luta de iniciativa da própria mulher, uma vez que mesmo os órgãos de comunicação social (a imprensa/ “Revista Tempo”), se alinham na “normalização” de tais atos, ao referir que, “[...] as sociedades africanas rejeitam a igualdade entre o homem e a mulher” (Revista Tempo, 6/09/98, p. 37), e, no entanto, sem trazer ideias sugestivas para se ultrapassar esse impasse de desigualdade social entre homem e mulher.

No que respeita ao histórico da imprensa em Africa/Moçambique, pouco conhecemos acerca da imprensa dos países do continente africano que falam português, como: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola. Para Moçambique, durante o período colonial em que se seguia o modo de produção de estilo do capitalismo e em uma ordem política desigual, apresentava todo tipo de dificuldades (sociais, econômicas, políticas, etc) isso fazia com que houvesse entraves para a construção da imprensa desde os primeiros momentos do domínio português na região.

Assim, devido ao modo de vida desigual, onde a fonte de rendimento estava assente na força de trabalho centrada nas plantações e na comercialização destes produtos, fruto do trabalho no campo, fez com que os portugueses engenassem em modo de produção que permitisse um célere desenvolvimento, - o capitalismo¹⁷. Capitalismo esse que era dinamizado pela presença da burguesia europeia de Portugal, Inglaterra e França, interessadas na exploração dos recursos de Moçambique (Hedges et al., 1993).

¹⁷ Aqui temos o capitalismo sob perspectiva de Marx. Para Karl Marx era impossível pensar numa sociedade capitalista sem que existisse também uma luta de classes entre proprietários e não proprietários, operários e patrões. Marx acreditava que o proletariado - os trabalhadores - vendiam a sua força de trabalho para os burgueses, que queriam obter cada vez mais lucro diminuindo os salários e aumentando as jornadas de trabalho. Em outras palavras, os donos dos meios de produção procuravam ao máximo aumentarem os lucros, mesmo que isso significasse tornar a vida dos seus operários pior. *A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. [...] A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (Manifesto do Partido Comunista, 1848).* (Marx, 2007).

Dessa forma, a África em geral, e de forma peculiar Moçambique, foi integrando-se no sistema capitalista mundial, sob-regime colonial, onde o trabalho dos africanos era usado para extrair Mais-valia¹⁸ que servia de benefício para metrópole europeia.

O colonialismo não foi apenas um sistema de exploração; a repatriação dos lucros para a chamada “mãe-pátria”, constituindo o objetivo central deste sistema, foi uma das suas características específicas. Isto conduziu, logicamente, à expatriação sistemática da mais-valia, produzida pela força de trabalho africana, para fora do continente, e ao desenvolvimento da Europa como parte do mesmo processo dialético em que a África se via subdesenvolvida (Novacultura, 2023, p. 1).

Partindo da ideia da expatriação contínua da mais-valia a favor do desenvolvimento estrangeiro, verificamos que, o trabalho africano e o capital, se encontram coesos historicamente através da exploração colonial e do tráfico de escravos, do qual se extraía a mão-de-obra barata, o que gerou largas riquezas na Europa, desestruturando as economias locais africano-moçambicanas, uma vez que, o trabalho africano foi miseravelmente oprimido através de salários muito rebaixados diferentemente aos dos trabalhadores europeus, sendo-lhes negado o acesso a empregos de maior qualificação e remunerados.

Moçambique encontrava-se submerso em uma estrutura onde a maioria da população era analfabeta, isso porque a educação oferecida era restrita para os filhos dos brancos e aos de africanos que eram submissos aos brancos, e que, teriam assimilado a cultura europeia. Entretanto, além do acesso restrito da educação escolar que se registrava nos primeiros anos de colonização portuguesa em Moçambique, a educação dada aos filhos de africanos comuns, ou seja, que não tinham laços fortes com os portugueses, não garantia que todos os alunos saíssem sabendo ler e escrever corretamente, porque a maior preocupação do sistema educacional direcionada aos africanos era aprender para trabalhar para os colonos (Madeira, 2007).

Outro motivo da prevalência do analfabetismo de muitos moçambicanos no período colonial eram as distâncias que separavam as comunidades dos estabelecimentos de ensino, e, os maus tratos a que os africanos/moçambicanos eram submetidos nas tais escolas. Portanto, existiam crianças em idade escolar, que não conseguiam ter acesso às escolas, umas porque viviam distantes da escola, e, outras porque os seus pais e ou encarregados de educação, preferiam ter os seus educandos sem estudar, do que se submeter a tais torturas.

¹⁸ Mais-valia - Extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capital, a diferença específica do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de lucro e exploração (Bottomoro, 2012). O mais-valor ou mais-valia resulta da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma (Marx, 2011).

Outro fator não menos importante, é referente à existência dos diversos dialetos¹⁹ falados no país. Nesses termos, todos esses fatores foram determinantes para que o analfabetismo se tornasse em realidade da maioria da população em Moçambique, (Mazula, 1985; Zamparoni, 1988). Associado a isso, era notória a falta das condições básicas, em geral, como transportes, luz elétrica, condição em que os que mais passavam por necessidades, era a população empobrecida que se debatia nos trabalhos forçados, a fim de garantir a sua à sobrevivência.

Outro aspecto que dificultava o florescimento da imprensa no período colonial era o papel da censura feita às editoras, de modo que não se publicasse algo que pudesse desvelar as suas mazelas do sistema governativo e das elites da época. Por isso, as entidades visadas faziam de tudo para que,

[...] as autoridades locais, fossem aquelas formalmente empossadas, como um Governador Geral, fossem aquelas de plantão, como juizes, delegados de polícia e até os mais simples administradores civis ou militares que se sentissem eventualmente incomodados por alguma coisa que se publicasse em qualquer jornal (Hohlfeldt; Santos, 2009, p.9).

Os jornais foram surgindo de forma tímida com muito pouco apoio “[...] é evidente que as tiragens seriam mínimas, ainda que muitos jornais fossem inclusive bilíngües, dependendo da região em que se publicassem, sendo impressos em português e inglês, ou mesmo em português e algum idioma nativo” (Hohlfeldt; Santos, 2009, p. 9).

Vivia-se num momento inicial no reconhecimento da necessidade de se ter um grupo formado e informado, com o surgimento do funcionalismo burocrático, a ampliação da economia da colônia, exigia cada vez mais, uma nova forma de se comunicar, impulsionando-se, desse modo, o avanço na difusão das ideias liberais através da escrita e publicada em jornais, pois, “Claramente, a imprensa refletia essa mesma pujança intelectual e associativa, sendo publicados vários títulos de jornais, entre os quais o periódico mais importante de toda a colônia, era o jornal Notícias” (Pimenta, 2020, p. 4).

Com o surgimento das cidades, ou seja, com a urbanização crescente em alguns pontos do país, como é o caso da Ilha de Moçambique, Beira e Lourenço Marques (Zamparoni, 1998), contribuiu ao florescimento da atividade jornalística ao final daquele século XIX

¹⁹ Dias (2006), *apud* Juliasse (2016, p. 45) “em Moçambique existem 20 línguas, nomeadamente: Emákhwa (*makua*), Cisena (*sena*), Xichangana (*changana*), Elomwe (*lomué*), Echuwabo (*chuabo*), Cishona (*shona*), Xitswa (*chitsua*), Xironga (*ronga*), Cinyanja(*nyanja*), Cinyungue (*nyungue*), Cicopi (*chopi*), Ciyao (*yao*), Shimakonde (*makonde*), Gitonga, Ekoti (*koti*), Kimwan (*kimuani*), Kiswahili (*suaili*), Swazi (*suazi*), Cisenga (*senga*) e Zulu”.

(Martins, 2006). Foi neste período que nasceu um sentimento *protonacionalista* em Moçambique (Patraquim, [19--]), devido à miscelânea que existiu entre os brancos com as mulheres africanas, gerando a sua prole.

Desta feita, a população autóctone que, se mantém e defende a identidade portuguesa (origem paterna), reconhece também a exploração que passavam os *indígenas*, de que fazem parte suas mães. Os filhos de europeus nascidos de mães negras, sentiam a necessidade de divulgar para o mundo fora, do que estava se passando nas suas regiões (Zamparoni, [19--]). Estes condicionalismos deram cunho determinante na área de produção e difusão das informações pela imprensa aos seus destinatários. (Hohlfeldt; Grabauska, 2010).

Apesar do surgimento tardio da imprensa nas colônias portuguesas, das quais Moçambique faz parte, ela teve aceitação, entre os colonos e proprietários de empresas da época de colonização e ocupação efetiva de Moçambique, porque pela imprensa, lhes era fácil difundir as suas ideologias entre os que sabiam ler.

Paralelamente, mercê do seu rápido desenvolvimento urbano, Lourenço Marques foi palco de uma verdadeira “explosão” da imprensa periódica nas primeiras décadas do século XX. Jornais noticiosos e humoristas, mas também politicamente orientados ou de defesa dos interesses de classe. De fato, a imprensa tornou-se num instrumento privilegiado de difusão de propaganda política e de formação da opinião pública em Moçambique, nomeadamente entre as minorias branca, indiana, mestiça e negra assimilada. O movimento republicano, suportado pela maçonaria, patrocinou os seus próprios jornais, entre os quais os periódicos - *Semanário Republicano*, publicado entre 1907 e 1910; o *Incondicional* (1910-1919) e o *Jornal do Comércio* (1913-1930) (Pimenta, 2020, p. 5).

No período colonial, a imprensa era a via pela qual as elites coloniais - (detentores dos meios de produção), divulgavam e defendiam os seus interesses junto à classe trabalhadora, no entanto, esta concepção também perpassa nos anos da década de 1990, ao se afirmar que, “[...] a imprensa é o canal através do qual as ideias das autoridades são transmitidas e explicadas aos cidadãos e é o meio através do qual igualmente os pontos de vista, opiniões e aspirações do público são feitas saber a estas autoridades” (Revista Tempo 24/5/98, p.27).

São ideias sobre a imprensa, tecidos em contextos e épocas diferentes, (no período colonial e no pós - independência), mas, que na sua profundidade têm a mesma finalidade – a transmissão e a defesa dos ideais dos que detêm o “poder” quer aquisitivo, quer político, e, pouca referência no que respeita aos direitos humanos e das liberdades dos cidadãos, como o refere a nossa fonte de estudo, ao afirmar haver, “Persistência de interferências na atividade jornalística por parte de pessoas e/ou instituições afetando negativamente o trabalho das redações, devido a falta de uma legislação que regule o trabalho dos “media” e suas

relações com o Estado e instituições partidário-governamentais (Revista Tempo, 03/06/1990, p.16).

As interferências nas ações de jornalistas ora acima apontadas nos ajudam a perceber a existência da aparente “harmonia” do que era transmitido pelos órgãos de comunicação social às massas populares. Nessa conformidade, as divergências de benefícios entre as elites e os cidadãos comuns, quanto ao acesso e uso dos meios de informação, o que denuncia o favorecimento de uns (as elites) em detrimento de outros (cidadãos comuns e desfavorecidos).

Portanto, a imprensa, especificamente “Revista Tempo”, se fazia perpassar como elo entre o Governo e ou autoridades que representavam as elites, com a sociedade civil, e, ou os cidadãos comuns, através da sua aparente manutenção da “igualdade” de direitos e oportunidade, no que respeita ao acesso dos meios de comunicação social. Para tal, a “Revista Tempo”, pelo documento intitulado “O Direito do Povo à Informação” (Revista Tempo 03/06/1990 p.17), refere haver necessidade de se pautar e se respeitar a liberdade de imprensa no país e a livre expressão de ideias das pessoas através dos órgãos informativos, sem a intimidação de terceiros, quanto ao que se deve comunicar.

Apesar da “Revista Tempo” mostrar interesse com relação à abrangência da informação, ela se apresentava como um instrumento ideológico a serviço da ordem social vigente, na medida em que, a revista era propriedade do Estado, por conseguinte, tinha que difundir os ideais por Ele emanados. Portanto, não é de admirar que só na década de 1990, é que em Moçambique foi aprovada a lei²⁰ da Imprensa (Lei nº 18/91).

Esta lei serviu e ainda serve de suporte para os jornalistas no exercício das suas atividades, mesmo sendo que, os atropelos desta lei ainda se fazem sentir, basta lembrar o assassinato de jornalistas no país, como é caso de Carlos Cardoso em 2000, João Fernando Chamusse ocorrido em 2023, entre outros, sendo um dos motivos que degenera a informação através da imprensa no país.

Retomando sobre a pertinência da abrangência da informação para todas as pessoas no que respeita às liberdades individuais e aos direitos dos cidadãos, é de notar que, em 1998, os

²⁰ Em Moçambique, a liberdade de imprensa corresponde, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a protecção da independência e do sigilo profissional e o direito de criar jornais e outras publicações. No âmbito da imprensa, o direito à informação significa a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado de factos e opiniões relevantes a nível nacional e internacional bem como o direito de cada cidadão divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa. Ainda, nenhum cidadão pode ser prejudicado na sua relação de trabalho em virtude do exercício legítimo do direito à liberdade de expressão do pensamento através da imprensa. No exercício das suas funções, os jornalistas e a imprensa gozam dos direitos e têm os deveres preconizados na Constituição da República, na presente lei e demais legislação pertinente. Os jornalistas e a imprensa exercem os seus direitos e deveres na base do respeito pela Constituição da República, pela dignidade da pessoa humana e pelos imperativos da política externas e da defesa nacional.

jornalistas moçambicanos debateram sobre a necessidade da implementação da auto-regulação para o setor da imprensa. Tal auto-regulação, era compreendida de: Estatuto do Jornalista, o Regulamento da Carteira Profissional e o Código de Ética ou, o Código Deontológico.

A pertinência de adoção dos elementos reguladores sete (7) anos após a aprovação da Lei de imprensa (Lei nº 18/91) sugere aos embaraços que os jornalistas passavam/passam, ao procurarem publicar informações necessárias para o público em geral, mas que, de certa forma, tais informações, expunham ou expõe os favoritismos que as elites detêm, quanto aos direitos e liberdades dos cidadãos. Essa visão torna-se perceptível, quando os jornalistas afirmam que, “se a imprensa não é regida por princípios que a comprometam com a busca da verdade, com o respeito pela intimidade das pessoas, pelas liberdades individuais e os direitos dos cidadãos, então ela poderá tornar-se desacreditada e inútil” (Revista Tempo, 24/5/98, p.27).

A auto-regulação sugerida pelos jornalistas moçambicanos, nos remete a necessidade de liberdade de imprensa, a que Marx afirmava que, “[...] a primeira condição que precisa ter a liberdade é a autoconsciência, e a autoconsciência é impossível sem autoexame prévio [...] o despertar da autoconsciência na imprensa semi-oficial, poderemos compreender bem a situação” (Marx, 2006, p.12).

Partindo das regras sobre à auto-regulação almejada pelos jornalistas, nos alude à premissa de que, as informações veiculadas na “Revista Tempo” subsidiaram conteúdos úteis e necessários para compreender o contexto, o cenário, os interesses e as práticas sociais, conduzindo a uma interpretação da realidade, mediante as contradições presentes na sociedade – pouca liberdade de Expressão para os jornalistas, uma vez que, ela apresenta o aparente, invisibilizando as reais condições da maioria da população (as mulheres).

Figura 2 - Imagens da “Revista Tempo”, fonte primária da Pesquisa



Fonte: Material da autora, fotografadas na biblioteca nacional, em Moçambique.

A “Revista Tempo” foi fundada em 1970 tinha uma publicação semanal e foi a primeira revista de notícias ilustradas, fundada por um grupo de jornalistas²¹, em 1970, que divulgava artigos sobre assuntos da atualidade, cultura, sociedade, política e desporto. Logo após a sua fundação, este meio de comunicação se tornou um sucesso imediato.

Era distribuída não só na capital do país, Maputo (na época chamada de Lourenço Marques), mas, também, em todo o país e em outros países circunvizinhos, o que a tornou desse modo, no principal periódico moçambicano a divulgar os principais eventos do país e de toda a região, pois refletia uma nova perspectiva no seu comentário e procurava utilizar reportagens de investigação, na atualização dos seus leitores e difusão das temáticas sobre as questões pertinentes que ocorriam em todas as áreas no país e no mundo.

Nos anos de 1990, a “Revista Tempo” era proprietária da Agência de informação de Moçambique (AIM), com 10.000 tiragens que eram vendidos entre os 100 - 3.000 meticais em Moçambique, e fora do país o custo era consoante às transações da moeda internacional conforme o enunciado da “Revista Tempo”, que refere o seguinte: “nos termos do Diploma ministerial nº 17/87 de 30 de Janeiro, a faturação dos serviços prestados a organizações e instituições será expressa em moeda livremente convertível” (Revista Tempo, 1999, 10/01/99, p. 1).

²¹ Desses grandes obreiros constam nomes como Rui Cartaxana, Ricardo Rangel, Areosa Pena, Kok Nam, Albino Magaia, Calane da Silva, Carlos Cardoso, Mia Couto, Mendes de Oliveira, Fernando Manuel, Naíta Ussene, entre outros. Nos tempos áureos, dos finais da década de 1970 a princípios da de 1990 (Santana, 2009)

Uma das características excepcionais da “Revista Tempo”, foi a de abertura de debates amplos sobre os rumos da vida dos cidadãos e do país através de cartas do leitor (como atesta o próprio periódico), e, logicamente, que também tecia cenários referentes às questões de individualidade, igualdade e liberdades sociais, educação da mulher da zona rural, uma vez que se estava na fase de construção da nova nação moçambicana na pós-independência.

Desde a sua criação, a política editorial acompanhou os diferentes períodos sócios políticos que Moçambique foi vivendo e experimentando, - o período colonial, que era regido pelos ideais de colonizadores portugueses; o período da Independência que foi marcado pela “adesão” de Moçambique ao socialismo que se fazia sentir pela democracia popular, mas regido por partido único; e, posteriormente, a aderência ao multipartidarismo do qual a sua concretização se manifestou com a adesão na democracia representativa, sob regência do estilo dos países capitalistas, cuja. As transformações sócio-políticas que Moçambique teve, contribuíram sobremaneira, no modo de transmissão das informações no periódico - a “Revista Tempo”.

Devido às mudanças bruscas de ideologias, o modo de vida dentro do sistema capitalista que Moçambique se obrigou a seguir, consequentemente, também os meios de comunicação, foram se organizando por meio de representação ideológica do momento. No entanto, tendo-se como ideal a ideologia da economia de mercado livre, caiu-se numa falsa realidade que funciona na subjetividade.

Ora, os dirigentes do país, procuraram conformar a classe trabalhadora dos órgãos de Comunicação e informação estatais, através das instituições públicas, em uma dinâmica de funcionamento de empresas privatizadas, o que nos remete à existência das categorias da mediação, da contradição e da totalidade nos organismos de informação e comunicação, pois, com a imprensa, é importante ter-se uma cautela se aceitarmos de que,

A imprensa é tão poderosa no seu papel de construção de imagem, que pode fazer de um criminoso se passar por vítima e a vítima se passar por um crimino. Esta é a imprensa, uma imprensa irresponsável. Se você não for cuidadoso, os jornais vão acabar te fazendo odiar as pessoas que estão sendo oprimidas, e adorar as pessoas que estão levando a cabo a opressão” (Malcolm X, [19--]).

Devido a imprevisibilidade da imprensa, houve a necessidade de se buscar informações úteis que retratam a vida da editora “Revista Tempo”. No entanto, é difícil fazer

um retrato exaustivo da vida e obras dos editores chefes (diretores) da “Revista Tempo”, uma vez que a literatura pouco se evidenciou sobre a vida²² de muitos.

Quadro 2 - Editores Chefes da “Revista Tempo” (1970 – 2008)

Editor Chefe	Ano de atuação	Formação
Rogério de Moura	1970	Filosofia e História da Arte
Rui Baltazar dos Santos Alves	1974	Direito
José Mota Lopes	1975	-
Muradali Mamad Hussene	1976	-
Luís David	1977-1978	-
Alves Gomes	1978-1979	-
Mia Couto (Antonio Emílio Leite Couto)	1979	Jornalista; Escritor e Professor de Biologia (UEM).
Albino Magaia (Albino Fragoso Francisco Magia)	1980-1989	Jornalista; Poeta; escritor e veterano de luta contra o regime colonial português
Simão Cachamba	1989	-
Roberto Uaiene	1997	-
João Banze	1998	-
Amade Ossemane	1999	-
Abílio Bichinho Alfino	2002-2008	-

Fonte: Organizado pela autora, informação disponível em <https://verdade.co.mz/revista-tempo-40-anos-depois-uma-parte-da-historia-que-se-perde>.

Dos 14 editores-chefes que trabalharam na “Revista Tempo”, apenas quatro (4) foi possível identificar suas origens e suas atividades antes e/ou depois de cessarem suas funções

²² Aqui queremos evidenciar a vida pública dos editores, o que faziam como cidadão para se saber se influenciava de certa forma, com o serviço que exerciam, no entanto, há escassez de informação sobre eles.

no semanário, como é o caso de Rogério de Maura, Rui Baltazar dos Santos Alves, Mia Couto (Antônio Emílio Leite Couto) e Albino Magaia (Albino Fragoso Francisco Magaia). Um elenco constituído apenas por homens!

O ocultamento da formação dos editores chefes, a não revelação das outras funções que eles exerciam na vida pública antes e depois de assumirem o cargo na “Revista Tempo”, nos sugere que, eles não só exerciam as atividades jornalísticas, mas também, assumiam outras funções no Estado, e que careciam de proteção, a fim de evitar possíveis julgamentos posteriores, e, sobre o julgamento, Marx (2003, p.5) nos adverte que,

Não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz, não se poderá julgar uma tal época de transformações pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (Marx, 2003, p. 5).

No âmbito do funcionamento do semanário “Revista Tempo”, é possível desvelar as incongruências quanto à execução e direção das atividades internas, isto porque, durante o seu funcionamento (1970-2008), nenhum ano funcionou subdireção de uma mulher, o que nos remete a duas reflexões, onde na primeira, nos sugere que, a divisão de trabalho era feita de forma estereotipada, na qual a função de regência do periódico só tinha de ser efetuada por homens, e, a segunda, a falta de mulher qualificada academicamente, que pudesse liderar com eficiência.

Independentemente das motivações que levaram o periódico - “Revista Tempo” a ser dirigido apenas por homens, transcorre a ideia de que essa era a visão que se expressava no seio dos órgãos de gestão no período em que “Revista Tempo” funcionou. Assim, uma vez que, a revista no tempo do seu funcionamento foi sendo dirigido apenas por diretores ou chefes do sexo masculino, alude à questão da prevalência de vida patriarcal, na qual, os homens têm domínio sobre a mulher, que se materializa pela divisão de trabalho.

A divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existe entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, e a mulher é dona dos utensílios caseiros (Engels, 2012, p. 200).

Pela divisão do trabalho, se inicia o percurso da exploração do trabalho humano a fim de se chegar ao modo de produção capitalista. Porém para a consolidação deste modelo, foi se

construindo uma estrutura institucional de proteção, a qual corroborando com Engels (2012), culmina no agravamento da divisão de classes.

Essa divisão tem origem na família, na finalidade da proteção e na legitimidade da propriedade privada condicionamentos para a criação do Estado moderno. Partindo nesse percurso histórico, observa-se que o trabalho das mulheres vem desde a organização primitiva no atendimento às demandas da sua existência social.

Ao trabalhar com a imprensa e a educação da mulher, da zona rural, do norte de Moçambique, compreendemos as fontes e os sujeitos desta pesquisa, que se inserem em um grupo “[...] significativo de um determinado contexto histórico, presente em uma totalidade complexa, muitas vezes injusta e principalmente contraditória, e que, por isso, não se tem nenhuma receita pronta,” (Zanlorenzi; Nascimento, 2020, p.183).

A imprensa moçambicana faz referência aos conflitos sociais, educacionais e econômicos enfrentados não só pela mulher moçambicana, mas também, da mulher no contexto internacionalmente. No entanto, não traz indicações viáveis em como se deve trabalhar de modo que a mulher moçambicana particularmente a da zona rural no Norte de Moçambique, venha a ter mecanismos de sociabilidade e de sustentabilidade para a construção da sua identidade social e econômica, mesmo sendo que o sustento de muitos dos agregados familiares é da responsabilidade da mulher.

É dado assente que maior parte dos agregados familiares são chefiados por mulheres, mas o mercado de trabalho alberga mais homens do que as mulheres [...] porém tem havido progressos. Mas há ainda um longo caminho por percorrer porque os valores culturais, em geral, baseiam-se em tradições que levam os homens a crer que as mulheres devem ser usadas, ao invés de serem amadas e acarinhadas; que as mulheres devem ser exploradas, ao invés de serem protegidas. A Educação da rapariga é um investimento excelente. Nenhuma outra coisa tem esse potencial de melhorar a qualidade de vida e de comportamento, a saúde familiar e a vida das próprias mulheres (Revista Tempo, p. 42, edição do dia 31/10/1999).

Fala-se da necessidade de se alavancar na educação, porém, ainda o ceticismo vigora: quem deve alavancar na educação dessa mulher, se até então, a mulher continua exercendo o trabalho análogo à escravidão, e que o ideário liberal não está preocupado em ensinar a ler e escrever os seus trabalhadores, mas sim, na transmissão de conteúdos que perpetuem a ignorância.

A imprensa moçambicana faz uma aparente denúncia quanto à exclusão socioeconômica e, as longas horas de trabalho, o salário baixo etc. situações a que a mulher moçambicana passava na década noventa. Em contrapartida, o mesmo órgão informativo, refere haver progresso, mas não avança em que consistia esse tal progresso, e, logo em

seguida e de forma desconexa, aponta às práticas culturais como se elas fossem responsáveis pela exclusão e exploração que a mulher passava.

O sistema de economia capitalista passou a atuar na sociedade moçambicana como um projeto de desenvolvimento nacional e que pudesse possibilitar uma autonomia produtiva dos bens de renda e de consumo, apesar da falsa justificação de que Moçambique não tinha alternativa para se manter economicamente, devido às calamidades naturais que enfrentara no início da década de 80 e a guerra que estava se alastrando a todo o país (Abrahamsson; Nilsson, 1995).

Em Moçambique, seus governantes ao se alinharem à ideologia liberal, se subjugaram à extrapolação direta de políticas sociais e econômicas, ora acima referenciadas, o que de certa forma, nos remete que se esteja a aderir à ideia de Smith que afirma na necessidade de se “[...] criar um sistema normativo com funcionalidade entre as nações, facilitando a ideia de um livre comércio, de uma nova realidade entre os mercados mundiais o que facilitaria o desenvolvimento de toda a raça humana” (Smith, 2003, p. 4181).

Nesses moldes, Moçambique se deixa impregnar em todos os níveis (sociais, políticos e econômicos), em ideias utópicas de um desenvolvimento rápido e duradouro - para a mulher e os trabalhadores ora despedidos das empresas/fábricas, que enfrentam a dura realidade de carência econômica como nos relata a “Revista Tempo” ao afirmar que, “O impacto do PRE na vida das famílias é tão grande que muitas delas assistem à morte silenciosa dos seus filhos, pois pouco têm para lhes dar de comer” (Revista Tempo, edição 1025, 03/06/1990 p. 23).

Portanto, a fome e a pobreza absoluta que assolou e ainda continua assombrando aos milhões de moçambicanos é pouco combatido, devido ao desenvolvimento econômico e social que é realístico para as elites e os proprietários dos meios de produção, que veem nisso em “avanços” das suas condições e realizações objetivas. Ou seja, as privatizações das empresas estatais do país que beneficiavam a muitos dos moçambicanos e agora estão ao dispor de uns poucos, remete a uma das ocorrências que levou aos jornalistas a clamarem pela regulamentação e cumprimento realístico da legalidade de imprensa em benefício de todas as pessoas, em 1998.

2.1 MULHER: ENTRE LUTAS E SOBREVIVÊNCIAS NA ÁFRICA E EM MOÇAMBIQUE

Nos países africanos, em geral, e na parte que é chamada África Austral, em particular, há grandes desigualdades com relação à mulher da zona rural. Ela assume diversos papéis sociais, como o de ser dona de casa, mãe e esposa, papéis esses que reafirmam, de certa forma, a visão patriarcal, ou seja, a mulher encontra-se inserida numa “[...] força do poder de estrutura produzido dentro das sociedades, que não está apenas ligada à visão capitalista, mas também ao patriarcado” (Serafim, 2016, p.25). Nesse contexto, a mulher da zona rural se vê à margem do desenvolvimento social e econômico, vislumbrando uma história de vida da mulher, que não teve acesso condigno dos serviços básicos como à educação, saúde e bem distante aos direitos sociais, que nem sabe que os tem.

Moçambique assim como os países de África Austral no seu todo, é um espaço que traz uma marca de conflitos fruto de intervenção humana (as guerras movidas pela supremacia ideologia, política e econômica), e os constantes desastres naturais (seca, ciclones), que as suas populações - mulheres e homens se confrontam no seu dia a dia, na tentativa de preservar as suas vidas.

É neste ambiente de lutas, onde as mulheres se debatem para a sua subsistência, mesmo sendo que, se colocam em situações propensas a vulnerabilidade, uma vez que, os traços culturais de África depositam na mulher, os valores sociais de procriação, retendo-a como a guardiã dos seus filhos e familiares. Trata-se de práticas sociais que, de certo modo, podem ser determinantes para manter os altos níveis de desigualdade social entre homens e mulheres, face aos rendimentos econômicos, uma vez que a África Austral

[...] caracteriza-se por altos níveis de desigualdade de rendimentos, situando-se nesta região seis dos dez países no mundo com maior desigualdade. A desigualdade de género continua a ser um obstáculo significativo, embora a África Austral tenha melhor desempenho relativamente a outras regiões africanas. A taxa de desemprego é geralmente maior entre mulheres do que entre homens. Além disso, mesmo entre os jovens a disparidade de género na participação no mercado de trabalho continua a ser elevada. (AUC/OECD, 2018, p. 96).

Os governantes dos países afetados pelo alto índice de pobreza como, por exemplo, “Moçambique, Somália, Sudão do Sul, Chade, Iémen, Burkina Faso e Serra Leoa” (PNUD, 2023, p.1), deveriam prestar atenção pelos condicionamentos que favorecem a prevalência de pobreza, e, e procurar criar mecanismos de combate, através da educação, criação de indústrias e empregabilidade para a mulher, uma vez que, em África e em especial em

Moçambique, “a maioria da população rural ainda não tem acesso a serviços básicos como eletricidade, água e saneamento, o que cria uma grande desigualdade de oportunidades em comparação com a população urbana” (AUC/OECD, 2018, p. 96).

Ao se criar condições materiais, neste caso o acesso ao trabalho, e, especificamente a educação da mulher da zona rural no Norte em Moçambique, poderia ser possível se ultrapassar os índices de subdesenvolvimento, porque “crianças de mães alfabetizadas eram mais saudáveis” (Kate Horne, in Revista Tempo, n.º 1398, edição de 16.08.1998, p.26).

Kate Horne, em visita a um dos centros de saúde em Moçambique, constatou diferenciação de desenvolvimento físico entre as crianças de mães escolarizadas e as que não tiveram escolaridade. Onde as mães com certas escolaridades, os seus filhos apresentavam uma boa aparência, diferentemente dos de mães não escolarizadas.

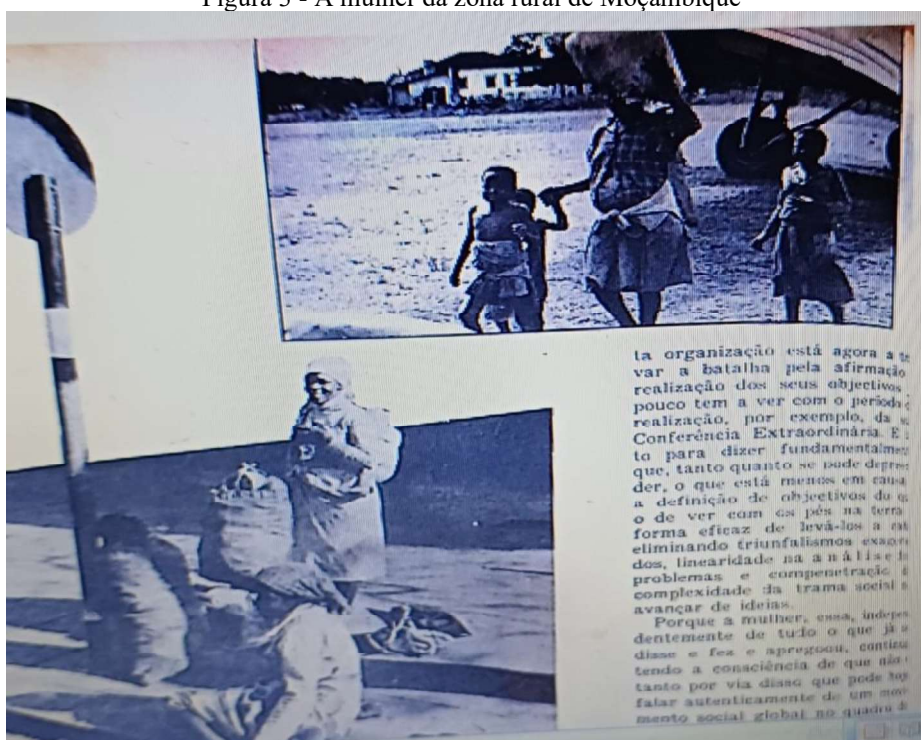
Isso não se verificou apenas na área de saúde na década de 1990, mas também foi notório nas estatísticas do último censo populacional de Moçambique, que teve lugar em 2017, cuja análise descritiva referente ao setor de Educação que foi publicada em 2023, que refere o seguinte:

A variação da frequência escolar dos filhos e filhas com idade entre 15-24 anos de idade, tendo como filtro a alfabetização da mãe, mostram que as mães que declararam saber ler e escrever contam com uma participação de 94.8% dos filhos e filhas alfabetizados. Por outro lado apenas 5,2%, dos seus filhos e filhas declaram serem analfabetos. As mães que declararam não saberem ler e escrever apresentam filhos e filhas com acessos educacionais bem mais restritos. Nesta categoria 65,5% declararam saber ler e escrever enquanto 34,5% afirmaram não saber ler nem escrever. (INE, 2023, p. 4).

Nesse contexto, cria-se a ideia de que, uma mulher escolarizada, é capaz de influenciar positivamente na mudança de vida e de comportamento junto da comunidade onde está inserida. Portanto, há imperiosidade e necessidade de se investir na preparação social e académica da mulher, como um dos mecanismos de se evitar a carência económica no país.

Caso contrário, o país prevalecerá mergulhado na pobreza, e a mulher da zona rural continuará sendo aquela que se relega aos trabalhos domésticos e à agricultura de subsistência como nos remete a figura a seguir.

Figura 3 - A mulher da zona rural de Moçambique



Fonte: Revista Tempo dia 10/04/1990, p.10

Uma das práticas que a mulher da zona rural, no norte de Moçambique tem, é de lutar para a sobrevivência sua e a da sua família, como nos remete a imagem acima. São várias as interpretações que a foto nos sugere, a saber: a procriação e cuidado dos filhos, o de ser a provedora de sua família, o trabalho agrícola, o trabalho doméstico, o comercio de pequena escala, e, a pobreza econômica que ela enfrenta, - marcas que revelam “[...] a ausência de políticas públicas voltadas para as mulheres, na maioria dos países de regiões periféricas, tem levado ao duro diagnóstico, realizado por teóricos e pesquisadores, a propósito da situação vivida pelas moçambicanas” (Santana, 2023, p. 109).

Na maior parte dos países africanos, assim como em Moçambique, a vida da mulher da zona rural é marcada pelo desempenho de trabalhos agrícolas, pois 90% das mulheres ativas despendem as suas forças produtivas trabalhando no campo, no entanto, 97% das explorações de terras agrícolas são apenas 25% chefiadas por mulheres (ONU News, 2021), mesmo sendo que, o governo moçambicano por meio da “Lei de Terras estabelece a igualdade de género no uso e aproveitamento da terra” (Fidh; Ldh, 2007, p. 10), mas as mulheres se encontram em desvantagem no acesso, uso e aproveitamento da terra.

A existência de poucas terras chefiadas por mulheres implica que, a mulher tem que se submeter apenas em praticar a agricultura de sobrevivência, tendo em conta que, ela deve

“arcar consigo” também os trabalhos domésticos da família, assumindo o papel de provedora do lar, passando grande parte do seu tempo entre os cuidados e a manutenção de sua casa e a educação dos filhos.

A tarefa que recai para a mulher em assumir tudo o que diz respeito aos cuidados da casa e dos filhos, lhe é conferida desde a tenra idade através da educação social e cultural, que ela recebe. E é essa educação que muitas das mulheres das comunidades africanas e moçambicanas têm mantido cultivando um estilo de vida, onde, a exploração da

[...] Mulher é um aspecto do sistema geral de exploração do homem pelo homem. E esta exploração que cria condições de alienação da mulher, a reduz à passividade e a exclui da esfera da tomada de decisões da sociedade. Assim, as contradições antagônicas que existem são entre a mulher e a ordem social exploradora (Machel, 1979, p. 18).

Vive-se num ambiente de desconhecimento ou de se ignorar dos direitos sociais e de igualdade entre homens e mulheres (sobretudo para as pessoas não escolarizadas), “A vasta maioria de mulheres não está informada sobre os seus direitos” (Fidh; Ldh, 2007, p. 11).

O desrespeito dos direitos da mulher, em especial a da zona rural no Norte de Moçambique, não deve ser justificado apenas pelo desconhecimento, mas também, é devido à imposição masculina, que mesmo estudados e sabendo da existência legal da igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres que Moçambique tem, porque,

Todas as associações que se reuniram com a missão destacaram este facto. Muitas delas têm como prioridade dar aconselhamento legal às mulheres em dificuldade (A Liga dos Direitos Humanos, MULEIDE, WLSA, Associação de Mulheres de Carreira Jurídica). Muitas associações também trabalham no sentido de darem às mulheres pobres informação sobre os seus direitos (Fidh; Ldh, 2007, p. 11).

O alheamento da mulher perante os homens continua prevalecendo, mesmo sendo que, a política pública dos governos mundiais esteja engajada pela “defesa” dos direitos sociais, políticos, e econômicos da mulher, ações manifestas através da realização de conferências mundiais, a de México (1975); a de Copenhague (1980); a de Nairóbi (1985) e a de Pequim (1995), que foram realizadas com temáticas próprias em prol da defesa da mulher, e que muitos países africanos se tornaram signatários.

Parte de moçambicanos “assumiu” a “emancipação da mulher” desde a luta armada de libertação de Moçambique, e que com o alcance da independência, fortaleceu-se o discurso sobre a “emancipação e libertação da mulher”. Entendia que, não era significativo libertar o país do colonialismo português, sem que houvesse a emancipação e libertação da mulher, pisada sob a inferioridade perante o esposo no lar, e, da subalternidade na sociedade, e, para

tal, Machel se questionava: “Como fazer triunfar a Revolução sem libertar a mulher? Será possível liquidar-se o sistema de exploração, mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode liquidar só uma parte da exploração e da opressão” (Machel, 1979, p. 18).

Em conformidade com a ideia de emancipação e libertação da mulher em Moçambique, nos primeiros anos de independência na década de 1990 até então, - período de realização deste estudo, foi, e, é possível existir uma boa representatividade de mulheres fazendo parte das “atividades políticas”, como nos revela a foto abaixo, que ilustra a sua presença massiva em reuniões, comícios, e, em campanhas eleitorais, mesmo sendo que essa presença não seja o sinônimo da sua liberdade, e ou emancipação.

Figura 4 - Participação das Mulheres em Comícios Públicos



Fonte: Revista Tempo (1993)

Embora de se considerar de não ser possível se falar da independência em Moçambique, sem se ter em conta à “liberdade da Mulher”²³ e a sua integração nas ações sociais, políticas e

²³A expressão liberdade da Mulher é usada entre aspas, para ressaltar a contrariedade entre o escrito em vista à ideia da liberdade igualitária francesa, com a de Moçambique. Pois, “[...] no nosso caso, que a mulher para se libertar deve assumir e viver criativamente a linha da política da FRELIMO. Fora disto ela lançar-se-á em combates estéreis, secundários, que a esgotarão inutilmente sem sucesso” (Machel, 1979, p. 27-28).

econômicas no país, e, apesar de Moçambique ser signatário das conferências mundiais sobre a mulher, até então, a questão da libertação da mulher em Moçambique contra a exploração e subalternização masculina, pode se constituir numa utopia, no período em estudo. Isto porque ainda alguns homens se encontram arraigados, em círculos sociais, cuja ideia que prevalece é a de que a mulher deve estar envolvida apenas com atividades agrícolas, domésticas procriação e na educação de filhos, como se estivessem a manter o pensamento do patriarcado colonial.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA MULHER DA ZONA RURAL DE MOÇAMBIQUE

Uma das vias para o entendimento de como se constrói a identidade da mulher de Moçambique, e, em especial da zona rural, é através das suas atuações no seio da comunidade. Esta identidade não pode ser vista apenas em suas características fisiológicas, ou as pré-definidas através dos estereótipos de gênero, mas sim, nas suas potencialidades intelectivas.

Com efeito, a mulher ao dar o seu máximo, quer através de atividades domésticas não remuneráveis, quer através de atividades de renda informais ou formais, todas elas contribuem para o desenvolvimento social no seu meio. Estas ações tornam na mulher, em participante perene na recriação histórica e econômica da sociedade, das condições sociais, políticas e econômicas a que ela se defronta, uma vez que, “[...] não são os pensamentos e os desejos dos homens que fazem a vida e as circunstâncias materiais, são as condições econômicas que formam a base de todas as manifestações intelectuais da sociedade humana” (Marx; Engels, 1978, p. 23).

Ora, sendo que a natureza se transforma graças à inteligência humana (homem e mulher), então existe a pertinência da não repressão de ideias de uns em detrimento de outros, ou seja, o domínio de homem sobre a mulher. Entretanto, apesar de Marx e Engels (1978) ter chamado atenção na sua época, ao afirmar que, “[...] as ideias e as ciências são sempre ditadas pela determinação de classe. São, ou reprimidas, ou então passam para o serviço dominante que as molda para seu uso, a fim de as monopolizar e explorar, tornando-se para as massas um meio de mistificação e de justificação das classes dominantes (Marx; Engels, 1978, pp. 24-25), essa advertência torna-se viva e tão necessária em Moçambique pós-independente, na década de 1990.

As condições repressoras pelas quais a mulher da zona rural ao norte de Moçambique tem perpassado podem ser vislumbradas a partir da subalternação feminina em relação ao homem, uma vez que, as ideias para a materialização de atividades que criam um rendimento ou desenvolvimento (social, político e econômico) em muitos casos carecem de aprovação masculina, ou seja, são ditadas pela determinação dos homens (Santana, 2023). Isso desvela a exploração que a mulher sofre, por influências das conjunturas do modo de produção a que o mundo está submerso por um lado, e pelas condições culturais ou tradicionais das regiões onde a mulher vive de outro lado.

As realidades sociais podem favorecer para que as mulheres possam cair na cilada da utopia de igualdade de oportunidade entre mulheres e homens, e, tendo uma aceitação passiva ligada à divisão de trabalho, um estilo de vida que aconteceu desde a antiguidade, e, que pode proporcionar a realidades decorrentes quanto às desigualdades de acesso aos benefícios sociais e de oportunidade, entre homens e mulheres na sociedade.

A divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existem entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa, prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha fia e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca, e a mulher é dona dos utensílios caseiros (Engels, 2012, p. 200).

Mas esta divisão sexual do trabalho que aconteceu de forma espontânea na antiguidade, não permaneceu estática e fixa. Na medida em que o humano foi se desenvolvendo, também, as tarefas por ele desempenhadas foram se mudando. No entanto, o desenvolvimento das sociedades humanas, e com elas as interações sociais dos homens e mulheres ocorridos ao longo da história mundial, tendem relegar a mulher na posição de inferioridade em relação ao homem (Arnfred, 2011). Trata-se de um estilo de convivência social que, na tentativa de se explicar ou defender a inferiorização da mulher, remetem à questão de maternidade que ela tem, ao referir que, “[...] resulta de circunstâncias históricas variáveis, sempre ligadas às suas funções de reprodutoras” (Meillassoux 2004, p. 125).

É como se quisessem ignorar de que a função reprodutora não é só da mulher, mas também, homem, mesmo sendo que, cabe à mulher, a realidade de gestacional e dos cuidados de mãe que ela presta aos filhos, como referiu (Binka, 2012), sobre a prevalência da mulher africana em atividades domésticas, ao enfatizar que “na África Subsariana, como em todas as outras Regiões do mundo, as mães são as primeiras prestadoras de cuidados aos seus filhos”

(Binka, 2012, p. 70), mas que não significaria que ela deva ser olhada como um ser inferior em relação ao homem.

As relações sociais que podem ocorrer entre as mulheres com os homens a nível mundial, podem ser manifestas de diferentes maneiras, consoante o modo de produção ideológica, de vivências culturais ou crenças e divisão do trabalho.

Na cultura africana, a mulher²⁴, está imersa na visão que relega a mulher como um ser inferior ao homem. Perante essa mentalidade, ela é confinada desde cedo aos trabalhos domésticos. Com existência de atividades destinadas exclusivamente às mulheres, que se perpetuam por gerações fazendo com que ela aceite de forma passiva, não só a exploração, mas também, a exclusão social, no que refere à tomada de decisões, no seu meio social, uma vez que, a educação sociocultural parece ter normalizado tais práticas “[...] normalmente, sofrem a pressão cultural para executarem tarefas domésticas, as raparigas também são preparadas para o seu papel como procriadoras” (Binka, 2012, p. 40).

Os aspectos sociais e históricos de Moçambique é que definem o lugar da mulher na família e na sociedade, devido à existência de sistemas de organização familiar com características próprias, a saber: patrilinear - que é seguido pelos povos da região Sul do país; e a matrilinear, que rege os povos das regiões Norte e Centro do país. Estes são os sistemas pelos quais se ditam as formas como as mulheres e homens são socializados e, por conseguinte, as posições de cada um na sociedade (Martinez, 2007).

Para os grupos sociais que seguem o regime patrilinear, a sua descendência ocorre através da linhagem paterna. Aqui, no âmbito de casamento (*lobolo*²⁵), a mulher é quem deixa a sua família e passa a viver com a família alargada do seu marido, passando a “fazer parte da família” do marido. Tudo o que tiver (filhos e bens materiais), são pertences do marido e da sua família. Assim, em caso de morte do marido, os filhos e os bens tendem a ficar com a família do marido e não com a mulher (Maúngue, 2015).

O casamento, assumido por via de *lobolo*, a mulher pode tornar-se como “propriedade privada” do seu marido e com a sua família, mesmo que ela enfrente maus tratos por parte do marido, deve permanecer, uma vez que, houve compensação material e monetária para a família da mulher (pais e tios da mulher), (Junod, 1996). Dessa forma, em alguns casos, a

²⁴ Nas primeiras décadas do século XIX, as mulheres moçambicanas não eram referenciadas de forma individual, mas com olhares eurocêtricos, que não permitiriam perceber os diferentes papéis femininos, que sejam políticos, sociais e económicos. A visibilidade era negativa, não merecedora de atenção, mas de desprezo e ironia. (Espíndola; Corte, 2015).

²⁵ Lobolo é “um legado sociocultural predominante no Sul de Moçambique, classicamente entendido como a oferta feita em compensação matrimonial à família da noiva” (Rocha et al., 2021, p. 4).

mulher se sujeita a vida dura perante o marido, e não pelo comprometimento de amor e proteção, tornando-a assim em uma autêntica escrava.

Outro elemento característico ligado à prática do lobolo é a raridade em relação ao divórcio do casal, sendo que, ele deve acontecer com a iniciativa do homem, isto em caso em que a mulher pode ser mandada embora, principalmente quando do casamento não resultam filhos (Collier, 2007).

Nesse sentido, há valorização para com a mulher que procria, e, o nascimento dos filhos são celebrados, com júbilo. Por exemplo,

A criança Tsonga é sempre recebida com alegria por toda a família. Se é menina significa acréscimo de bois, que permitirão mais tarde comprar mulher para um dos filhos; é, pois, não só um aumento de riqueza, mas também aumento do número dos membros da família. Se é menino, não há enriquecimento material direto, mas o clã torna-se mais forte e o nome do pai é glorificado e perpetuado (Junod, 1974, p.53).

A ideia de que na região sul de Moçambique e em todas as partes do país em que se faz a prática do *lobolo*, a mulher é como se fosse uma moeda para o enriquecimento dos homens, pois, os maiores beneficiários com o nascimento de uma menina na família, são os homens.

O lobolo é uma prática que foi combatida desde o tempo colonial, e de forma mais severa, no período logo após a independência de Moçambique (Santana, 2006), que, no entanto, é um estilo de vida que prevalece até então, como por exemplo, “o ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela, deu 55 cabeças de gado como lobolo para a família de Graça Machel, esposa do falecido presidente Samora Machel”. O que significa que, apesar de trazer consigo marcas de exploração para a mulher, o lobolo é e continua sendo valorizado pelos seus praticantes, independentemente da idade, posição política ou status social.

Em contrapartida, para as sociedades matrilineares, o cenário é diferente. Aqui, a descendência é através da linhagem materna, sendo que os bens (sobretudo a terra) passam de geração em geração através dos familiares da mãe, o que permite dessa maneira, que eles permaneçam, na linha sanguínea.

Nesta cultura, a posição da mulher é aparentemente fortalecida porque, após um divórcio, a casa e os filhos continuam fazendo parte da família da mulher, o que pode conferir-lhe alguma vantagem em relação ao homem, ela é basilar na família. Porém, isso não significa que ela detém o poder formal, isso porque, esse poder está investido no irmão da mãe (tio materno). É quem deve tomar as decisões e distribuir dos bens, em caso de divórcio ou morte de um dos cônjuges (Arnfred, 2011; Tvedten, 2011; Collier, 2007). Assim, podemos

afirmar que, nesta cultura, também a mulher se encontra numa posição inferior em relação ao homem, porque é o tio materno quem deve tomar as últimas decisões sobre os bens ou vida da mulher.

De forma geral, as práticas culturais de Moçambique, tanto nas comunidades patrilineares, quanto nas matrilineares, a identidade social da mulher é construída num mundo, onde as relações sociais entre mulheres e homens, são caracterizadas pela posição de subalternação das mulheres. As práticas sociais e culturais dos dois grupos sociais (patrilineares e matrilineares) se assentam em formas de convivência social, onde se exercer um controle social que prioriza o coletivo masculino em detrimento do individual feminino (Arnfred, 2011; Tvedten, 2011; Collier, 2007).

No entanto, apesar da mulher ser olhada como alguém que não pode ter voz, ou seja, de ser colocada em posições subalternas, ela constitui elemento-chave na manutenção da sua família através do seu trabalho. E isso se manifesta não só para com a mulher moçambicana, mas também, em outras partes do continente africano, onde,

Estima-se que o rendimento das mulheres no trabalho agrícola represente quase 70% do trabalho total realizado pelas mulheres na Região. As mulheres também produzem cerca de 60–80% dos alimentos na Região. Sendo as mulheres a fonte dominante de trabalho agrícola, que é o pilar das economias da Região. (Binka, 2012, p. 78).

O fato de se ter a mulher da zona rural de África no seu todo e em particular a de Moçambique, como responsável pelo cultivo da terra, de cuidar de rebanhos, de zelar pela conservação da casa, de seus filhos e de outros parentes, não é só da cultura africana, ou moçambicana. Mas é sim, tão antigo, quanto ao desenvolvimento do homem, enquanto ser social. Pois que na sociedade primitiva, cabia às mulheres a responsabilidade na efetivação aos trabalhos domésticos, (casa, filhos, idosos ou doentes) e a gestão dos bens materiais, enquanto, os homens se dedicavam à caça e atividade extrativas (Ponce, 1991).

Ao se relegar dos cuidados domésticos como tarefa exclusivamente para as mulheres, e, os outros serviços como à caça, mineração etc. como atividades para homens, pode ser o motivo pelo qual, ainda hoje, alguns homens mantêm-se na descrença quanto à execução responsável de atividades contrárias às do trabalho doméstico a que a mulher pode fazer. É como se os trabalhos domésticos fossem tão fáceis de executá-los, contrariamente com a caça, que precisa de muita imaginação, por exemplo.

Em Moçambique, culturalmente em muitas regiões, a mulher esteve ligada às atividades domésticas e ao comércio de pouca escala, portanto, comércio que era voltado

apenas para a subsistência. Essas práticas perduraram por muito tempo, e, podem ser que estejam mantidas nas zonas rurais, até então.

Era preciso se compreender de que o trabalho tem um sentido mais amplo e ontológico. O trabalho é parte integrante da história e da vida humana. Pelo trabalho, ocorre a transformação da natureza, a fim de atender à evolução das necessidades humanas (Marx, 2010)

Portanto, homem e mulher, ambos devem agir como construtores da história, a partir das suas condições materiais, indiscriminadamente. Em contrapartida, algures em África, especificamente na zona rural ao norte de Moçambique, é verificável a existência de desenvolvimento de trabalho, a partir da lógica do gênero, onde recai para a mulher, instruir as suas descendentes na realização de atividades, desde a tenra idade.

As raparigas são envolvidas em tarefas domésticas, logo que ficam fisicamente capazes. Também lhes dão tarefas fora de casa, como ir ao mercado vender ou trocar alimentos e outros produtos. Se a mãe morrer ou ficar incapacitada por doença, o fardo do trabalho doméstico recai frequentemente sobre as filhas, a quem também é atribuída a responsabilidade de cuidar dos idosos ou doentes mentais. Obviamente, esse trabalho põe, muitas vezes, em risco a escolaridade das raparigas (Binka, 2012 p.39).

Em muitas regiões consideradas do terceiro mundo ao nível mundial, e na zona rural ao norte de Moçambique de forma especial, seja fácil de encontrar crianças ou meninas na sua maioria, que começam a realizar as atividades domésticas desde pequena. No entanto, pode não ser pela mera vontade dos seus responsáveis, ou pelos caprichos culturais apenas, mas sim, em certos casos, podem ser motivada consoante às condições materiais a que elas se encontram. Isso pode subentender nas figuras 5 e 6, a seguir expostas.

Figura 5 e 6 - Vida na zona rural - mulheres e adolescentes catando água para o seu consumo nas suas casas



Fonte: Revista Tempo do dia 20/12/98, p. 50



Fonte: Revista Tempo do dia 13/9/98, p. 23

Na imagem acima nos vemos várias adolescentes Moçambicanas as sôfregas não só para catar água para o seu consumo ou uso múltiplo junto as suas famílias, mas também, pela carência econômica e submissão aos trabalhos domésticos que ela passa desde a tenra idade. Esta imagem nos sugere às duras realidades com que a mulher moçambicana da zona rural se debate no seu quotidiano – a pobreza econômica e a Social.

No âmbito de pobreza econômica não pode ser avaliada apenas nas vestimentas que elas usam, nas longas distâncias que percorrem, na dificuldade de acesso à água potável, mas também, nos utensílios que elas trazem na primeira imagem: panelas feitas de barro/argila com o fabrico caseiro, e que em caso de escorregar e cair parte-se e, acabando se perdendo água.

Ainda quando a prevalência da denuncia do elevado índice da pobreza que a fotografia nos ilustra, podemos subentender que, as adolescentes na imagem, se encontram em zona residencial rural, onde o seu nível de vida pode ser precário, cuja dificuldade no acesso de água²⁶ potável nas suas casas, é uma realidade. E assim sendo, as adolescentes dependem de

²⁶ Em Moçambique, a fonte de água para beber vem classificada com as seguintes categorias: “Água canalizada dentro de casa; Água canalizada fora de casa/quintal - quando a ligação está localizada fora de casa mas dentro do quintal; Água canalizada na casa do vizinho, quando o agregado familiar se abastece de água canalizada na casa do vizinho; Água da fontanária/torneira publica – quando a casa se abastece de água proveniente de um fontanário. Os fontanários podem ter uma ou mais torneiras e são, geralmente, feitos de uma estrutura de cimento; Água de furo/poco protegido com bomba manual – quando o agregado familiar se abastece de água proveniente do subsolo puxada através duma bomba manual. O poço ou furo estão protegidos; Água de poço protegido sem bomba manual – quando o agregado familiar se abastece de água proveniente do subsolo puxada através de um recipiente ou balde, porém, o poço está protegido; Água de poço não protegido - quando o agregado familiar abastece-se de água de um poço sem nenhuma protecção; Água de nascente - quando o agregado familiar se abastece de água de uma nascente, da qual é colectada; Água de superfície (rio, lago, lagoa) - quando o agregado familiar se abastece de água localizada acima do solo e inclui rios, represas, lagos, lagoas, riachos e canais de irrigação a partir dos quais a água é retirada directamente, independentemente de como é acumulada e distribuída na casa; Água da chuva – quando o agregado familiar se abastece de água da chuva que é colectada ou colhida de telhado e armazenada em um recipiente, tanque ou cisterna, até ser utilizada; Água de tanques camiões/carregada em tambores - quando o agregado familiar se abastece de água que é trazida por um fornecedor, transportada por meio de um camião tanque/tambor para uma comunidade e vendida. Os tipos de transportes usados para transportar a água podem incluir carroça, veículo motorizado ou outros meios; Água Mineral/ água engarrafada – quando o agregado familiar se abastece de água mineral, engarrafada em

uma fontanária ou furo de água quanto este se encontrar em funcionamento, caso não, têm, que recorrer em birros próximos, ou mesmo à água corrente dos rios, para matarem a sede, ou outro tipo de consumo que carece de água, uma vez que, o censo se 2017 mostra que “[...] 51,3% dos agregados familiares usa água não segura para beber” (INE, 2017, p.10).

Em Moçambique, quanto ao abastecimento de à água potável e ao saneamento básico, encontra-se nos níveis baixos. No entanto, a escassez de água não é apenas uma problemática que é enfrentada pelas mulheres da zona rural de Moçambique, mas sim abrange outros países também que se encontra em condições de pobreza, e que suas populações, de modo especial mulher que,

[...] está a enfrentar o duplo fardo da elevada escassez de água ou muito elevada e de níveis de serviço de água potável baixo ou muito baixos - conhecido como vulnerabilidade extrema à água - deixando as suas vidas, saúde e bem-estar em risco. É um dos principais fatores de mortalidade entre as crianças com menos de 5 anos devido a doenças evitáveis. O relatório mostra que os mais afetados vivem em países de baixo e médio rendimento da África Subsaariana, da Ásia Central e Meridional e da Ásia Oriental e do Sudeste Asiático (UNICEF, 2023, p.2).

Em Moçambique, o baixo nível de abastecimento água potável, não é o único indicador que caracteriza o alto índice de pobreza. Existem outros elementos a serem tomados em conta, como a falta de recursos financeiros, a fome, a reduzida existência de infraestruturas de saúde e de educação, e entre outros. São fatos que levam o país a ocupar o 183º lugar no ranking de 191 países, saindo da posição 185 no anterior relatório. (PNUD, 2023). No entanto, a ligeira subida no ranking, não significou sair do fosso de pobreza, ainda continua sendo um dos países com o nível de desenvolvimento humano mais baixo do mundo.

2.3 A MULHER E A LUTA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na década de 1990, na área do desenvolvimento socioeconômico e produção de renda para o sustento de sua família, a mulher em Moçambique se viu obrigada a se envolver não só nos trabalhos agrícolas de renda familiar, mas também, nos trabalhos formais, mesmo sendo que os trabalhos por ela assumidos podem ser levados a cabo no meio de muitas dificuldades, devido às atividades domésticas e “invisíveis” que ela exerce no seu cotidiano, isso, desde o tempo colonial.

recipientes plásticos ou de vidros; outras fontes de água – refere-se as outras fontes não previstas nas categorias anteriores. (INE, 2017, p.13-14).

[...] A mulher desempenhava, assim, um determinante papel na reprodução global da sociedade, e disso rapidamente apercebeu-se o governo colonial, que a partir dos anos dez deste século, procurou coibir, ao menos formalmente, a utilização da força de trabalho feminina. Utilizá-la nos mesmos moldes que a masculina, de forma intensiva, significaria afastá-la de suas tarefas, e mais particularmente da produção agrícola, desestruturando o ciclo reprodutivo; de fato, a preservação, ainda que parcial, da produção familiar foi um forte fator no processo de acumulação de capital (Zamparoni, 1988, p. 109).

A procura de um acúmulo de renda econômica e, através de exploração dos desfavorecidos, fez com que houvesse a utilização da mão de obra feminina nos trabalhos de “renda econômica”, equiparando-se ao que sucedia no período da revolução industrial, uma vez que,

[...] empregava exclusivamente mulheres, dando preferência às casadas, sobretudo as que tinham em casa uma família que vivia ou dependia de seu salário, pois estas eram muito mais ativas e cuidadosas que as mulheres solteiras; além do mais, a necessidade de procurar o sustento para a família, as obrigava a trabalhar com maior afino (Marx; Engels, 2011, p. 90).

Apesar de ser em épocas diferentes, em Marx encontramos denúncias sobre a exploração da mulher desfavorecida se olhar para o contexto sócio-laboral do período em estudo, podemos redimensionar que, as ideias de Marx e Engels acima referidas, retratam a vida da mulher da moçambicana. Ora vejamos: as elites detentoras dos meios de produção, que na sua maioria, são compostos por homens, que mesmo sendo em diferentes épocas, e em lugares ou países diferentes, denotam atividades de envolvimento em atos de exploração aos mais necessitados, onde as mulheres passam a ocupar o lugar de destaque para esse tipo de injustiças ao serem usadas como meros objetos, ou seja, “[...] as virtudes características da mulher se invertem em seu próprio prejuízo: toda pureza e doçura de seu caráter converte-se em instrumento de tortura e escravidão”, (Marx; Engels, 2011, p. 90).

A exploração da mulher moçambicana quanto à “dupla”²⁷ realização de atividades para o sustento da sua família, não se verificou apenas no período de colonização, mas continua até o século XXI. Trata-se de um sofrimento que não é direcionado apenas para a mulher, mas sim, que atingiu toda a classe de trabalhadora que vivem em condições vulneráveis e propensas a fragilidade econômica.

Moçambique passou a seguir a economia do modo de produção capitalista, na década de 1990 através da Constituição da República, no entanto, as políticas públicas ligadas à

²⁷ Usamos a expressão de dupla realização de atividade, para evidenciar os trabalho doméstico (na família) e formal (para o patronato) que a mulher exerce, a fim de garantir ordem e segurança social econômica no seu lar.

economia de mercado de livre concorrência, já vinham acontecendo desde a segunda metade da década de 1980,

[...] é assim que em 1986, Moçambique assina o Acordo com o FMI. É neste exercício de relação Governo de Moçambique e FMI/BM que é introduzido o Programa de Reajustamento Econômico (PRE) em 1987 e em 1990 o Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), numa tentativa de fazer crescer a dimensão social do programa, já que a exclusão dava indícios de crescimento. Estas reformas não representaram a redução da pobreza, apesar do aquecimento da economia (Taimo, 2010, p. 108).

Desde o momento em que o país foi aceito e passou a tornasse membro das instituições financeiras pelo FMI/BM, em nome do rápido desenvolvimento econômico, Estado moçambicano passou a abrandar sua responsabilidade pelos serviços sociais dos moçambicanos, e, verifica-se a introdução da política da “descentralização” o que iria fazer o Estado oferecer serviços “menos burocratizados e centralizados”, que, no entanto, forçou-se a redução do número de funcionários públicos tanto homens, quanto mulheres. “[...] a falta de emprego constitui sobremaneira para estes conflitos conjugais, porque com as privatizações, a mulher é sempre a primeira que vai para o olho da rua, assim sendo, ela entrega-se ao trabalho de corpo e alma procurando dar de melhor e o máximo de si” (Felizarda Castilho, in Revista Tempo, 30/5/99, p.29).

A nova dinâmica de vida a que o país levou, não só coloca em risco a mulher enquanto trabalhadora (assalariada), mas também, enquanto cônjuge nos remete a variás vertentes de sofrimento a que a mulher pode ter, por se encontrar em situação de desemprego, tais como: pobreza e dependência econômica, a falta de meios para o sustento da família (fome), a exclusão laboral, violência doméstica.

A mulher “desempregada”, em alguns casos é olhada como um peso para o esposo – o que remete a uma supervalorização do trabalho assalariado em favor de um empregador. Desse modo, a mulher tem que se empenhar ao trabalho assalariado, vendendo as suas forças aos empregadores não só pela necessidade de dar o sustento familiar, mas também para ter aceitação no lar e pelo cônjuge. Ignorando-se ainda que, pelo trabalho assalariado, o indivíduo (homem e mulher) se vende apenas para o seu sustento, o que o torna em um simples instrumento de trabalho, que se vende por subsistência e não pela transformação histórica da sua vida e da sociedade. Com efeito,

A força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é, portanto, a atividade vital peculiar ao operário, seu modo peculiar de manifestar a vida. E é esta atividade vital que ele vende a um terceiro para assegurar-se dos meios de subsistência necessários. Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. Trabalha para viver. Para ele próprio, o trabalho não faz parte de sua vida; é antes um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Eis porque o produto de sua atividade não é também o objetivo de sua atividade. (Marx; Engels, 2011, p. 30).

O trabalhar fora de casa, ou seja, para uma entidade empregadora, não pode constituir-se em único meio específico para se reconhecer de que a pessoa exerce uma atividade economicamente rentável. Para o caso em que a mulher desenvolve atividades domésticas, ela gasta energias físicas e mentais da mesma forma que um assalariado o faz independentemente do local de trabalho, onde se encontra (escritório, indústria, escola, roça etc.), pois que, todas as atividades laborais, carecem de empenho, planificação, dedicação, e, acima de tudo, gastam as energias físicas e intelectivas para que resultado se torne rentável.

Os esforços pelos quais a mulher empreende para evitar que ela seja a primeira a ser despedida pelo patronato, não devia se tratar apenas de luta para sustentar sua família, mas sim, tinha que se considerar o direito que a mulher tem, quanto ao acesso do trabalho, por ele fazer parte de seus direitos sociais, garantido pela Constituição da República de Moçambique de 1990, no seu artigo 86. 1, garante que, “[...] o trabalho constitui direito e dever de cada cidadão independentemente do sexo”. Portanto, não podia ser a mulher a primeira a perder emprego, mas sim, os afastamentos no setor laboral, deveriam ser de forma equitativa entre homens e mulheres.

A mulher moçambicana ao fazer de tudo para se manter no setor empregatício, para evitar que ela se submeta aos maus tratos a que alguns homens infringem às mulheres, só porque elas não têm emprego, ou seja, não “contribuem com fundo de economia na casa/família”, em forma de salário, logo, “nada fazem” para a família. Sendo assim, “[...] ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão” (Machel, 1979, p. 18).

A mulher ao lutar para se manter no setor laboral “formal” pode ser um meio pelo qual adota para se ver livre de os conflitos conjugais e ou de violência doméstica; livre da dependência financeira e humilhação para com o seu cônjuge, e, ainda, livre da fome no seu lar. Portanto, ela sente-se obrigada a entregar-se ao trabalho assalariado, de corpo e alma, procurando dar do melhor e o máximo de si, o que pode torná-la numa autêntica escrava para o seu patronato, que sofrer tais humilhações no seu lar, uma vez que, “perdem-se Homens e avidam-se dignidades nas invenções desesperadas do trabalho. Lutando por um honrável de humana existência, muitos cometem o erro de negar a vida em nome da vida” (Revista Tempo, 22/9/96, p.12).

De fato, urge empreender forças na luta contra a desvalorização da mulher no lar, no trabalho, e ou, na sociedade, e essa luta não deve ser enfrentada apenas pela mulher, enquanto

um ser particular, mas sim, como um grupo, pois, “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes. [...] A sociedade divide-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado”. (Manifesto do Partido Comunista, 1848).

Em Moçambique, a determinação da mulher em defender a sua dignidade, e de lutar pelo reconhecimento do seu trabalho perante o patronato e ou a entidade responsável do setor laboral, chegou a custar preços bem altos, para algumas mulheres. “[...] por terem denunciado casos de assédio sexual a que foram alvo no seu posto de trabalho, duas trabalhadoras de igual número de empresas gráficas no Maputo foram este ano expulsas” (Revista Tempo, 1999, p. 49).

Apesar de ter acontecido na década de 1990, este é um cenário que merece a nossa atenção, no que diz respeito à situação da mulher enquanto trabalhadora no país, até aos nossos dias. Não se trata apenas da falta de reconhecimento das atividades que ela executa, e das competências que ela demonstra, enquanto trabalhadora, mas acresce a questão da desvalorização da sua dignidade enquanto mulher e ser social.

Mesmo ela demonstrando a sua abnegação, a sua qualidade como trabalhadora, em certos casos, sofre o assédio sexual que, caso a mulher queira mostrar a sua integridade, acaba se vendo ao “olho da rua”, como disse Felizarda, quando se expressou sobre o esforço a que a mulher moçambicana fazia ou deve fazer, para evitar a perda de emprego.

A luta da mulher para se manter empregada é deveras desafiadora. No entanto, para os empregadores é como se nada de errado estivesse acontecendo. Por exemplo, a “Revista Tempo” denunciou a ação de duas (2) empresas gráficas que tiraram o pão de duas (2) mulheres por denunciarem o assédio sexual. São duas (2) mulheres são injustiçadas ao tentar se defender da tripla desvalorização: falta de respeito pela sua dignidade, falta de reconhecimento do seu trabalho na empresa, e o silenciamento dos seus direitos sociais. Esta atitude nos remete a existência da legislação em defesa da mulher apenas no papel e não na sua prática, isto porque,

A complacência e a impunidade de algumas administrações locais face à violação dos direitos humanos das mulheres, como é o caso do assédio sexual e da violência doméstica, restringem também a implementação das políticas de gênero, tornando-as, com frequência, irrelevantes (Osório, 2010, p. 87).

A violação dos direitos das mulheres, a falta de respeito pela mulher tanto no trabalho como no lar, o não reconhecimento das suas qualidades, são marcos que promovem desconforto da mulher nos diferentes meios de convivência interpessoal. A expulsão das

denunciantes do assédio sexual nas gráficas demonstra uma repressão psicológica para com as outras mulheres da mesma ou outras empresas, para se manter caladas perante situações iguais (o assédio sexual e a denúncia). Essas atitudes nos remetem que, a mulher, em especial a da zona rural, se sujeita a exercer trabalhos domésticos.

A mulher da zona rural de Moçambique com suas longas horas de trabalho formal e ou na agricultura, é considerada a mais fraca na divisão do trabalho, onde na “[...] relação à posse da terra, à concentração de serviços na figura masculina e às discriminações, que as colocam em uma posição de desqualificadas injustamente” (Valá, 2006, p. 113). Segundo o Boletim Informativo Especial (2019), apesar de todo o aparato jurídico criado para favorecer a mulher da zona rural de Moçambique, ela desconhece seus direitos e na sua maioria analfabeta ficando a margem de um projeto de sociedade.

3 A “REVISTA TEMPO” NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Não olhe para onde você sente. Olhe para onde você escorregou. (provérbio africano)

Muhiwehe nipuro onuwereyani. Muwehe nipuro mutherekuwalyanhu/muxerekuwalyanhu.

(Emakhuwa) Usiangalie unapohisi. Angalia ulipoteleza. (Kiswahili)

Durante o período colonial, o sistema educacional era discriminatório²⁸ e profundamente hierárquico. O ensino oficial destinava-se aos colonos e às elites africanas assimiladas, enquanto a maioria da população africana era relegada a uma educação rudimentar, geralmente administrada por missões religiosas. Jornais como o *Boletim Oficial* documentavam os decretos e regulamentações que refletiam a lógica imperial, evidenciando o uso da educação como mecanismo de controle social e assimilação cultural (Neves Dias, 2004; Mazula, 1985).

Em Moçambique, não se pode desvincular do sistema educacional no tempo colonial, de forma separada da atividade evangelizadora cristã, em especial, da igreja católica, uma vez que, o ensino escolar em Moçambique se formalizou com a chegada e permanência dos portugueses na Ilha de Moçambique, que fundaram “uma escola primária destinada ao ensino do catecismo, leitura, escrita e aritmética para a população indígena, escola que em 1773 ainda se encontrava em funcionamento” (Madeira, 2007, p. 336), mesmo sendo escolas reservadas para a minoria.

As primeiras iniciativas na construção de um sistema de ensino público datavam de 1766 quando o Governador Baltasar Pereira do Lago, nomeado pelo Marquês de Pombal para a costa oriental de África entre 1765-1779, fundou a primeira escola para o ensino primário na Ilha de Moçambique, na zona norte da colónia. Esta escola destinava-se aos filhos dos portugueses que não podiam deslocar-se a Goa ou a Lisboa para aprender as primeiras letras...outros documentos referem que a primeira aula de instrução primária foi instalada na Casa Conventual de S. Domingos da Ilha de Moçambique, em 1799, por determinação do Governador Francisco Guedes de Carvalho e Meneses. Com a instalação desta escola, procurava colmatar-se a falta de instrução do pessoal administrativo, nomeadamente dos juizes ordinários, “ignorantíssimos”, servindo também para “ocupar a mocidade”, retirando-a da inércia e ociosidade em que se encontrava... Os professores destas escolas, por não haver mestres, nem quem se encarregasse da instrução na província, eram goeses e, refere o autor,

²⁸ Tomamos a noção de que a Educação no tempo colonial era discriminatória, porque nesse tempo o ensino escolar acontecia em escolas separadas para homens e mulheres, e, ainda verificava-se a separação de escolas para brancos e para os africanos da pele negra, onde a educação destinada aos negros tinha fins exploratório da Mão de obra barata, através da Alienação cultural passando a assumir os valores dos colonos (Mazula, 1985).

que, eram tão alheios e errados no falar como os próprios discípulos. Sabe-se, entretanto, que em 1838 a Província estava dependente de um só professor para assistir aos 86 alunos que se tinham deslocado, de todos os portos, para frequentar a aula de instrução primária de Moçambique. O conselho governativo da Província solicitava ao governo do reino que se dignasse nomear um substituto, “pessoa de boa moral e instruído no método do ensino mútuo”, visto que “com este clima precário e insalubre” não se poderia “contar por muito tempo com um só indivíduo (Madeira, 2007, p. 336-337)

Os primeiros momentos de introdução do ensino escolar em Moçambique estão ligados com a ação missionária, preocupada em cristianizar os nativos. Assim, houve o uso do evangelho para facilitar a penetração portuguesa nas diferentes regiões do país e retirarem os metais preciosos sem que houvesse contestação da parte dos moçambicanos. Nessa mesma lógica, as escolas eram para instruir os colonizadores existentes na colônia, apesar de que as escolas eram escassas.

De acordo com Ngoenha (2000) e Mazula (1985), o processo de criação de instituições educativas tem lugar com a queda dos últimos reinos africanos que datam no fim do século XIX. O que pode nos levar a afirmar que, o processo educativo em Moçambique só foi implantado nos finais do século XVIII, e que teve seu ponto mais alto nos finais do século XIX, depois da partilha da África na conferência de Berlim.

Com efeito, é a partir desse período que Portugal faz um esforço sistemático de educação nas suas colônias ultramarinas, tendo, como aliada, a Igreja através de pactos para que, com isso, o papel da filosofia nas colônias fosse de caráter *sine qua non* para a dominação dos povos nativos “[...] em sujeitar uma educação nos programas de ensino alicerçados no livro e a enxada, que consistia na aprendizagem do saber fazer, ou seja, uma educação forçada para trabalhar a terra de modo a produzir e garantir a economia de produção do regime” (Sousa; Pinto, 2021, p. 10).

A administração da educação no sistema colonial nas regiões sob o domínio português era com vista à obtenção de um controle mais direto sobre a educação da população negra, por isso, tinha seus objetivos próprios, como, por exemplo, a criação de um sistema de ensino que fosse capaz de habilitar o indígena para o seu papel específico de trabalhador análogo à vida escrava, “[...] ele não briga por salários, mas antes está disposto a empregar mão-de-obra a qualquer preço” (Smith, 1996, p. 65) no qual não seria necessário nenhum gasto, mas, sim, a partir da exploração dos alunos indígenas pela realização de trabalhos forçados, logo, os colonos teriam seus benefícios econômicos, em troca da educação.

Alguns anos mais tarde, concretamente em 1930, a administração colonial implementa uma profunda modificação do sistema educacional, com vista à obtenção de um controle mais direto sobre a educação da população negra com o objetivo de “[...] criar um sistema capaz de habilitar o indígena para o seu papel

específico de trabalhador barato na economia colonial moçambicana” (Mazula, 1995, p. 46).

A partir deste momento, dá-se a separação entre o ensino das pessoas brancas e das pessoas negras. Pois, os negros deviam aprender algo que pudesse facilitar a realização de trabalhos a favor dos colonos, ao mesmo tempo em que a legislação impedia o ensino das línguas moçambicanas (as diferentes línguas faladas em Moçambique, que anteriormente as denominamos por dialetos) - alienando a consciência convertida em objeto de si mesma, contemplada, mas não reconhecida (Marx; Engels, 2007, p.12).

Nesses moldes, os estudantes moçambicanos só deviam se reconhecer como nativos africanos a partir das línguas maternas, exceto quando ela devia ser usada como recurso para o ensino da religião, ou seja, ele devia se pensar e se apropriar da cultura europeia e esquecer a sua. Outro elemento que se verificou nos finais do século XIX, quanto à educação, foi a obrigatoriedade do ensino e do aumento no número de missões e igrejas católicas, por oposição à diminuição e discriminação da presença de outras religiões

[...] as potências europeias outorgaram-se o direito e a legitimidade da colonização e delinearão as fronteiras territoriais de cada colónia. Com a divisão da África, a dominação colonial transformou-se em ocupação oficial militar, ou seja, em submissão total dos estados existentes à dominação colonial. Como resultado, a partir de 1885, o Estado Português declara-se juridicamente metrópole de Moçambique (Basilio, 2010, p. 40).

O ensino passa, a ser dividido entre ensino elementar (para os brancos e assimilados) e ensino rudimentar (ou ‘indígena’). O primeiro era composto por 4 classes que se dividem em dois graus (o 1º, da 1ª à 3ª classe e o 2º correspondente à 4ª classe), dando, depois, acesso ao curso geral (1º ao 5º ano) e complementar (6º e 7º ano) do ensino liceal. O ensino rudimentar²⁹ era composto por 3 classes, que correspondiam à 2ª classe do ensino elementar e davam acesso ao Ensino Profissional Indígena que, por sua vez, correspondia às Escolas Profissionais (para o sexo feminino) e às Escolas de Artes e Ofícios (para o sexo masculino), ou ao Ensino Normal Indígena, oferecido em Escolas de Habilitação de Professores Indígenas (onde eram formados professores ‘indígenas’ para o ensino rudimentar).

²⁹ Ensino rudimentar - Com base no pacote de direitos e deveres, o ensino colonial português é considerado como de “assimilação” à cultura nacional (metropolitana) que, tal como o tipo de ensino, assentava-se na diferenciação. De um lado, a população urbana de “civilizados”, composta por brancos europeus, colonos, asiáticos, assimilados, entre outros; do outro, a população iminentemente africana negra, rural, basicamente constituída por “não-civilizados”, ou seja, segundo um modelo europeu (metrópole) com currículo uniforme, de feição literária para uns, e de forma mais simplificada e de natureza mais prática para os africanos. O ensino para os africanos era denominado de ensino rudimentar (Zimbico, 2016, p. 94-95).

Os alunos do ensino rudimentar eram obrigados a trabalhos forçados, como forma de pagamento da instrução recebida.

[...] brota o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões. (Marx, 1983, p. 368).

Tratava-se de preparar agricultores e artífices rurais que respondessem às necessidades econômicas da colônia, ação que acontecia desde os primeiros momentos em que as crianças moçambicanas ingressavam na escola e que não era acompanhada com a intencionalidade de torná-las em “homens do amanhã”, cidadãos desenvolvidos e capazes de assumir as múltiplas funções na sociedade. A ‘assimilação’, por seu turno, funcionava, nesta época, como um instrumento de consolidação do poder colonial e como justificativa do caráter racista da política e das instituições coloniais,

[...] Tendo em conta que os povos primitivos não podem ser civilizados senão pouco a pouco, que a população das colônias se compõem de elementos, uns civilizados, outros primitivos, foram instuídos nas (colônias portuguesas) dois gêneros de ensino primário: um para europeus e assimilados, outro para primitivos (Mazula, 1995, p. 81).

O ensino se encontrava, no início do século XX, em processo de reforma, dadas às circunstâncias histórico-econômicas da época, cuja finalidade do Estado, era continuar a manter o africano separado, marginalizado, para controlar e o utilizar como mão de obra escrava. O Estado português instituiu um sistema educativo puramente discriminatório, onde o ensino ‘indígena’, dirigido aos africanos, visava a reproduzir e a perpetuação do sistema de dominação colonial.

Nos anos de 1930, não só se estabeleciam regras visíveis sobre o ensino rudimentar, mas também, se fala da separação do ensino dos indígenas em dois grupos: um masculino e outro feminino, nos quais os conteúdos transmitidos e os anos de frequência eram diferentes entre os dois grupos,

[...] o sistema de ensino indígena passou em 1930, a organizar-se em: 1) ensino primário Rudimentar, com três classes, previsto para sete, oito e nove anos de idade no seu ingresso; 2) Ensino Profissional Indígena, que por sua vez, se subdividia em (I) Escola de artes e Ofícios, com quatro classes, destinado a rapazes e (II) Escolas Profissionais Femininas, com duas classes, geralmente ministrando a Formação Feminina (Mazula, 1995, p. 81).

A mulher africana de Moçambique não só sofre exclusão por ser negra, mas, também, é deixada de lado devido às suas condições físicas. A educação recebida reforça a exclusão mulher no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem.

Ao se programar para o ensino escolar das meninas, era feito através de os conteúdos que permitiriam a mulher ser responsável de trabalhos domésticos, uma vez que, “Para as alunas, o ensino técnico era substituído pelo ensino de costura e trabalhos doméstico, [...] noções de misteres caseiros, cozinha, governo da casa, higiene doméstica e cuidados a ter com a família.” (Matos, 1944 *apud* Madeira, 2007, p. 229).

A educação escolar e profissional para a educação mulher durava apenas dois anos, e, com uma formação específica para elas, era-lhes destinada a aprender a executar as atividades domésticas conforme as deliberações dos colonos e fazedores da educação da época. Aqui, as comunidades africanas tinham que assimilar e assumir as ideias e estilo de vida dos colonialistas portugueses, como sua realidade concreta e sua cultura, o que corroboramos com as ideias de Marx e Engels, quando afirmam que,

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Na luta de ascender ao aprendizado escolar, as alunas eram sujeitas a aprender o que as políticas dos dominantes queriam para a manutenção das ideias dominadoras, por isso que faziam com que elas aprendessem os serviços caseiros, o que facilitava, dessa forma, na aceitação da vida humilde e sofrida por parte da mulher nesse molde de aprendizado, como se ela não fosse capaz de aprender os outros ofícios que eram destinados aos rapazes. A mulher só deve aprender algo sobre os conhecimentos ligados à vida doméstica especificamente, ou seja, o ser dona de casa.

Assim, leva-se a ideia de que, no âmbito pedagógico, o sistema de ensino para os indígenas era o que se designava como “rudimentar” e, para as crianças consideradas civilizadas, era o ensino “oficial”, no qual os currículos se objetivavam inculcar nos moçambicanos “[...] o estranhamento, a alienação, a consciência que não se reconhece no mundo e o mundo como realidade alheia à consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 11-12) de modo que pudesse assumir uma identidade estrangeiro-portuguesa (Zimbico, 2016; Basílio, 2010). No subsistema ‘rudimentar’, especificamente no primeiro ano do ensino de iniciação/adaptação (mais tarde denominado pré-primário), o aluno devia aprender os rudimentos da fala e da leitura da língua portuguesa.

No segundo e terceiro anos (chamados de 1ª e 2ª classes), deviam aprender a leitura, a escrita e a aritmética, bem como, a história de Portugal, o país colonizador. O conteúdo dos livros escolares focava apenas a cultura portuguesa, ignorando a história e a geografia africanas, e valorizavam a prática e o saber-fazer, denunciando objetivos imediatamente práticos do ponto de vista da empregabilidade escravocrata dos graduados desse sistema de ensino.

Em contrapartida, podemos verificar que Moçambique se apresentava como parte de Portugal, sendo que o povo da colônia não tinha identidade própria e eram desconsiderados quanto à sua cultura, costumes e história. Por esses motivos, as escolas rudimentares, criadas para os indígenas, eram precárias e orientadas para a produção de mão de obra para assegurar o empreendimento colonial. Os colonos ignoravam que o desenvolvimento socioeconômico e político de um grupo social, é condicionado pelas condições materiais existentes nesse meio, como o referia Marx (2008, p.48-50) nos seus escritos, ao afirmar que,

O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma.

A escola, no período colonial, em especial nas colônias portuguesas, sempre separou os alunos da sua origem e realidade, levando-os a desprezarem os valores africanos e a assumir os valores do colonizador com finalidade de alienar os jovens moçambicanos e/ou africanos. Podemos, assim, dizer que isso contribuiu para criar o sentimento de revolta e a consciência de que era possível se organizar e lutar pela superação do colonialismo português. Acreditamos que foi com esse intuito que se formou a Frente de Libertação de Moçambique, a qual desencadeou a luta de libertação nacional, como o diz Gómez (1999).

3.1 A EDUCAÇÃO DA MULHER NAS ZONAS LIBERTADAS

Após a formação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962, e durante a luta armada, seguiu-se uma intensa fase de preparação da luta de libertação nacional. A FRELIMO não só se preparou para combater com armas, mas, também, preparou-se para o combate através da educação Mazula (1995).

Figura 7 - Mulheres em uma sala de alfabetização e educação de adultos



Fonte: Revista Tempo 01/08/1999, p. 28

Nessas áreas, a educação não se limitava ao ensino formal; era também um processo político, com forte ênfase na formação ideológica dos combatentes e das populações locais. A FRELIMO utilizava boletins informativos e panfletos impressos como ferramentas pedagógicas, promovendo o nacionalismo e a conscientização política entre os cidadãos (Santana, 2010). Por isso, mesmo que nas zonas onde a Frelimo ocupava, denominadas por zonas libertadas, ia-se implementando o sistema educacional diferenciado do sistema educacional colonial, pois, nas zonas libertadas, o acesso à educação escolar era para todos de modo especial para as mulheres, sem distinção da raça, idade, sexo, religião ou etnia.

Na medida em que modificamos a base material da sociedade criamos as condições objetivas para o estabelecimento de novas relações entre os Homens, liquidamos os fundamentos sobre que assentava a velha mentalidade e criamos condições para fomentar a nova mentalidade. Todavia impõe-se um trabalho árduo de educação da consciência, não só porque a modificação da mentalidade não surge

automaticamente com a transformação da infra-estrutura, mas também porque à nova mentalidade opõe-se activamente a enorme e pesada herança que transportamos connosco. A tarefa de educar o Homem para adquirir a mentalidade nova aparece logicamente como uma necessidade premente para a consolidação e desenvolvimento do processo revolucionário (Machel, 1974, p.11-12).

A educação moçambicana desde o período da guerra pela independência se insere no interior desse processo, tentando se diferenciar dos parâmetros sociais, políticos e culturais da educação colonial. À medida que a guerra se alastrava para o sul, a FRELIMO ia libertando zonas e massificava o ensino no seio dos combatentes, para o combate do analfabetismo sobretudo das mulheres, uma vez que no tempo colonial o acesso à educação era privilegiado para homens.

As zonas libertadas deixavam de ser espaço restrito a um grupo, a uma categoria social, a uma comunidade aldeã, e tornava-se em um espaço nacional mais aberto, não sem contradições, mas caminhando para relações sociais sem a supervalorização de alguma etnia ou raça. Foi com este processo organizacional das zonas libertadas que se deram as ações de Machel (1974), numa perspectiva nacional, na qual a unidade nacional deveria transcender qualquer manifestação tribal – pensamento sintetizado em: “Morra a tribo, para que nasça a Nação”.

Durante a luta de libertação nacional, foram criadas escolas, com o intuito de incutir na população uma nova maneira de pensar e agir diferente da educação colonial, pautando-se pela emancipação e formação do homem novo. Pretendia-se formar um moçambicano “[...] livre da opressão e de alienação coloniais, capaz de recuperar, individual e coletivamente, a sua história e dignidade” (Gómez, 1999, p. 92).

A Frente de Libertação lançou, nas zonas libertadas, um projeto de construção de uma grande escola para a formação do Homem Novo, tendo ela dois objetivos principais: “contrariar os objetivos da educação colonial, concebendo a educação como o único caminho para o povo tomar o poder, e encarar a escola como espaço para renovar a cultura e a história do povo moçambicano e, ainda, para construir o Estado nacional” (Bavo; Coelho, 2022, p. 16), projeto esse que foi dado o seu seguimento depois que o país alcançou a sua independência nacional.

Como se pode depreender, a educação nas zonas liberadas tinha que acompanhar e dar sustentação ao processo transformador de luta de libertação nacional, uma vez que, na óptica de (Machel, 1980), a luta de libertação de Moçambique, não consistia apenas na libertação da terra, mas, também, na reconquista da personalidade moçambicana e da sua cultura, bem como, na criação de uma nova mentalidade. Sendo assim, a tarefa da educação era de

estabelecer um combate contra o analfabetismo que, segundo Machel, era produto do colonialismo.

As escolas deviam combater a superstição, o individualismo, o egoísmo, o elitismo e a ambição “[...] a nossa escola é centro de combate contra a mentalidade escrava ao estrangeiro, vícios, ignorância, obscurantismo [...] o professor ensina aprendendo e aprende ensinando” (Machel, 1981, p. 9/21). No âmbito pedagógico, os professores e os alunos deviam aprender uns com os outros, num clima de confiança que os permitisse valorizar os seus talentos para a reconstrução de um novo país. De uma forma geral, segundo as orientações governamentais de Moçambique, a educação era considerada como um grande impulsionador para consolidar o sentimento de identidade nacional e como um espaço de aquisição do saber técnico e científico, visto que, o ensino permitia adquirir conhecimentos para a luta e desenvolver a produção no seio do povo.

Além disso, e por questões de herança colonial, já que os europeus haviam estabelecido uma hierarquia social das línguas dos colonos em territórios africanos, o português se tornou língua de prestígio para as colônias portuguesas. Ademais, na educação, essa língua representava uma condição político-ideológica fundamental para o sucesso da luta armada.

O processo educacional usado nas zonas libertadas foi um tipo de ensino que herdava o modelo colonialista, por isso as diversas dificuldades que o sistema enfrentou, como o da inadequação da competência técnica com a competência política (Mondlane, 1975). Existia uma contradição entre o que se pretendia fazer e a capacidade da sua materialização devido as dificuldades econômicas e a carência em pessoal tecnicamente preparado.

Para o processo de ensino nas zonas libertadas houve a necessidade de, mediante as exigências da guerra, de libertação de Moçambique do jugo colonial, moldar uma nova sociedade, livre dos preconceitos coloniais moldando nos cidadãos um ideário capaz de compreender a necessidade da guerra, levando-a até a independência nacional. Por conseguinte, a educação era um direito para todos os homens, mulheres e crianças que se encontravam nas zonas libertadas e que comungavam com os ideais de libertação do país, independentemente da sua raça, cor, religião e língua.

A educação deve preparar-nos a assumir a nova sociedade e as suas exigências. A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana, que, sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, e em contato com o mundo exterior, assimilar criticamente, as ideias e experiências de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática (Machel, 1978, p.12).

A proposta do governo moçambicano, sob liderança de Machel, no que respeita ao sistema de ensino (cuja tarefa primordial era a de educar a todas as camadas sociais sem distinção) – na qual a sua manifestação deveria ocorrer através do funcionamento das instituições, produção e uso de materiais –, remetia a uma nova visão da escola moçambicana, que deveria ser manifestada desde a escola primária, se entendermos que,

A produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o intercâmbio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta de seu comportamento material (Marx; Engels, 1980, p.25).

O processo educacional, nesse período, deveria ser como uma entidade que tinha a tarefa de educar os sujeitos segundo um pensamento libertário. Assim, ele deveria estar ligado à atividade material da época, numa resposta de consciência nacionalista e de disposição para a mudança, contrariando um sistema de ensino colonial que é referido como sendo discriminatório e segregado em função da cor, raça, estatuto social, religião, entre outros atributos – sistema este cuja principal função era formar sujeitos conformados com a situação político-ideológica, econômica e social vigente.

Não podemos ignorar que, Machel, inspirado em Marx (Cabaço, 2008), considerava que a história da luta de classes é que deveria reger a sociedade moçambicana naquele momento, portanto, o discurso político-ideológico, era alinhando ao pensamento materialista-leninista, “O Partido Frelimo guia-se pela síntese da experiência revolucionária do Povo moçambicano, com os princípios universais do Marxismo-Leninismo, nomeadamente no que respeita aos princípios, organização e métodos de trabalho” (Machel, 1983, p. 31), e que estava impresso em todo o discurso político, em textos da legislação ou nos comícios populares.

3.2 A EDUCAÇÃO DA MULHER NO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Desde 1975, Moçambique traz uma estrutura educacional própria³⁰, que foi influenciando nas reformas curriculares nos diferentes níveis e ramos educacionais desde o primário, o técnico, o secundário geral e universitário. Porém, as metas traçadas no período da

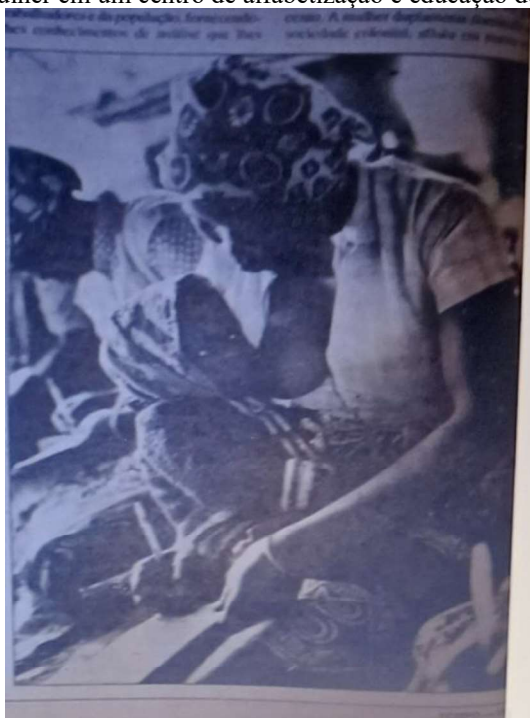
³⁰ Usamos o termo estrutura própria, sendo que, depois da independência, Moçambique ensina conteúdos relacionados com o país (na história e na geografia) e adota um ensino planificado de acordo com a realidade e as necessidades do país, sem a intervenção ou inclusão dos modelos de ensino dos portugueses outrora usados.

independência, pouco se alcançaram. Passados poucos anos de introdução do sistema de educação moçambicano, verificou-se uma discrepância entre as propostas originais feitas quanto da decisão política em relação ao ensino no país, com a sua aplicação posterior entre as esperanças e os indicadores objetivos da qualidade de ensino e de sua democratização no sentido qualitativo. Isso se deveu porque o funcionamento da escola,

Foi medido em função dos resultados obtidos confundidos muitas vezes, com o preenchimento dos requisitos burocráticos. Interessava a quantidade, a disciplina instaurada, o cumprimento das normas, regulamentos fixos e horários. O aproveitamento pedagógico foi o único critério para a avaliação do funcionamento da escola. Aspectos da avaliação tais como a educação integral da personalidade, a educação moral, a liberdade de ensino e sua adaptação às capacidades individuais desempenharam um papel secundário ou não se tomaram em conta. (Revista Tempo Dia 26/01/92, p, 12).

O não o alcance das metas iniciais do sistema educacional moçambicano, não significou o fim dos sonhos, ou seja, o abaixamento da guarda quanto ao alastramento da educação. Moçambique continuou atuando de modo que a educação formal se mantivesse ao alcance dos cidadãos, mesmo sendo que houve esse declínio com relação à qualidade na educação. O subsistema de alfabetização e educação de adultos foi uma das armas usadas para a massificação do ensino. Por ela, as mulheres tanto as zonas rurais quanto as da zona urbana (as com pouco valor aquisitivo e ou as que não tiveram acesso escolar na infância), puderam tirar o seu proveito na educação formal, como nos remete a fotografia a seguir.

Figura 8 - Mulher em um centro de alfabetização e educação de adultos



Fonte: Revista Tempo, dia 05/02/1999, p.22

O Estado moçambicano passou a considerar a educação um pilar fundamental para a construção da nação. A imprensa, especialmente os jornais Notícias, Domingo e “Revista Tempo”, documentou intensamente as campanhas de alfabetização, as reformas curriculares e as iniciativas voltadas à democratização do acesso à educação. Mais do que noticiar, esses veículos funcionaram como espaços de debate pedagógico, divulgando entrevistas com professores, publicando artigos opinativos sobre práticas educacionais e reflexões sobre a integração da cultura moçambicana no currículo escolar (Vantitia, 2024).

A trajetória histórica do sistema educacional em Moçambique, de 1975 para 1982 destaca-se pela expansão e massificação do acesso ao ensino, pois a escola estava aberta e era obrigatória não só para crianças em idade escolar, mas, também, para adultos e a população analfabeta, especificamente para as mulheres.

Tais orientações tornam-se mais notáveis pela definição de linhas gerais para aquilo que viria a ser o Sistema Nacional de Educação (SNE)³¹ (Resolução n.º 11/81, de 17 de Setembro), que teve seu início em 1983 (Mazula, 1995). No entanto, houve dificuldades de se cumprir satisfatoriamente, uma vez que o aumento numérico dos ingressos na escola não foi acompanhado por número considerável dos professores, muito menos das infraestruturas equipadas, ademais, com uma economia incipiente que o país detinha.

No princípio dos anos 1980, Moçambique sofreu uma crise de abastecimento causada pela seca, guerra e do isolamento de Moçambique na região. A situação foi agravada pela crise econômica da URSS, que condicionou a redução da ajuda da União Soviética à Moçambique. A crise em Moçambique atingiu uma situação de calamidade. Sem rumo, e porque, apesar de ser um país Socialista, viu o seu pedido de ingresso no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) recusado em 1981, Moçambique decide buscar novos aliados, aproximando-se do Ocidente (Massimaculo, 2021, p. 692).

É dentro deste contexto de economia deficiente e sem apoio externo e sem rumo, que Moçambique colocou em prática uma nova dinâmica nas suas políticas públicas em educação. Desta forma, os conteúdos transmitidos na escola deveriam estar ligados ao domínio da técnica a fim de formar técnicos qualificados para o incremento da economia, sem que fosse necessária a dependência externa.

Esta nova dinâmica educativa, apelidamos por terceira reforma, mas que é conhecida por Sistema Nacional de Educação (SNE), que é da aplicação da lei 4/83 de 23 de março, a

³¹ Moçambique não sendo um país federativo, faz o uso do termo SNE (Sistema Nacional de Educação) tendo como “a unidade dos vários aspectos ou serviços educacionais mobilizados por determinado país, intencionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente que opera eficazmente no processo de educação da população do referido país” (Saviani, 2010, p. 381), numa perspectiva de que em Moçambique, o processo educacional deveria ser igual para todos os cidadãos de todas as províncias – o que se aprende em uma escola do norte, deveria ser o mesmo para uma escola da zona sul ou centro do país.

qual abrange toda estrutura educacional Moçambicana, desde o primeiro ano de escolaridade até o nível pré-universitário, incluindo na mudança dos conteúdos – logo, houve mudanças também em todo material didático.

O sistema de educação é o processo organizado por cada sociedade para transmitir às novas gerações as suas experiências, conhecimentos e valores culturais, desenvolvendo as capacidades e aptidões do indivíduo, de modo a assegurar a reprodução da sua ideologia e das suas instituições sociais [...] O sistema nacional de educação fundamenta-se nas experiências da educação desde a luta armada até à presente fase da construção do Socialismo, nos princípios universais do Marxismo-Leninismo e no patrimônio comum da humanidade [...] é um processo que contribuirá para a formação do Homem moçambicano, com consciência patriótica, cientificamente qualificado, profissional e tecnicamente capacitado e culturalmente liberto. (Moçambique, Lei nº. 4, 1983, p. 1).

Em termos gerais, a estrutura do SNE foi bem diferente da do sistema anterior. Havia muitos problemas por serem ultrapassados a fim de que se pudesse ter o domínio da ciência, da técnica e da educação – quer por sistema de educação normal, quer pela alfabetização de jovens e adultos. No entanto, aqui não se faz muita referência a escolarização da mulher.

A necessidade de educar os cidadãos moçambicanos, com o intuito de se combater a miséria e fome no país e de se alcançar a formação do “homem novo”, fez com que as políticas públicas em educação, optassem pelo discurso governamental da erradicação do analfabetismo e pela introdução da escolaridade obrigatória para crianças em idade escolar de ambos os sexos, para a futura formação de técnicos, ou seja, recursos humanos qualificados, capazes de responder às necessidades do desenvolvimento econômico e social e da investigação científica, tecnológica e cultural. (Moçambique, Lei nº 4, 1983).

O governo moçambicano, continuou a prometer e a implementar a massificação do ensino com o slogan “ [...] fazer da escola uma base para o povo tomar o poder” (Machel, 1974), discurso iniciado no período do governo de transição, numa perspectiva de que a educação deveria ser assumida por professores, alunos e de todos os moçambicanos através da sua democratização e massificação, isto é, a educação e a escola devia ser e estar ao serviço do povo, dando respostas aos problemas técnicos e científicos para a construção do país.

Neste caso, a educação deveria ser uma das melhores armas para se combater a ignorância e todo o tipo sofrimento trazido pela opressão colonial. Assim, pela escola, seria possível que a classe trabalhadora alcançasse a “emancipação” a fim de se construir uma nova sociedade, a que a nação nascente almejava edificar. Por seu turno, O SNE parecia responder a realidade das necessidades sociopolíticas e econômicas de Moçambique, que estava na mira

do sistema socialista. Porém, isso acarretou consigo outras surpresas menos agradáveis, uma vez que, era uma espécie de importação estrangeira, os

[...] dirigentes de Moçambique também assinaram acordos de cooperação com países do bloco socialista, com destaque para Cuba e a ex- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), para onde foram enviados muitos moçambicanos. Naqueles países, estes deram continuidade aos seus estudos secundários, técnico-profissionais e mesmo superiores. (Gonçalves, 2007, p. 164).

Por ser um país novo e inexperiente, Moçambique precisava desse apoio externo no setor educativo, “[...] nas circunstâncias em que vivemos, forçosamente dependemos e dependeremos ainda por um longo período de professores estrangeiros, que assumindo o seu dever internacionalista vêm contribuir no campo de ensino” (Machel, 1974, p. 16).

A elaboração e a implementação dos programas educativos foram de excessivo envolvimento de técnicos externos de alemães, russos, cubanos e vietnamitas, tanto na elaboração do material didático, quanto, até, no jeito de lecionar os conteúdos.

Este sistema teve uma efetivação limitada, na medida em que os decisórios deste sistema não o fizeram levando em conta a realidade socioeconômica difícil e a instabilidade política devido à guerra civil que o país atravessava na época (Gómez, 1999). Outras realidades que fizeram com que as reformas educativas introduzidas em 1983 não fossem ao alcance do desejado, foram as da guerra civil com que Moçambique se debatia e a da carência econômica do país, perante a circunstância econômica internacional, quanto aos países em que estava aliado.

A conjuntura interna e internacional levou o governo de Samora Machel a aproximar-se do Ocidente, e isso passaria, antes de tudo, pela necessidade de se aproximar também dos resistentes, com vistas ao alcance da paz. A morte de Machel (em 19 de outubro de 1986) e o fracasso do regime “Socialista” que a FRELIMO tentou implementar levaram o seu sucessor, Joaquim Chissano, a empreender reformas políticas, condições para a adesão de Moçambique às instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo aceite ocorreu em 1984, e do Banco Mundial (BM), e a encontrar a paz com a RENAMO. No quadro dessas mudanças, para responder às imposições do FMI e do Banco Mundial e diante das exigências para a canalização de apoio humanitário para fazer face à crise econômica e atrair investimentos, Moçambique realiza reformas na sua estrutura econômica. O governo foi imposto a criar condições para a expansão do setor privado mediante processos cada vez mais competitivos. Assim, as reformas que tinham sido iniciadas após o 4º Congresso de 1983 culminaram com a aprovação, em 1987, do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que, em 1989, quando incorporou a componente social, passou a ser Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES), (Hanlon, 1997 *apud* Massimaculo, 2021, p. 692-693).

Adotadas as novas reformas políticas, como condições para o acesso ao financiamento que pudesse dar um incremento da economia, Moçambique teve que aceitar exigências dos financiadores -

o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Mundial (BM), cuja aceitação foi efetivada em 1984, e, não obstante, a Frelimo tinha que buscar mecanismos para o alcance da paz com a RENAMO. Para tanto, havia necessidade de se adequar à legislação moçambicana, culminando, assim, com a revisão constitucional e com a aprovação da nova constituição, com a qual Moçambique deixa de ser República Popular de Moçambique, sob governo de partido único, e passa para República de Moçambique, sob o regime de governo multipartidário.

Com a aprovação da nova constituição da República de Moçambique, automaticamente, as políticas públicas do país, tinham que mudar. Isso abrangia, sobremaneira, o ramo da educação, que introduziu novas leis, seguindo a visão liberal, de fato, em 1992, pois houve a revisão da lei do SNE anterior para a lei 6/92 de 06 de maio, como forma se enquadrar e acomodar as decisões da nova constituição da República, a de 1990. Nesta fase, houve abertura para criação de Escolas Privadas, pois, nesta lei, foram traçadas linhas mestras,

- a) a educação é direito e dever de todos os cidadãos;
- b) o Estado no quadro da lei permite a participação de outras entidades, incluindo comunitárias, cooperativas, empresariais e privadas no processo educativo; c) o Estado organiza e promove o ensino, como parte integrante da acção educativa, nos termos definidos na Constituição da República;
- d) o ensino público é laico (Moçambique. Lei n.º 6, 1992).

Há que se reconhecer que as mudanças ocorridas no Sistema Educacional podem não espelhar da decisão interna dos governantes apenas. Existiam outros fatores externos, que condicionaram essas transformações. Deve-se considerar, neste sentido, as políticas internacionais, nas quais o país se sentiu obrigado a aderir como estratégias para a eliminação do analfabetismo. Desse modo, Moçambique subscreveu a Declaração Mundial sobre a “Educação para Todos” em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

Dessa forma, o Plano Estratégico de Educação, de 2006/2010/11, o Plano Estratégico de Educação de 2012/ 2016 (PEE 2012-2016), relegam ao cumprimento do comprometimento assumido com a comunidade internacional, ao referir no seu Relatório de Estratégia de Género do Ministério de educação e Desenvolvimento Humano para o período de 2016/2020 que, um dos objetivos consiste em

[...] promover a igualdade de direitos e oportunidades tanto para crianças, bem como para jovens e adultos de ambos os sexos no acesso à educação de qualidade e os seus benefícios, garantindo um desenvolvimento humano integral e sustentável com um horizonte para a transformação cultural, social e económica [...] Moçambique tem vindo a desenvolver diferentes instrumentos legais gerais e específicos sobre igualdade de género e empoderamento das mulheres para o setor da educação (Minedh, 2016, p. 6).

Moçambique se adere às decisões da Conferência Mundial sobre Educação Para

Todos, o que culmina na elaboração de um “plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e universalização da educação básica até ao ano 2000” (UNESCO, 1998, p.1-9). Por outro lado, as constituições do país (1975 e 1990), prezam a educação como um “direito de todos os cidadãos”, portanto, Moçambique não podia ficar alheio às decisões internacionais, o que pode nos remeter que, os seus dirigentes estavam “ávidos” na defesa de vida econômica sua ou do país, recorrendo às parcerias liberais externas com o diria Locke (2002), sobre o estado liberal, ao afirmar que, com o objetivo de preservar suas vidas, propriedades e liberdades, os indivíduos, neste caso, os governantes de Moçambique criaram a sociedade política por meio de um acordo entre homens livres.

Se o homem é tão livre no estado de natureza como se tem dito, se ele é o senhor absoluto de sua própria pessoa e de seus bens, igual aos maiores e súdito de ninguém, por que renunciaria a sua liberdade, a este império, para sujeitar-se à dominação e ao controle de qualquer outro poder? A resposta é evidente: ainda que no estado de natureza ele tenha tantos direitos, o gozo deles é muito precário e constantemente exposto às invasões de outros. Todos são tão reis quanto ele, todos são iguais, mas a maior parte não respeita estritamente, nem a igualdade nem a justiça, o que torna o gozo da propriedade que ele possui neste estado muito perigoso e muito inseguro. Isso faz com que ele deseje abandonar esta condição, que, embora livre, está repleta de medos e perigos contínuos; e não é sem razão que ele solicita e deseja se unir em sociedade com outros, que já estão reunidos ou que planejam se unir, visando a salvaguarda mútua de suas vidas, liberdades e bens, o que designo pelo nome geral de propriedade (Locke, 2002, p. 69).

Partindo da ideia da efetivação do contrato social proposto por Locke, e olhando o estilo de vida que se vive em Moçambique, nos sugere que, o Estado moçambicano acabou abdicando da sua liberdade legislativa no que se refere às prioridades educativas onde as meninas deviam ingressar na escola de forma equitativa dos meninos, lei 4/83. Nela, tanto as meninas, quanto os meninos, a educação científica e a técnica³², deveriam refletir na aplicação prática do aprendido durante as aulas, na vida prática.

Em contrapartida, a lei 6/92 que passa a respeitar as leis e as políticas externas, do mundo capitalista. Já se fala na “priorização” das meninas no acesso escolar, usando a linguagem dos seus financiadores, como é o caso de Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), que passam a ditar as leis de mercado e economia livre. Aqui, a educação passa, apenas, a se preocupar com os dados numéricos de alunos existentes na escola, e, ou que chegam até ao fim do ano, e não com o saber teórico/prático, se

³²A educação científica e técnica que aqui nos referimos, é aquela que está relacionada ao trabalho manual e a produção que “já faziam parte da educação, garantindo a unidade entre estudo e o trabalho produtivo, entre o trabalho intelectual e o manual” (Gonçalves, 2015, p. 601).

atendermos ao número massivo de alunos por turma.

Este modelo da economia de mercado de livre concorrência diminuiu o alcance da planificação centralizada em Moçambique, pois restringe o Estado nas tomadas de decisão da vida social, e econômica do país. As pessoas vivem numa aparente liberdade de expressão, dissimulam que tenham iniciativas, que mantenham capacidade criadora e, assim, “permite” manifestar uma atitude “independente” e “autônoma” no que respeita aos problemas políticos, econômicos e sociais. É neste contexto que tais práticas acabam afetando o ramo da educação, pelo que a “Revista Tempo” se posiciona ao afirmar que,

[...] Mas na elaboração da nova política educacional, a extrapolação direta dos seus mecanismos aplicáveis em outros setores sociais e econômicos para o campo da educação é errada. Esta exerce uma função específica na sociedade: a educação é um direito e dever de cada cidadão e, como tal, não pode ser abandonada inteiramente à iniciativa privada ou submetida absolutamente às forças do mercado, aos princípios de plena concorrência e busca de lucro; à lei de oferta e procura, etc. A função fundamental de orientar a atividade educacional prestando serviços aos cidadãos cabe ao Estado, para que a concorrência não leve a situações sociais insuportáveis (Revista Tempo, 02.05.1993, p.15).

Dessa forma, na elaboração da nova política educacional, numa aparente extrapolação dos seus mecanismos aplicáveis em outros setores sociais e econômicos para o campo da educação é errada. Revista Tempo, (1993), mesmo sendo que o Artigo 5º da Lei 6/92 de 6 de maio, do SNE, nos seus pontos 2 e 3, preconiza a igualdade de oportunidades nas escolas para todas as crianças homens e mulheres,

5.2 são estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complementos educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar;

5.3. Os pais, a família, os órgãos locais do poder e as instituições económicas e sociais contribuem para o sucesso da escolaridade obrigatória, promovendo a inscrição das crianças em idade escolar, apoiando-as nos estudos, evitando as desistências particularmente antes de completar as sete classes do ensino primário.

Apesar do discurso de acesso à educação para todos, na citação acima, fica clara a terceirização da educação formal em Moçambique, pois pela legislação, o Estado delega aos pais o acesso, sucesso e manutenção da escolarização das crianças. Tal posicionamento, nos sugere que, o Estado responsabiliza aos pais e ou encarregados de educação a tarefa de lutar pela igualdade de educação e de oportunidades das crianças, e, ainda, que o custeamento econômico das escolas, deve ser feito pelos pais, a família e ao terceiro setor, deixando claro e explícito a ideologia liberal e o Estado mínimo. Tendo em vista a imensa desigualdade social no país, onde a mulher é relegada em segundo plano, é possível imaginar o índice de

evasão escolar constante havido na década de 90. Há um cumprimento aparente das prerrogativas tomadas desde a revisão curricular de 1992.

A “nova” política educacional assumida em Moçambique veio exercer uma função específica na sociedade: a educação é um direito e dever de cada cidadão e, como tal, não pode ser abandonada inteiramente à iniciativa privada ou submetida absolutamente às forças do mercado, aos princípios de plena concorrência e busca de lucro; à lei de oferta e procura etc. Portanto, a função de “promover uma análise racional do governo por consenso” (Locke, [19--], p.11). Logo, ela deve ser fundamental em orientar a atividade educacional, prestando serviços aos cidadãos (o que cabe ao Estado), para que a concorrência não leve a situações sociais insuportáveis.

Quanto à situação da mulher em geral, e mulher da zona rural ao norte de Moçambique, vem enfrentando lutas para que tenha acesso aos serviços básicos (saúde, educação etc.), de modo que possa contribuir no desenvolvimento econômico do país. Basta lembrar que, no período colonial ela era colocada em último plano para o seu ingresso na escola, e os conteúdos que recebia, eram para incentivá-la e mantê-la em casa.

Durante a luta armada e nos primórdios da independência do país, a mulher passou assumir outros papéis, como de conquistar lugares de direção no setor trabalho. Mas também nas áreas da (saúde, educação, política), sendo considerada como mobilizadora do povo para o progresso da revolução. Posteriormente, com as reformas educativas e a implementação do SNE, já existem leis que ela pode usar como escudo para as suas lutas rumo à conquista do acesso, sucesso e da igualdade de oportunidades no âmbito escolar, com o veremos nos capítulos subsequentes. Porém, importa alertar que, existe diferença entre a teoria com a prática. Desse modo, apelar para quem de direito que, é preciso que se ponha em prática o que se propõe nas leis.

3.3 ENTRE LINHAS E LUTAS: A REPRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA MULHER EM MOÇAMBIQUE

Desde a Proclamação da Independência nacional, em 1975, o governo de Moçambique mostrou interesse sobre a vida da mulher, ao incorporar nas suas políticas, discursos que visavam o enquadramento da mulher na luta pela manutenção do país em construção através da “emancipação e libertação da mulher”. “[...] compete-nos transformar a massa enorme, [...] temos mulheres a quem durante milênios a sociedade oprimia asfixiando a sua iniciativa” (Machel, 1979, p. 37).

Um dos pontos cruciais que se usou pelos dirigentes da luta armada de libertação de Moçambique, a fim de alcançar a incorporação de muitas mulheres no movimento, foi a “emancipação da mulher”, mecanismo pelo qual, a mulher acreditava que estaria livre para defender os seus interesses. Entretanto, nos primeiros anos de luta, não foi bem assim,

[...] a emancipação da mulher se tornou mais decidido e reconhecível apenas depois da guerra, especialmente através do trabalho da organização da mulher moçambicana (OMM). Durante a luta armada, o principal objetivo de toda a gente era trabalhar conjuntamente pelo mesmo fim: a expulsão dos portugueses e a libertação do país (Katto, 2018, p. 13).

Parte de mulheres que participou da luta armada de libertação nacional, se identificou com o discurso de emancipação da mulher, como meio pelo qual se sentem livres e defendem os seus interesses. Porém, há divergência entre a “emancipação da mulher” na concepção moçambicana, com a emancipação da mulher no plano internacional.

Há quem conceba emancipação como uma igualdade mecânica entre homem e mulher. A emancipação seria, então, a mulher e o homem fazerem exatamente as mesmas coisas, dividirem mecanicamente as tarefas no lar [...]. A emancipação concebida mecanicamente leva como vemos, por exemplo, nos países capitalistas, a reclamações e atitudes que deturpam inteiramente o sentido da emancipação da mulher. A mulher emancipada é a que bebe, a que fuma, é a que usa calças e minissaia, a que se dedica a promiscuidade sexual, a que recusa ter filhos. [...] Outros identificam a emancipação com a acumulação de diplomas, aparecendo em particular o diploma universitário como um certificado de emancipação. Há ainda quem considere que a emancipação consiste em aceder-se a um nível econômico, social e cultural. Todas estas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem propõe uma linha que verdadeiramente emancipe a mulher (Machel, 1978, p. 45).

No contexto moçambicano pós-independente, a emancipação da mulher não se associava ao acesso de direitos sociais de forma equitativa com os homens. Entretanto, ao longo dos anos, o governo moçambicano foi tomando várias medidas que visam à inclusão da mulher no trabalho e em todas as esferas sociais. Assim, a Constituição de Moçambique, que assegura a não discriminação entre homens e mulheres de forma explícita nos seus artigos 06º e 67º:

Artigo 6º, d) – Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão. Artigo 67º – O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural (Moçambique, 1990).

A complexa multiculturalidade que existe em Moçambique, serviu de justificativa para a difícil aceitação e implementação das políticas públicas referentes ao progresso e melhoramento da vida das mulheres no país, porque, “[...] a sociedade moçambicana, que é tão complexa, mosaico de povos e de culturas, tão cheia de tensões sociais, tão plena de obstáculos à participação da mulher” (Iglesias, 2007, p. 134). São tensões sociais que fazem com que a mulher encontre obstáculos no seu dia a dia, o que marca realidades que “visibilizam cenários de sofrimento, opressão e marginalização da mulher africana” (Souza 2019, p. 55).

Existem obstáculos, mas, também, transformações e alternativas que servem de alavanca às mudanças para a situação de exploração a que as mulheres vivenciam. A mulher deve, através de lutar, para que o Estado valorize os seus direitos, mas também, a própria mulher deve fazer pressão para que se ver livre da mentalidade de subalternas.

[...] nós mulheres afirmamos que também devemos erradicar a mentalidade que nos foi inculcada pela cultura dominante de que é próprio da mulher ser inferior, incapaz, ineficiente, de que a mulher tem de ser dependente do homem. Esta concepção paternalista e androcática constitui a força ideológica da sociedade exclusiva e desigual em que vivemos que nos prepara para aceitarmos com fatalismo e resignação a condição de cidadãs de segunda categoria, sem capacidade para poder decidir das nossas vidas (Casimiro, 2005, p. 81).

A mulher moçambicana luta para demonstrar a igualdades de competências sociais, políticas, econômicas que existem entre o homem e a mulher, porém, a questão cultural que o país vive, determina a posição da mulher em relação ao homem.

Embora se reconheça a relação existente entre as leis e o estatuto social das mulheres e suas possibilidades de acesso aos recursos, são necessários constantemente enfatizar que só as reformas legais do país, não foram suficientes para garantir a igualdade de gênero. Assim, em 1993, Moçambique adotou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher /United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW), mediante à resolução nº 4/93 da Assembleia da República, de 2 junho (Moçambique, 1993), numa perspectiva de que as mulheres pudessem ter o acesso pleno aos níveis de saúde, de educação, entre outros. Ou seja, para que as mulheres pudessem ter o poder de decisão sobre si e a sociedade.

Foi com base nestes fundamentos que as organizações de mulheres em Moçambique pressionaram vivamente o Governo a empreender reformas legais mais profundas, de modo a

refletir não só o espírito da Constituição e das Convenções assinadas, mas, também, na própria realidade social mundial.

Moçambique, não só aderiu à Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW), mas também, adotou às Plataformas e Declarações internacionais e que defendem os direitos da mulher, a saber: a Plataforma de Beijing; a Declaração para Igualdade de Gênero em África; a Declaração de Género da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e à Carta Africana de Direitos Humanos e das Pessoas. Aceitou também aos outros movimentos e nacionais e internacionais como as Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham e advogam para a igualdade de gênero: o Fórum Mulher; *Women and Law in Southern Africa*/As Mulheres a Lei na África Austral (WLSA); e, Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) (Casimiro, 2004; FNUAP, 2006; Tvedten, 2011).

Existem muitas plataformas de ação e as ONGs que “trabalham” para “[...] a promoção de igualdade de gênero e na melhoria das condições de vida das mulheres em Moçambique” (PNUD, 2023, p. 1), no entanto, os indicadores sociais e econômicos demonstram cenários de continuidade de disparidades e desigualdades.

A condição da mulher em Moçambique no quesito das políticas públicas, está dependente as plataformas e movimentos internacionais e nacionais, que a partir deles, as mulheres moçambicanas encontram suporte para reivindicarem os seus direitos sociais, perante o Estado.

As múltiplas transformações sociais ao longo da história foram acompanhadas por um processo de acúmulo de conhecimento, que foi sendo transmitido de uma geração para outra, processo que podemos chamar de educação, que pode ser explicado de várias maneiras, dependendo do pensamento ideológico, ou seja, do modo de produção a que o grupo social está inserido. Em Ferreira, podemos ver que, a educação é o “[...] um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (Ferreira, 2006, p. 30).

O ser humano enquanto ser racional se sente impelido a desenvolver as suas capacidades intelectivas, em prol da sua sociabilidade, fruto do modo de produção em que vive, mas, não ignorando da sua individualidade no seio da sociedade, porque,

[...] indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tente provar, em caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida

de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, tal como atuam como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob os determinados limites. Pressuposto e condições materiais, independentes de seu arbítrio (Marx; Engels, 2007, p. 93).

A partir do momento em que os indivíduos conectam a sua estruturação social com o modo político, o pensamento educacional dos seus descendentes, vai sendo moldado, consoante o modo de produção, neste caso, o capitalista. Assim, as novas gerações da sociedade moçambicana, são formadas, dando-se-lhe “legitimidade” social e política como aparato de proteção do desenvolvimento econômico, mesmo sendo feito à margem das suas expectativas.

Pelo modo de produção e a partir do sistema educacional, cria-se uma teia de relações efetivas que acontecem por meio da mediação entre o todo articulado universalmente, parecendo ignorar-se que, a Educação é um processo contínuo por intermédio da qual se “[...] prepara na mentalidade e na conduta da criança as condições fundamentais da sua própria existência” (Ponce, 1991, p. 169).

No entanto, para o modo de produção capitalista, não são as realidades materiais que determinam o que se ensinar ou aprender, mas sim, são os detentores do capital econômico que definem o que se ensinar e como é que esses ensinamentos devem ser transmitidos às crianças, de modo que possam agir mediante ao modo de pensar dos liberais e a sua ideologia.

A ideologia, aqui representada como sendo o “[...] fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos [...] essa submissão faz com que cada indivíduo não possa se reconhecer como fazedor de sua própria classe” (Chauí, 2008, p.73).

Desse modo, em Chauí, a ideologia não é um processo subjetivo consciente que a mulher e o homem adotam, todavia, trata-se de um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário reproduzido pelas condições objetivas da existência social – liberal a que os indivíduos são dominados, uma vez que, aqui, o liberalismo considerámo-lo como “expressão necessária do capitalismo” (Santana, 1997, p. 2) por estar intimamente ligados às ideias capitalistas.

A partir da ideologia liberal, que os estados modernos encontram os seus fundamentos governativos, e é a partir do sistema de ideias guiadas pelo capitalismo, que dirigentes moçambicanos se espelham, fazendo-se divulgar essas ideias, pela imprensa e pela educação moçambicana; mesmo sendo que, essa passagem de informação acontece de forma perspicaz,

na medida em que se oculta o fosso que existe entre a classe trabalhadora ou proletariado (trabalhadores explorados pela burguesia) e classe burguesa (donos dos meios de produção).

Na década de 1990, a situação de exploração do trabalhador foi retratada em uma entrevista realizada pela “Revista Tempo” ao Secretário Geral da Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical, a quanto do balanço anual, sobre a situação do trabalhador no país.

[...] é desolador desde 1992, mais de 105 mil trabalhadores já foram despedidos das empresas no quadro das privatizações, este número fez subir os dados do desemprego no país que era, na altura, de sessenta por cento abrangidos a esta situação o Governo está conotado como aliado dos empregadores porque não toma nenhuma medida “para aliviar o sofrimento dos cidadãos, fundamentalmente, dos trabalhadores” (Revista Tempo, 10/01/99, p.16).

A “Revista Tempo” aparenta se preocupar com a exploração a que os trabalhadores moçambicanos passam, mas, ao mesmo tempo, relega a Central Sindical, essa missão de fazer tal denuncia, e, verifica-se aqui uma falsa coesão entre os dois órgãos, uma vez que, “[...] quanto mais [...] as condições da classe dominante desenvolvem sua oposição às forças produtivas progressistas, quanto mais cresce, em decorrência, a discórdia na própria classe dominante e entre esta e a classe dominada” (Marx; Engels, 2007, p. 283), o que proporciona na perpetuação do distanciamento entre as duas classes no país.

A sutileza da ideologia do liberalismo e da produção capitalista, a corrida ao enriquecimento rápido das elites burguesas, fez com que, Moçambique, em 1987 introduzisse a liberalização dos principais setores da economia nacional. Porém, a adesão ao capitalismo, em Moçambique,

[...] foi forçado a aceitar o diagnóstico feito pelo FMI sobre as raízes dos problemas econômicos que o país estava enfrentando assim como a mediação [...] devido a explicações políticas foram elaborados programas de ajustamento econômico baseados em potencialidades futuras de exportação, altamente irrealista, juntamente com a ignorância total das medidas mínimas necessárias para a reconstrução e reabilitação das instalações e infra-estruturas destruídas durante a guerra, de modo a atingir o balanço macroeconômico no prazo previsto (Abrahamsson; Nilsson, 1995, p. 8).

Apesar do despreparo em relação às prováveis exportações a que o país poderia efetuar, e das medidas necessárias para a reconstrução e reabilitação, o Estado moçambicano se manteve avante com os ideais, o que foi confirmado com a Constituição da República de Moçambique de 1990 – que firmou legalmente a livre concorrência da economia do mercado em todos os setores socioeconômicos.

No sistema político de Moçambique, o Estado “reconhece” as suas “limitações” (uso de estratégias) institucionais em atender a toda a população, principalmente das regiões mais pobres por “[...] conceder o direito de abrir escolas particulares a pessoas coletivas e singulares e delas determinarem a orientação ideológica e doutrinal e, ainda, por não privar os seus cidadãos de escolher a forma de ensino que esteja de acordo com as exigências de sua consciência e convicções” (Revista Tempo, n.º 1171, p. 15, edição de 02/05/1993).

A falta de empenho do Estado com a educação e formação de qualidade em instituições públicas, das novas gerações no país, faz com que não se formem “[...] trabalhadores conscientes de uma sociedade em que desapareceram a dominação e a submissão, é preciso criar uma escola que fixe com extraordinária precisão o propósito imediato que lhe corresponde” (Ponce, 1991, p. 172).

A educação vai à direção de fortalecer a classe dominante e subjuga o homem e a mulher que desenvolve o trabalho simples, considerando que ele - o trabalhador, não tem acesso ao que produz e se encontra sem acesso, ou seja, excluído dos direitos mínimos de subsistência “[...] quanto mais o operário se esgota no trabalho, tanto mais poderoso se torna o mundo estranho, objetivo, que ele cria perante si, mais ele se torna pobre e menos o mundo interior lhe pertence” (Marx, 2004, p. 81).

O trabalhador tanto homem como mulher são seres alienados do produto que produzem, sendo alienado da “[...] atividade produtiva”. Esta deixa de ser uma manifestação essencial do homem, para ser um “trabalho forçado” (Marx, 2004, p. 82), porque sem ele não é possível garantir o mínimo de subsistência para a sobrevivência, como é recorrente para os países africanos.

A agricultura no continente Africano é executada pela maior parte da população ativa se ocupa com esta atividade e uma grande parcela desta população [...] assegura [...] importante de sua exportação e de seu produto interno bruto (PIB). Sendo indispensável para a agricultura, o solo tem um lugar importante no questionamento sobre os investimentos e o “[...] açambarcamento das terras”, expondo a complexidade da situação fundiária na África (Bellucci, 2012, p. 89).

Em um país predominante de economia de baixa renda, cujas atividades estão ancoradas na produção familiar camponesa de subsistência, a falta de alimentos parece contraditória, porque este alimento não consegue chegar à mesa dos trabalhadores e trabalhadoras, devido aos preços que eles não conseguem pagar. “[...] Há quem está “farto” de si, desta vida e dos “seus”; é o quotidiano que o diz! Basta olhar para esta gente, para perceber

quantos dedos seriam necessários para contar os que se julgam vivendo como gente ou como bestas...” (Revista Tempo, 22/09/96 p. 12).

A vida tornou-se num tormento para as mulheres e homens do país, uma vez que, com a criação do ideário de livre concorrência no âmbito do desenvolvimento econômico e fácil aquisição de capital no mundo, fez com que em Moçambique, existisse uma preocupação em imposição de políticas que favoreçam uns poucos (burgueses/capitalistas) em prejuízo de muitos (proletariado ou classe trabalhadora) majoritariamente constituída por mulheres. Os Estados modernos optam em políticas pelas quais, a classe trabalhadora é mantida aquém das suas necessidades materiais e intelectuais, através de um sistema educativo.

Em Moçambique, a partir da Lei nº. 6/92 do SNE, nos seus artigos 1 a) e c), referem que, “a) A educação é um direito e dever de todos os cidadãos; c) o Estado organiza e promove o ensino, como parte integrante da acção educativa, nos termos definidos na Constituição da República”; e, no seu artigo 10. 1, ao se debruçar quanto aos objetivos, pelos quais o SNE deve “Proporcionar o acesso ao ensino de base os cidadãos moçambicanos, contribuindo para garantir a igualdade de oportunidade de acesso a uma profissão e aos sucessivos níveis de ensino”, o que dá a sensação de que no ramo educacional tudo está na íntegra, e todos, homens e mulheres (da zona urbana e da zona rural) vão usufruir desses direitos.

De acordo com a lei no papel, todo o cidadão, em especial mulher da zona rural tem acesso à educação, no entanto, isso não chega tão fácil, na zona norte de Moçambique. Porque se ela quiser estudar deverá pagar pelos seus estudos. Logo este condicionamento faz com que a menina se distancie no alcance desse ideal – o acesso à educação gratuitamente. O Estado deveria se obrigar em atender a lei por ele criada, para a garantia da formação dos cidadãos.

4 A IMAGEM DA MULHER DA ZONA RURAL NA “REVISTA TEMPO”: ENTRE EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Como mulher Macua³³ venci muitos obstáculos, porém consegui chegar até aqui, para dizer, não deixem de lutar, pois a luta nunca termina.

Mwantoko muthiyana mmakhuwa koxintta
mikuthakutho sowatta, ni kowerya ophiya
mpakha va, kinhimyaka wira, ohih'iye owana,
mana xeni, ekhotto khikhalakha emalaka.
(Emakhuwa)

Kama mwanamke wa Macua, nilishinda vikwazo
vingi, lakini nifaniwa kufika hapa,
kesema, usiache kupigana, kwa sahabu pambano
lisingeisha. (Kiswahili)

O fim da guerra dos 16 anos na década de 1990 representou o início de uma nova história para Moçambique. Foi um acontecimento que mudou os rumos do país tanto no campo político, quanto no plano social e econômica, pois, o cessar fogo ora assinado entre a Frelimo e a Renamo a 04/10/1992 em Roma, requeria uma reconstrução nacional (de pessoas, bens e políticas). Para se atingir o maior alcance, o plano social e econômico, tinha que ser divulgado pelos meios de comunicação (emissoras Radiofônicas, emissoras televisivas, Revistas e Jornais).

A imprensa de modo especial a “Revista Tempo”, consolidou-se como um dos principais meios impressos que o Estado usava para difundir a informação no país e no mundo fora. Neste periódico, os seus intervenientes tinham possibilidade de expor, e, ou debater as suas opiniões de várias ordens, através da carta dos leitores que era apresentado em todas as edições.

Desta feita, o capítulo faz uma análise da imagem da mulher da zona rural, que era veiculada pela “Revista Tempo”, considerando os discursos oficiais que versavam sobre a educação escolar, e, que pudesse transformar a vida dessa mulher, uma vez que, o processo de escolarização dos moçambicanos, já fora proclamado como uma das bases para o povo tomar o poder (Machel, 1974).

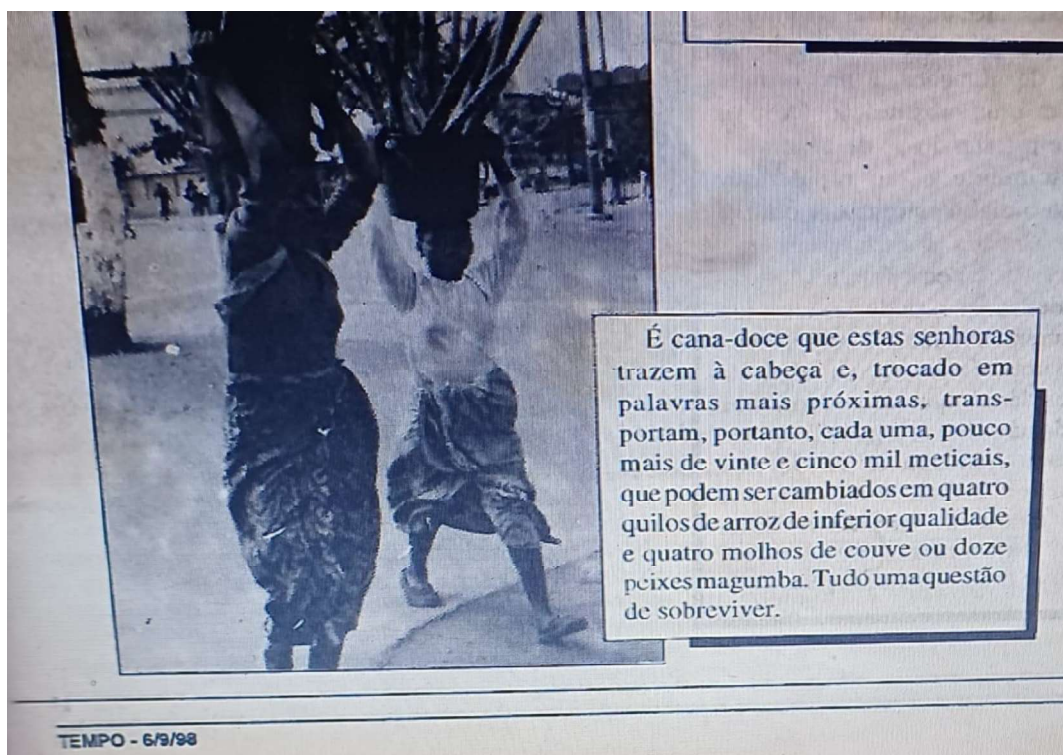
³³ Macua é um povo de Moçambique, com maior número populacional) “[...]o povo macua corresponde ao grupo étnico mais numeroso da região Norte do país, (Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Niassa), num total de aproximadamente 5 milhões de pessoas” (Baritussio, 2015, p.3).

Nestes termos, com a mulher “escolarizada” seria possível ultrapassar as assimetrias de vida entre homens e mulheres; entre mulheres das zonas urbanas e as da zona rural, seria exequível se combater a subalternização de mulheres perante homens que ainda coexiste, quer nas camadas de pessoas escolarizadas, quer nas de pessoas não escolarizadas, em especial, na zona rural, mesmo que o seja de forma silenciosa ou notória para as duas camadas.

Pela “Revista Tempo”, que usava comunicação simples e clara, quanto a sua redação, mas complexa na medida em que na sua rubrica Fatos e fotos, usava fotografias de mulheres, em muitos dos seus impressos, ora sem legenda, ora com legenda bem resumida, que se desenvolvido o conteúdo, poderia ocupar algumas páginas.

A fotografia abaixo é dos exemplos da linguagem complexa do periódico. Esta foto nos sugere a várias denúncias de dura realidade a que a mulher economicamente desfavorecida enfrentada, que vai desde o comércio informal; a falta de emprego em especial o desemprego feminino que o país enfrenta; o custo de vida, sobretudo no alcance de produtos alimentares, mesmo os considerados da baixa qualidade (fome). O comércio informal, o desemprego e a fome, são temáticas que, se desenvolvidas tendo-se em conta as suas causas impactas, ocuparia cerca de duas (2) páginas do periódico, e que traria revelações impactantes.

Figura 9 - A Mulher Moçambicana na Revista Tempo



Fonte: Revista Tempo, dia 6/9/98.

4.1. CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER MOÇAMBICANA NA “REVISTA TEMPO”

Desde a Proclamação da Independência nacional, em 1975, o governo de Moçambique mostrou interesse sobre a vida da mulher, ao incorporar nas suas políticas, discursos que visavam o enquadramento da mulher na luta pela manutenção do país em construção através da “emancipação e libertação da mulher”, ao se afirmar que, “[...] compete-nos transformar a massa enorme, [...] temos mulheres a quem durante milénários a sociedade oprimia asfixiando a sua iniciativa” (Machel, 1979, p. 37).

Trata-se de um discurso político, ou seja, de um partido político que na altura era o único representante do Estado moçambicano, que, com a finalidade de alcançar o maior número de mulheres envolvidas na construção da jovem Nação, inculcava a sociedade moçambicana o ideário de “libertação”, e de “emancipação da mulher”. Através dessa retórica, a mulher em Moçambique foi aderindo desde a luta armada até então, num convencimento de que estariam livres em defesa dos seus interesses e direitos sociais, apesar de que nos primeiros anos de luta, não foi bem assim, porque pouco se falava da Emancipação, pois, no que concerne sobre a

[...] emancipação da mulher se tornou mais decidido e reconhecível apenas depois da guerra, especialmente através do trabalho da organização da mulher moçambicana (OMM). Durante a luta armada, o principal objetivo de toda a gente era trabalhar conjuntamente pelo mesmo fim: a expulsão dos portugueses e a libertação do país (Katto, 2018, p. 13).

Parte de mulheres que participou da luta armada de libertação nacional, se identificou com o discurso de emancipação da mulher, como meio pelo qual se sentem livres e defendem os seus interesses - estas são as que tinham certa educação escolar, que depois da independência e nos anos subsequentes, foram tendo assistência social, e até mesmo, assumindo responsabilidades remuneráveis dentro do Estado ou na sociedade. Em contra partida, existem as que até os anos de 2018, as da zona rural no norte de Moçambique, que se ressentiam, porque o que vivem foi contrário ao que se lhes prometia durante a guerra de libertação do país.

[...] durante a guerra, Rosa recorda sonhar estabelecer-se na cidade, construir a sua casa aí, e comprar um carro para se deslocar. No final de contas, Rosa diz, durante a guerra foi-lhes dito que a cidade seria sua depois da independência. Para Rosa, a vida depois da independência não se desenrolou da forma como ela esperava. Como os seus colegas ex-combatentes, ela lamenta a falta de dinheiro. (Katto, 2018, p. 119).

A denúncia de contrariedade entre o prometido durante a luta de libertação do país, e, a implementação de tais ideais, foi sendo feita desde dezembro de 1975, que referia agitação dos militares, notícia que fora publicada na “Revista Tempo” na sua edição número 272, e em 1998, alusivo à celebração ao décimo aniversário de criação da Associação dos Combatentes da luta Armada de Libertação Nacional em Moçambique, foi retomado.

Portanto, o sentimento de ser esquecidas, não residia apenas em mulheres ex-combatentes, mas sim, era algo que era realidade vivida por muitos combatentes de luta armada, tanto os que viviam nas zonas rurais, quanto os que residiam nas zonas urbanas que nem habitação e alimentação tinham.

O semblante dos antigos combatentes que conversaram com a “Tempo” estava patente o sentimento de revolta e/ou de arrependimento pelo facto de terem-se engajado num projecto que nos dias que correm não lhes dignifica, [...] serem alvos de abandono e/ou esquecimento protagonizados pelos seus colegas de luta hoje empoleirados em altas esferas de poder político e económico. “muitos deles nem se quer pegaram em armas porque quando nós lutávamos, eles estavam no exterior a estudar” [...] alcançada a independência regressaram ao país para ocupar os cargos governativos[...] os filhos deles estão a estudar nas melhores universidades, enquanto os nossos são vítimas de intoxicação porque não temos dinheiro para mandá-los à escola [...]com as casas num estado avançado de degradação, sem energia e água [...] sentímo-nos traídos pelos nossos companheiros de luta. (Revista tempo, edição 1401, 6/09/1998, p. 19).

Outro elemento que era publicizado pelo governo do dia, era a “emancipação da mulher”, cujo sua significância não deve ser equiparada à igualdade de gênero segundo a visão das defensoras do feminismo Ocidental, (Katto, 2020), há divergência entre a “emancipação da mulher” na concepção moçambicana, com a emancipação da mulher no plano internacional.

Há quem conceba emancipação como uma igualdade mecânica entre homem e mulher. A emancipação seria, então, a mulher e o homem fazerem exatamente as mesmas coisas, dividirem mecanicamente as tarefas no lar [...]. A emancipação concebida mecanicamente leva como vemos, por exemplo, nos países capitalistas, a reclamações e atitudes que deturpam inteiramente o sentido da emancipação da mulher. A mulher emancipada é a que bebe, a que fuma, é a que usa calças e minissaia, a que se dedica a promiscuidade sexual, a que recusa ter filhos. [...] Outros identificam a emancipação com a acumulação de diplomas, aparecendo em particular o diploma universitário como um certificado de emancipação. Há ainda quem considere que a emancipação consiste em aceder-se a um nível económico, social e cultural. Todas estas concepções são erradas e superficiais. Nenhuma delas atinge o coração da contradição nem propõe uma linha que verdadeiramente emancipe a mulher (Machel, 1978, p. 45).

No contexto moçambicano pós-independente, a emancipação da mulher não se associava apenas ao acesso de direitos sociais de forma equitativa com os homens. Basta olhar nos discursos que a liderança masculina do movimento de libertação de Moçambique,

que desde falou sobre a libertação e emancipação da mulher, ao referir que, “A emancipação” exige uma ação em vários níveis essenciais “[...] A mulher para se emancipar necessita de um engajamento político consciente. [...] Significa primeiramente que a linha deve ser traçada por uma organização política revolucionária [...]. Só esta organização está em condições de formular estratégia global do combate libertador” (Machel, 1979, p 27-28).

Perante os pronunciamentos acima, que referem a imperiosidade da mulher se filiar ao partido libertador, para que ela possa se considerar “emancipada”, nos sugere que, a Frelimo se sentiu impelido em incluir a mulher como elemento chave nas dinâmicas do nacionalismo e da independência, ou seja, a Frelimo ao aceitar a mulher como um dos elementos chaves na luta pela independência de Moçambique, procurava evitar que a mulher se sentisse excluída, e, que de certa maneira concorresse para a fragilização da ideia de “unidade nacional” no sentido utilizado por Eduardo Mondlane (1995), ou seja, enquanto “união” para além das diferenças (sociais, culturais, políticas e linguísticas) existentes entre os moçambicanos.

Nesses moldes, a ideia de emancipação feminina, tinha que ser conduzida e incutida de tal forma que, a própria mulher se sentisse como proprietária e detentora de tal “emancipação”, e, de modo que, pudesse libertar não só a mulher das amarras da opressão, mas sim, toda a sociedade moçambicana, como se quisessem seguir o pensamento de marxista no que respeita sobre a emancipação, ao referir que,

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (Marx, 1998, p. 30).

Aqui, a noção de emancipação deve estar relacionada ao processo de uma liberdade efetiva, onde as lutas de classe, a divisão de trabalho e a propriedade privada dos meios de produção não mais existiriam, porque emancipação humana, neste caso, a emancipação da mulher, requereria eliminação de toda e qualquer forma de dominação, e, ou dependência econômica, de homens e das suas frações políticas. Trata-se de um estar social que carece de uma educação plena, capaz de conscientizar e desenvolver nas pessoas, tais potencialidades que conduzem à autonomia política, econômica e social.

No entanto, o que a mulher de Moçambique vive em especial a da zona rural quanto à libertação e a emancipação da mulher, nos remete à existência de ideias contraditórias entre o que se diz e o que se põe em prática. É como se estivesse a pôr em prática apenas a emancipação política, uma vez que, “a emancipação política representa, sem dúvida, um

grande progresso. Não constitui, porém, a forma final de emancipação humana, antes é a forma final de emancipação humana dentro da ordem mundana até agora existente” (Marx, 1998, p. 14-15).

Nesse contexto, ao longo dos anos (de década de 1990 em diante), o governo moçambicano foi tomando várias medidas legais ou puramente políticas, que visam à inclusão da mulher em todas as esferas sociais. Assim, a Constituição de Moçambique, que assegura a não discriminação entre homens e mulheres de forma explícita nos seus artigos 06º e 67º:

Artigo 6º, d) – Todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais ou profissão. Artigo 67º – O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural (Moçambique, 1990).

A complexa multiculturalidade que existe em Moçambique, serviu de justificativa para a difícil aceitação e implementação das políticas públicas referentes ao progresso e melhoramento da vida das mulheres no país, por se considerar que “[...] a sociedade moçambicana, que é tão complexo, mosaico de povos e de culturas, tão cheia de tensões sociais, tão plena de obstáculos à participação da mulher” (Iglesias, 2007, p. 134). São tensões sociais que fazem com que a mulher encontre obstáculos no seu dia-a-dia, o que marca realidades que “visibilizam cenários de sofrimento, opressão e marginalização da mulher africana” (Souza, 2019, p. 55).

Existem obstáculos, mas, também, transformações e alternativas que servem de alavanca às mudanças para o combate à exploração a que as mulheres vivenciam. A aprovação da constituição multipartidária em 1990 observa-se uma ligeira transformação na luta pela emancipação da mulher e igualdade de gênero e de oportunidade entre homens e mulheres.

Para tal, foram elaborados e aprovados instrumentos nacionais para a defesa da mulher (lei de terras, lei em defesa da mulher contra a violência doméstica). Foram também criadas instituições governamentais em 1994, um ministério dedicado à mulher (Ministério da Mulher e da Acção Social, atualmente Ministério do Género, Criança e Acção Social) e um Gabinete da Mulher Parlamentar, em 2005, ainda foram criadas organizações não governamentais, como por exemplo, o Fórum Mulher (1992) que congrega várias organizações e a Liga dos Direitos Humanos (1995) e, ainda, Moçambique tornou-se signatário de iniciativas regionais,

e globais com a finalidade de manter a “igualdade” de gênero e oportunidades entre homens e mulheres no país.

Dessa forma, a mulher não só deve, através de parcerias e apoios internacionais, lutar, para que o Estado valorize os seus direitos, mas também, a própria mulher deve fazer pressão para que se veja livre da mentalidade de subalternas.

[...] nós mulheres afirmamos que também devemos erradicar a mentalidade que nos foi inculcada pela cultura dominante de que é próprio da mulher ser inferior, incapaz, ineficiente, de que a mulher tem de ser dependente do homem. Esta concepção paternalista e androcática constitui a força ideológica da sociedade exclusiva e desigual em que vivemos que nos prepara para aceitarmos com fatalismo e resignação a condição de cidadãs de segunda categoria, sem capacidade para poder decidir das nossas vidas (Casimiro, 2005, p. 81).

A mulher moçambicana luta para demonstrar a igualdades de competências sociais, políticas, econômicas que existem entre o homem e a mulher, porém, a questão social e econômica que o país vive, - dependência econômica e a cultura tradicional, determina a posição da mulher em relação ao homem na família, sociedade, na educação e no trabalho.

Um dos impactos que se pode identificar enquanto resultado dessa construção, foi a dificuldade e/ou resistência de numerosas mulheres, particularmente deputadas, na aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher. Como refere Maria José Arthur (2008), as deputadas envolvidas na discussão da proposta de lei se recusaram a aceitar determinados aspetos da proposta, como, por exemplo, o direito de a mulher denunciar o seu parceiro em situação de violência doméstica, por considerarem que a lei constitui um grande atentado às práticas culturais moçambicanas que tem salvaguardo, historicamente, as lógicas de dominação masculina, na medida em que a denúncia ameaça a segurança económica da família, garantida pelo homem (na ideia de provedor), porque este seria preso, deixando a mulher e os restantes membros da família vulneráveis (Posse, 2025, p. 12).

Esse modo de pensar contribui para o enfraquecimento da luta pela igualdade de gênero e de oportunidades entre homens e mulheres, bem como para a emancipação feminina, ainda que apenas no âmbito político. A educação cultural de muitas mulheres em Moçambique, por um lado, reforça a ideia de superioridade masculina em relação à mulher e, por outro, enfraquece os esforços das pessoas que lutam contra essa opressão.

Dessa forma, as mulheres e as “representantes do povo” (deputadas) que mostraram resistência e ou se recusaram a aceitar determinados aspetos da proposta, como, por exemplo, o direito de a mulher denunciar o seu parceiro em situação de violência doméstica e na aprovação da Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher, denuncia uma profunda prevalência de falta de liberdade e de “emancipação da mulher” que vem sendo

enaltecida pelo Governo desde a independência, o que remete mais uma vez, que a emancipação da mulher que tanto se fala, trata-se de um ideal masculino, e que a mulher (algumas escolarizadas e as da zona rural) ainda continua sob a opressão do pensamento machista e do patriarcado. Há necessidade que os atores da educação formal encontrem mecanismos que invertam a reprodução das hierarquias dos papéis e tarefas do homem e da mulher na família, escola e ou sociedade, que acabam por colocar a mulher na condição de subalterna.

Embora se reconheça a relação existente entre as leis e o estatuto social das mulheres e suas possibilidades de acesso aos recursos, são necessários constantemente enfatizar que só as reformas legais do país, não foram suficientes para garantir a igualdade de gênero. Assim, em 1993, Moçambique adotou e ratificou a Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher/*United Nations Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women* (CEDAW), mediante a resolução nº 4/93 da Assembleia da República, de 2 junho (Moçambique, 1993), numa perspectiva de que as mulheres pudessem ter o acesso pleno aos níveis de saúde, de educação, entre outros. Ou seja, para que as mulheres pudessem ter o poder de decisão sobre si e a sociedade.

Foi com base nestes fundamentos que as organizações de mulheres em Moçambique pressionaram vivamente o Governo a empreender reformas legais, de modo a refletir não só o espírito da Constituição e das Convenções assinadas, mas, também, na própria realidade social mundial.

Moçambique, não só aderiu à Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW), mas também, adotou às Plataformas e Declarações internacionais e que defendem os direitos da mulher, a saber: a Plataforma de Beijing; a Declaração para Igualdade de Gênero em África; a Declaração de Género da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e à Carta Africana de Direitos Humanos e das Pessoas. Aderiu também, aos outros movimentos e nacionais e internacionais como as Organizações Não Governamentais (ONGs) que trabalham e advogam para a igualdade de gênero: o Fórum Mulher; *Women and Law in Southern Africa*/As Mulheres a Lei na África Austral (WLSA); e, Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) (Casimiro, 2004; FNUAP, 2006, Tvedten, 2011).

Não basta ratificar as convenções internacionais, em prol da defesa dos direitos da mulher, há necessidade de se colocar em prática as recomendações de tais convenções. Curiosamente, Moçambique para divulgar as diretrizes da plataforma de Beijing, precisou de doação das Nações Unidas.

A efetivação do seminário nacional pós-Beijing no país vai ser patrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PUND. Esta instituição doou a Moçambique 100 mil dólares americanos para realização de cursos de formação das mulheres empresárias em matéria da gestão e de elaboração de projetos para desenvolvimento das micro-empresas. (Revista Tempo, edição 1344, 22/9/96, p. 32).

A dependência externa do Estado Moçambicano com relação às ações que beneficiam a mulher está em demasiada notabilidade, a ponto de não conseguir disponibilizar os fundos para a divulgação das decisões da plataforma de Beijing. Ainda mais, a divulgação das tais medidas foi destinada para as mulheres letradas, detentoras de poder aquisitivo das zonas urbanas, sem olhar para as da zona rural, o que nos sugere de que, o Estado moçambicano, ratifica as convenções internacionais, como meio de ter um reconhecimento internacional na aderência das tais convenções, por conseguinte, relega as ONGs a sua aplicação, por isso que, existem muitas plataformas de ação e as ONGs que “trabalham” para “[...] a promoção de igualdade de gênero e na melhoria das condições de vida das mulheres em Moçambique” (PNUD, 2023, p. 1), no entanto, os indicadores sociais e econômicos demonstram cenários de continuidade de disparidades e desigualdades entre mulheres e homens no país.

A “Revista Tempo” sendo um meio de comunicação mais usados na difusão de informações diversas do país e do mundo, e, ao mesmo tempo, sendo a primeira com ilustração, foi apresentado em suas páginas, imagens de várias ordens, que serviam para ilustrar artigos, reportagens e ensaios fotográficos. Nelas, também existem imagens que retratam sobre o dia-a-dia da mulher, em diversos contextos, ora com títulos chamativos, ora com imagens que em certos casos, o conteúdo abordado sugere o não alinhado com a imagem que se apresenta.

Um dos títulos e com imagem chamativa que representa a mulher da zona rural, vem na sua edição 1401 de 06 de setembro de 1998, na sua página 37 com o título “Gênero, Moeda para se falar da mulher” com texto escrito por uma mulher (Brígida Henrique), que no seu resumo, refere o seguinte:

Ainda há muito por fazer para que a igualdade de gênero seja entendida em África, pois as sociedades africanas rejeitam a igualdade entre o homem e a mulher, apoiando-se em factores culturais e religiosos. Esta é a conclusão tirada após debates no final do curso sobre gênero e jornalismo, realizado recentemente em Mbabane, Suazilândia. Os 21 jornalistas da SADC que durante 19 dias discutiram questões de gênero concordam com a ideia de que a pobreza em África afecta particularmente a mulher. Ela é discriminada no acesso aos serviços básicos de saúde, e sistema cultural das sociedades africanas relega a educação da mulher para o segundo plano (Revista Tempo, edição 1401, 06/09/1998, p.37).

Figura 10 - Mulher da zona rural, moeda para se falar de gênero.



Fonte: Revista Tempo 06//09/1998, p. 37.

A imagem acima é referente à mulher da zona rural, mas o teor da mensagem principal é referente à mulher escolarizada, que desenvolve as suas atividades em certos casos nas zonas urbanas, e, quiçá, com elites, daí a indagação do porque é que não colocaram a foto de mulher jornalista, se o encontro era sobre a mulher no jornalismo?

O fato de não se mostrar a foto dos jornalistas reunidos, o que permitiria saber quantas mulheres participaram desse encontro, reforça mais uma vez a ideia de que falar sobre a mulher africana especialmente a da zona rural representa, para quem organiza o evento, uma forma de rendimento econômico imediato. Isso porque, na época, e até os anos 2000, as formações promovidas por organizações não governamentais em Moçambique envolviam valores monetários revertidos em benefício dos participantes.

Ao se trazer a foto de uma mulher da zona rural, em um ambiente de debates de pessoas intelectuais, nos remete a situação vulnerabilidade social, política e econômica, a que ela (mulher da zona rural) é sujeita, remete-nos a várias abordagens. Por exemplo, pode-se usar a foto de mulher da zona rural em notícias que não condizem com a imagem, por se perceber que ela não estará em condições de reclamar com relação ao uso da sua imagem em tais formações, devido ao analfabetismo que atormenta a maioria das mulheres das zonas rurais.

Outra análise que inferimos pelo fato de se colocar um título ou imagem de mulher da zona rural, em notícias aquém da imagem retrata, pode-se considerar em uma denúncia e/ou num grito de socorro a que a “Revista Tempo” fazia a favor da mulher da zona rural, por perceber que, alguns jornalistas, agentes do governo e as ONGs, podiam usar fotografias que mostravam mulheres em situação de vulnerabilidade ou camponesas, e/ou títulos referentes à mulher, usando-se como chamariz para cativar muitos leitores, logo o aumento de número de assinantes. Por outra, o uso de títulos e fotografias de mulher da zona rural, de servia como de isca para os governantes e doadores estrangeiros defensores dos direitos de mulher.

De fato, a imagem de mulher vulnerável, é mais propensa em provocar comoção em entidades que trabalham com situações de emergência ou em defesa ao bem estar social da mulher com muita facilidade a fim de se ter rendimento econômico, ao se financiar os projetos/palestras/formações para os letrados apenas. Outrossim, o uso de imagens de mulher em situação de vulnerabilidade e da zona rural, com conteúdos que referem a eventos de pessoas escolarizadas, pode ser uma estratégia a que a política dos editores/diretores da “Revista Tempo” usavam, para responder o projeto político, de aparentar falar sobre a mulher da zona rural, numa mera aparência.

Independentemente das reais motivações vimos que, a “Revista Tempo” apresenta muitas fotografias de mulheres da zona rural, peembora que em algumas o seu teor informativo, retratava informações ligadas às mulheres formadas e ou economicamente organizadas.

4.2 EDUCAÇÃO DA MULHER DA ZONA RURAL, NA “REVISTA TEMPO”

A década de 1990 a história de Moçambique foi marcada por diversas transformações (políticas, sociais e econômicas), das quais já foram referidas anteriormente, que, no entanto, por serem determinantes na construção do país, vão sendo lembradas sempre que necessário. Com efeito, a aprovação da nova Constituição da República de Moçambique não

só trouxe mudanças meramente políticas como, por exemplo, o exercício da democracia através das eleições com a participação de vários partidos (o multipartidarismo), mas também, a Constituição trouxe novas percepções sobre a mulher, através da criação de movimentos sociais, mesmo sendo que, essas mudanças o Estado moçambicano não as adotou de forma espontânea, pois que,

A imposição do modelo de desenvolvimento neo-liberal e de democracia participativa, em Moçambique, arrastou consigo também novas formas de estruturação social, através das ONG's e do desenvolvimento de outro tipo de associações [...] o modelo vem de fora, é apresentado como uma panaceia e mesmo alternativa perante as evidências dum Estado corrupto e sem rumo. Numa fase inicial, algumas agências de 'desenvolvimento' e ONG's internacionais, promoveram e apoiaram a sua criação, não lhes exigindo práticas de transparência e governabilidade, como vinha acontecendo às instituições estatais. (Casimiro, 1997, p. 274).

O surgimento de movimentos governamentais e ou estrangeiras voltados aos direitos sociais, aos direitos humanos e aos direitos da mulher, não podem ser vistos como uma simples ação humanitária e preocupadas com o bem comum da mulher e dos mais carenciados em Moçambique, se aceitarmos que, algumas associações, “foram-se revelando autoritárias na procura de espaços e poder e na sua actuação, e pouco solidárias com organizações congéneres, em termos de procura de fundos e programas conjuntos de actuação” (Casimiro, 1997, p. 275).

Não se trata de luta para o desenvolvimento econômico de Moçambique e dos seus cidadãos como um todo, mas sim, do bem estar da elite minoritária saída do governo, que, aproveitando-se dessa forma da fragilidade econômica que o país enfrentava através das imposições do FMI e do BM. Estas elites foram se reorganizando e angariando mais fundos para o seu benefício, em nome das “associações sem fins lucrativos” que se propunham a trabalhar com, para e pela a mulher em estado vulnerável e /ou da zona rural que para além do analfabetismo eram fustigadas com as marcas da guerra civil que flagelava o país (Lopes, 1996; Casimiro, 1997).

Apesar de se propalar a ideia de se trabalhar em “defesa” da mulher em condições de vulnerabilidade, vimos que, a partir da década de 1990 até então, em nome das associações não governamentais, era e ainda é possível verificar a “existência de escolas abertas por grupos de sócios e com fins lucrativos que funcionam em condições precárias, a funcionar com professores sem a formação psicopedagógica” (Revista Tempo, 24/02/92, p.13).

No tocante a fundação de associações, é notável que, muitas delas estavam e ou ainda no ano de 2025, estão viradas às demandas que afligem a mulher, em especial a das zonas

rurais, como por exemplo, a organização de caráter comunitário (PROGRESSO), a Associação para Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sócio-Cultural da Mulher (MBEU), a Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural (AMRU), entre outras.

São várias as associações que “lutam” em favor da mulher e pela sobrevivência econômica do país, pelo bem-estar social dos cidadãos, para o desenvolvimento da família, sobre a terra, educação, saúde, habitação, igualdade de gênero e de oportunidades no serviço e nas instituições de ensino, emprego, e, outras aspirações inerentes às condições materiais que lhes for proporcionando (Casimiro, 2001). Porém, em 2025 a pobreza extrema continua a fustigar o país, onde a maioria das mulheres vive numa situações de miséria. Em face de prevalência de pobreza em Moçambique, nos remete a ideia da nova colonização dissimulada em organizações não governamentais, como nos elucida Ngoenha (2023), ao afirmar que,

As organizações multinacionais participam claramente na desestabilização de Moçambique, basta lembrar as companhias majestáticas que existiram em Moçambique no tempo colonial, que estão retornando em Moçambique através das novas ONGs. Quais são os reais interesses dessas multinacionais no nosso país (Ngoenha, 2023, Youtube CIP, 18 anos).

Com a introdução da nova Lei Fundamental em 1990 e as novas realidades sociais e econômicas (o PRE, PRES, as ONGs) fazem mudar a estratégia educacional e, que numa primeira fase, o Governo moçambicano, tinha que revogar ou rever alguns decretos e leis escolares aprovados anteriormente, - a quanto a Independência de 1975, especialmente aqueles que diziam respeito ao ensino privado e a educação ideológica e partidária nos estabelecimentos de ensino, através do Decreto n.º 11/90 que autorizou o exercício da atividade de ensino privado e revogou o Decreto n.º 12/75.

À luz da Constituição da República de 1990 e do Decreto Lei n.º 11/90 acima mencionados, surgiram muitos estabelecimentos de ensino privado, o que nos sugere que, houve, ou ainda, há “maior interesse” por parte de vários sectores económicos e sociais em exercer a função educativa nas diferentes regiões do país, que está sedento em alargar a rede escolar, como o elucida a “Revista Tempo”, ao afirmar que,

C A introdução do ensino privado no país se justifica pelas seguintes razões: destruição de grande parte da rede escolar, redução da capacidade financeira e material do Estado de organizar escolas. Em consequência disso, as funções do ensino particular reduzem-se a: aumentar a capacidade de acolher as crianças e jovens em idade escolar que fiquem sem acesso ao ensino. Outra função, não menos importante para o país – a de contribuir para a elevação da qualidade de ensino, de facto é negligenciada. As relações do Estado e de seus órgãos representativos com as

escolas particulares consideram-se respectivamente à luz da primeira função (Revista Tempo, 24/02/92, p.13).

A não preocupação com a qualidade de ensino que se verificava nos estabelecimentos privados em Moçambique alude a apreensão que o Estado tinha ou tem, com responder as demandas económicas e sociais que lhe foi imposto pelo FMI e o BM, que neste caso, com as escolas privadas, podem-se aumentar as receitas do país, se alargar a rede escolar, sem que haja intervenção direta do Estado. Nesse contexto,

O Ministério da Educação procura controlar as propinas e taxas escolares a serem pagas pelos alunos, normas de administração e organização escolar, os programas de ensino particular, que, segundo a legislação actual devem ser iguais aos adoptados nas escolas oficiais (só em casos especiais se admite a alteração de matérias e formas de organização escolares). Ele não tenciona dar nenhum apoio financeiro e auxílio técnico adequado a estes estabelecimentos. (Revista Tempo, 24/02/92, p.13).

Não se pode afirmar categoricamente que, a falta da qualidade de ensino, a preocupação em aumentar a capacidade de acolher as crianças e jovens em idade escolar que se encontram sem o acesso ao ensino, e, com ela expandir a rede escolar, seja fruto das relações entre o Estado e de seus órgãos representativos com as escolas particulares, apenas, uma vez que, essa realidade, também se verifica com as escolas públicas. Elas recebem muitos alunos, colocando-os em turmas numerosas, com salas de aulas precárias, sem carteiras, e, muitas delas funcionando por debaixo de árvores, o que de certa forma pode comprometer com a qualidade de ensino.

Em Moçambique, ao se expandir a rede escolar sem se ter em conta as condições materiais e sociais que se vivem, sugere a aceitação da economia de concorrência e de livre mercado, a que o liberalismo de Smith impunha às nações, pois, “poderemos constatar a afirmação do mercado e de suas leis próprias como o caminho necessário ao "desenvolvimento natural" da economia capitalista” (Santana, 1997, p.3).

Assim sendo, a estratégia da privatização do ensino em Moçambique pode ser entendida como meio pelo qual se reforça e se persevera os princípios do capitalismo, que outrora (no tempo colonial) já se tinham introduzido e que funcionava sem sobressaltos.

O problema da privatização do ensino, que se entende aqui como processo de desenvolvimento do ensino particular no seu sentido amplo, não se pode considerar como novo em Moçambique. Idênticas tentativas foram, por exemplo, empreendidas no país nos anos 60 sob a forma de criação de instituições educacionais de vários tipos e graus. Assim, em 1961 foram fundados os primeiros 12 estabelecimentos de ensino pré-escolar ou infantil e logo depois 6 instituições desse gênero por iniciativa privada e missões religiosas. O sector do ensino particular estendeu-se então largamente ao ensino primário, que no ano lectivo de 1971/72, funcionavam em regime particular ou missionário 3713 escolas e apenas 370 em regime oficial. Uma

grande parte do ensino secundário também estava organizada pelas organizações religiosas e por outros organismos não-governamentais nesse período. Nos anos 60 das 32 escolas do ensino Liceal então existentes, 25 eram colégios particulares, dos quais 9 pertenciam às missões católicas (Revista Tempo 24/02/92, p.12).

A política de privatização do ensino em Moçambique tanto no tempo colonial, quanto na década de 1990, sugere a manutenção do ideário liberal, que de formas flexíveis e autônomas de financiamento e de administração das escolas particulares, que sem receber auxílio financeiro do Estado, tinham, ou ainda têm maior liberdade na determinação dos programas de estudo e da sua gestão interna, no entanto, os rendimentos beneficiam o Estado.

A privatização do ensino não se trata de algo isolado para Moçambique, muito menos para a atualidade. É uma prática que vem sendo defendida desde os séculos passados. Na senda de se deixar a educação à responsabilidade dos pais ou educadores temos como exemplo, Smith que de forma clara e em defesa do liberalismo econômico do Estado, demonstrou estar a favor e valorizava o ensino privado.

[...] essas escolas não eram sustentadas pelo Estado [...] ao que parece, porém o Estado nunca lhes deu outro incentivo a não ser transformando algumas delas em local especializado para o ensino, o que às vezes também era feito por doadores privados [...] parece que nenhum professor recebia salário algum do Estado, nem quaisquer outros emolumentos, a não ser o que lhes advinha dos honorários ou das remunerações de seus alunos. [...] Se o conceito que se tinha da utilidade dessas escolas não conseguia atrair alunos para elas, a lei não forçava ninguém a frequentá-las nem recompensava ninguém por tê-las frequentado (Smith, 1983, p.212.).

Smith sugere que as leis que regem o mercado na esfera da economia de mercado, também deveriam estar presentes na esfera da educação a fim de se alcançar o sucesso almejado, - o acesso à educação para educandos e a renda monetária para as elites/proprietários dos estabelecimentos de ensino e que eram, e ou são protegidos pelo Estado.

Essa atitude tolerante do Estado em relação às escolas privadas assegurava a expansão dos serviços educacionais sem a correspondente responsabilização econômica do governo pelo seu funcionamento. Tal postura permitiu difundir, em larga escala, o ensino em diversos níveis e regiões, sem sobrecarregar o orçamento estatal.

No caso moçambicano, a política de liberalização econômica e de livre concorrência no setor educacional abriu novos caminhos para negócios de renda fácil destinados às elites. Essa prática passou a ser defendida como necessária e indispensável ao progresso qualitativo e econômico, ainda que as condições materiais de grande parte dos moçambicanos não fossem adequadas para arcar com seus custos. “A prática Internacional mostra que a existência paralela de

escolas particulares e estatais cria uma situação de concorrência de tal modo que dá dinamismo ao desenvolvimento de todo o sistema educacional no país e contribui para a melhoria da qualidade de ensino” (Revista Tempo 24/02/92, p. 12).

A implantação da economia de livre concorrência no ramo educacional outrora defendida pela “Revista Tempo” parece entrar em conflito consigo mesmo, através da sua crítica aparente ao comentar da necessidade do Estado de amparar economicamente e tecnicamente as instituições de ensino privado.

Em qualquer caso, hoje em dia, quando o país passa pelo período de transição para a economia de mercado, a intervenção directa do Estado e o seu apoio técnico e financeiro constituem possibilidades práticas para conseguir um verdadeiro aumento de escolas particulares (Revista Tempo 24/02/92, p. 15).

A “Revista Tempo” mesmo sendo um órgão estatal, com uma das missões, de difundir e defender os interesses do Estado, na época tentou alertar aos demais, o cuidado que o Estado moçambicano deveria ter o de velar pelo sistema educacional do seu país, sendo que, a Educação é uma das bases para o desenvolvimento de uma sociedade.

Não se trata de uma simples utopia no que refere ao zelo do Estado ao SNE, visto que já havia acontecido num passado recente no país. Moçambique já foi uma das nações com alta taxa de analfabetismo do mundo, e, a mais elevada de África, porque apresentava 93% em 1975, e, conseguiu baixar para 72% em 1980.

Foi um esforço tremendo.... no contexto de um governo que dava prioridade a educação do povo. Tínhamos o apoio e os recursos que esse governo nos dava. Fizemos uma mobilização para que a educação se alargasse aos adultos. E funcionou: em cinco anos baixamos a taxa de analfabetismo de 93% para 72%. O Samora lançou uma campanha que dizia: *fazer do país uma escola onde todos aprendam e onde todos ensinam* (Revista Tempo Edição 1416, 27/12/1998 p. 12).

Não foi apenas o apoio do governo do dia ou a campanha contra o analfabetismo que condicionaram a redução da taxa de analfabetismo em moçambique, em cinco (5) anos. Existiu também um trabalho de equipe comprometida com a “causa do povo”, - o combate ao analfabetismo, em pouco tempo consegue melhorar a situação.

Há incentivo para que ninguém se sentisse superior ou inferior, quando se tratava da questão de ensino, os professores/educadores, tinham que aprender com os alunos/educandos ensinando, e, vice e versa, (Machel, 1983). Em contra partida, não é o que se constata a partir da década de 1990 até então, onde uma das prioridades que se verificou no ramo educacional, foi a de aberturas de muitas escolas privadas com rendas mensais altas, a que muitos pais ou

encarregados de educação devem aderir, se eles estiverem interessados que os seus educandos estudem.

Assim, apesar da escassez econômica que acometa a muitos moçambicanos, há que salientar que, ainda em 2025, as escolas privadas continuam sendo o refúgio ou a solução para aquisição da educação formal de “qualidade” para uns, e a possibilidade de se ter acesso a tal educação formal para outros, devido à falta de vagas que possa albergar grandes números de os alunos, devido à falta e ou a precariedade infraestruturas que se verifica nas escolas “públicas”.

Quanto à educação, referente à escolarização feminina na zona rural, a “Revista Tempo” refere haver esforços para manter a mulher escolarizada e formada, onde o Estado através da direção provincial de educação em parceria com organizações não-governamentais, fazia campanhas de sensibilização às comunidades em especial as do interior e as mais carenciadas, sobre a necessidade e a importância de mandar as raparigas a escola.

É uma experiência que vamos estendendo em todos os distritos. Em Mogovolas e Mossuril, notamos que a experiência é acatada pela comunidade. Por exemplo, para a formação de professores, incentivamos a população a mandar mais raparigas, e este curso tem 60% de raparigas candidatas ao professorado. A nossa perspectiva é termos mais professoras nas zonas rurais. (Revista Tempo, 6/12/1998, p. 27).

Sendo que em Moçambique, na Constituição de 1990 a educação formal foi consagrada como direito fundamental de todo o cidadão, ela deveria influenciar na vida e nas condições materiais de todos os moçambicanos, se aderirmos que, a Educação pode ser vista como meio de formação cuja aprendizagem se torna em conscientização de modo que ela “possa ser um instrumento de conhecimento e de transformação do real, graças à sua compreensão crítica” (Chauí, 2016, p. 253). Portanto, pela educação, o cidadão (homem e mulher), deveriam receber bases sólidas para compreensão e intervir nas tarefas que conduzem a um desenvolvimento da sociedade de forma equitativa para homens e mulheres, de forma particularizada, para aquelas que se encontram em zonas rurais.

Uma das estratégias usadas pelo governo moçambicano foi legislar sobre as ações a serem feitas, inerentes à expansão, acesso e melhoria da qualidade da educação; e através do seu (PEE I), o qual refere ter havido melhoria no que diz respeito ao acesso escolar na década de 1990, sobretudo para as alunas nas classes iniciais do ensino básico.

Um progresso considerável foi conseguido durante o PEE I na melhoria do acesso à educação, refletido no aumento do número de matrículas a todos os níveis do Ensino Primário e Secundário. Entre 1999 e 2005 as matrículas no EP1 aumentaram em 65% e a taxa bruta de escolarização de 85% para 131%. Os ganhos foram maiores

para as raparigas, o que levou a uma redução do fosso em termos de género nas matrículas no Ensino Primário, especialmente nas primeiras classes (Moçambique, PEE 2006-2010/11, p. 6).

A “melhoria” no acesso escolar por parte das meninas, não pode ser vista como uma grande vitória para os gestores da Educação ao nível governamental, pois, é importante que ela seja acompanhada com a qualidade e sucesso escolar para ambos os sexos, assegurando-se “que as oportunidades de aprender sejam igualmente acessíveis a todos, e que se operem progressos que reduzam o fosso no desempenho do Ensino entre ricos e pobres, rapazes e raparigas das áreas urbanas e rurais” (Moçambique, PEE 2006-2010/11, p. 7), e não o contrário como tem acontecido.

Com efeito, apesar de se registrar certo aumento na aderência à escolaridade da população moçambicana, as mulheres apresentam maiores chances de serem analfabetas, mesmo se controlando por local de residência, província e grupo etário, onde as zonas rurais das províncias do centro e norte de Moçambique (Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia) se mostram mais vulneráveis, quanto ao alto índice do analfabetismo (INE, 2019).

No concernente ao aumento de número de mulheres alfabetizadas, há necessidade que se intensifique e se avalie com relação às metodologias de ensino (o uso da andragogia), sobre os conteúdos a serem leccionados, uma vez que, as pessoas adultas, em muitos casos as interessam estudar algo que lhe seja útil nas suas relações interpessoais, tendo-se em conta às necessidades básicas a que a o regime capitalista nos impõe a seguir. Nesse sentido há que se usem estratégias exequíveis para o combate ao analfabetismo no país, sobretudo o das mulheres,

Considerando que o desenvolvimento quer económico quer social e cultural depende da implantação de uma tecnologia que exige na formação adequada, a preocupação do Governo seria a de acelerar a formação de técnicos médios e superiores no seio da mulher e utilizar a alfabetização como veículo para as transformações de desenvolvimento da base (Revista Tempo, 12/04/92, p. 21).

Para que se concretizasse o uso da alfabetização como meio de transformação social e de desenvolvimento da mulher e das comunidades de base e em situação de vulnerabilidade, tornou-se imprescindível a criação de mecanismos para educar e formar as jovens para o seu ingresso massivo no mercado de trabalho, através da alfabetização e educação de adultos em cursos formais, a fim de se promover a igualdade de acesso ao ensino e ao emprego entre mulheres das zonas rurais e as das zonas urbanas.

O combate às desigualdades sociais não pode ser manifesto apenas através de formação e acesso ao trabalho, mas, deve se verificar também com relação ao conhecimento

das bases legais, as “possíveis ferramentas” para suporte, caso o seja necessário. De fato, uma representante da OMM referiu sobre “[...] a população feminina moçambicana não ter o mínimo de conhecimentos sobre as leis que vigoram no país, apontando como solução para fazer face a este problema, o trabalho de divulgação das leis durante as aulas de alfabetização” (Revista Tempo, 12/04/92, p.21).

A existência de muitas moçambicanas da zona rural que se mantinham no analfabetismo, sem saber ler nem escrever em 1992, reforça a necessidade de se usarem todos os mecanismos para se ultrapassar tal obstáculo (o analfabetismo), uma das causas da pobreza. Porém, foi por essa razão que a “Revista Tempo”, instava aos alfabetizadores, para que durante as aulas de alfabetização se fizesse a divulgação das leis que vigoram no país, mas a preocupação prevalece, por não se indicar as leis prioritárias por se divulgar. No entanto, independentemente das reais motivações houve aderência à alfabetização e educação de adultos na década de 1990 foi bem significativa, de tal forma que,

Entre 1997 e 2017, a proporção da população que não saber ler e/ou escrever caiu de 60,6% para 38,5%, o que representa uma queda de 36,0% na taxa. Por outro lado, a proporção da população que sabe ler e escrever passou de 36,4% para 60,5%. Deve-se observar que o crescimento da proporção da população que sabe ler e escrever foi mais intenso na primeira década, entre 1997 e 2007, do que na segunda, 2007 a 2017. Nos primeiros dez anos considerados, a percentagem de alfabetizados cresceu 24,1%, enquanto na segundo o aumento foi de cerca de 20,7%. (INE, 2019, p.35).

A educação da mulher rural em Moçambique representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável e a equidade de gênero. Historicamente marginalizadas pelo sistema educacional formal, as mulheres das zonas rurais enfrentam barreiras que vão desde o acesso físico à escola até a adequação dos conteúdos curriculares às suas realidades socioculturais (MEC, 2018). Diversos projetos têm sido implementados com o objetivo de mitigar essas desigualdades, revelando tanto pontos de convergência quanto divergência em suas concepções e práticas.

4.3 A MULHER MOÇAMBICANA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL

Entre 1990 e 1999, Moçambique atravessou profundas transformações políticas, sociais e culturais. Com efeito, o fim da guerra civil, e a consolidação do multipartidarismo trazem uma nova roupagem nas abordagens sobre a mulher que é tratada através da reconfiguração das políticas de “libertação e emancipação” da mulher, sob o convencimento da visão capitalista. Desta feita, a partir de uma abordagem crítica, procuramos refletir como a

revista articulou discursos sobre a imagem da mulher, particularmente a da zona rural tendo em vista as controvérsias que podem existir entre a modernidade e emancipação feminina, revelando tensões entre a vida prática que a mulher da zona rural leva e os projetos estatais que versam sobre a igualdade de gênero.

Nesse contexto, a “Revista Tempo”, uma das principais publicações de grande circulação nacional, tornou-se um espaço privilegiado e desempenhou um papel significativo na mediação e construção simbólica da mulher moçambicana, tendo em vista a ideia de emancipação da mulher, noção construída nos primeiros anos da independência, que já sob-regimento do capitalismo e da globalização. Trata-se de um prisma que se desenrola sob as teorias de gênero e ou do feminismo, e que os moçambicanos “escolarizados” da zona norte (Nampula), na década de 1990, se diziam ter noção sobre a temática.

As teorias de gênero são encaradas com naturalidade pelos nampulenses, dado serem promovidos seminários sobre a matéria. Se houve resistência, está sendo quebrada, porque, há 23 anos que se fala de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres. O que mudou foi apenas a designação. Enquanto antes falava-se em emancipação da mulher moçambicana, hoje fala-se em políticas de gênero, que são as teorias de emancipação numa outra abordagem (Revista Tempo Edição 1413, 6/12/1998, p.28).

Um dos sentidos atribuídos à mulher moçambicana nas “novas teorias” de “emancipação” da mulher, no auge da consolidação do multipartidarismo em Moçambique, foi o de ser olhada como símbolo da nação e da modernidade. Nas publicações da “Revista Tempo” frequentemente retratava a partir de textos e ou fotografias da mulher como agente da reconstrução nacional, associando-a à promoção da paz, da educação e ao progresso, se bem que os meios de comunicação social não só retratam a realidade do momento, mas constroem a partir de práticas discursivas que naturalizam determinadas identidades sociais (Hall, 2006).

A representação da imagem da mulher que foi sendo repassada pelo Estado moçambicano através da “Revista Tempo”, dialogava com os discursos da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), que promoviam a participação feminina como parte do projeto de libertação e emancipação da mulher, ao afirmar que “para uma mulher, hoje, não lhe interessa saber ler e escrever, mas sim preocupa-se mais em querer saber qualquer coisa. É necessário aliar a alfabetização à formação profissional para se abrirem outros horizontes para a população feminina nacional - disse a secretária adjunta da OMM” (Revista Tempo, 12/04/1992, p.21), visão tida numa perspectiva na luta pela igualdade de gênero e de oportunidades.

A criação do movimento da OMM em 1973 que aconteceu no contexto do nacionalismo, não pode ser vista como uma vantagem para a mulher, porque essa iniciativa partiu da ala masculina do movimento de libertação de Moçambique, que servia para formação ideológica da mulher na época,

Para que a Organização da Mulher Moçambicana esteja em condições de assumir e realizar as importantes tarefas que lhes são confiadas pela FRELIMO, o comitê Central da FRELIMO decidiu organizar um curso de preparação de quadros femininos, a realizar sob a direção do Comitê Executivo (Machel, 1979, p. 33).

Trata-se de um discurso proferido num período em que a emancipação e a libertação da mulher estavam em alta, mas que o seu sentido contrasta o engajamento da emancipação, revelando a manutenção da subalternação feminina perante prepotência masculina.

O esforço do homem em controlar as pretensões de emancipação feminina foi se notabilizando nos anos subsequentes, como foi o caso da Conferência Extraordinária da OMM realizada em novembro de 1984, que mais uma vez, as suas decisões foram determinadas pela direção masculina do partido Frelimo. Num período em que se esperava que fosse um marco significativo na luta pela igualdade de gênero e emancipação da mulher, foi contraposto, vemos a mulher sendo relegada em segundo plano, e a liderança masculina tomando o comando, “desde a agenda às presenças – sobretudo na mesa principal, onde só tinham duas mulheres” (Arnfred, 1988, p. 15; Posse, 2025, p. 9).

A libertação e emancipação da mulher que deveria se verificar no seio da OMM, se submerge numa total dependência masculina que rege o partido, - eternizando-se desse modo, a opressão feminina perante a presença masculina. A opressão e desigualdade entre homem e mulher, não pode ser vista somente quando se trata da classe trabalhadora, uma vez que essa opressão é anterior ao capitalismo e favorece o domínio masculino do homem sobre a mulher (Marx, 2011).

A exaltação da mulher como elemento crucial na construção de Moçambique, tem sido uma das marcas que caracterizam os discursos da elite política do país. De fato, a sua participação na luta pela libertação de Moçambique é um marco real e que não pode ser ignorado, e que de certo modo, contribuiu na construção da ideia de que a luta da mulher pela liberdade, emancipação e igualdade de oportunidades e de gênero, permite a redução das assimetrias e desigualdades entre homens e mulheres. Mesmo que o seja em pouca escala, ao longo da história, a mulher se “faz representar” nos diferentes espaços de tomada de decisão e de poder (Arthur, 2008; Gusse, 2018; Osório, 2007; Vidal, 2017; Posse, 2025).

Depois do Acordo Geral de Paz (1992), o Estado moçambicano passou a investir na reconstrução das infraestruturas sociais e na promoção da cidadania. Nessa promoção, a mulher foi representada como protagonista desse processo como mãe, educadora, produtora agrícola e agente comunitária, características que foram sendo difundidas no país e além-fronteiras, e que em alguns casos esses discursos sugerem a ideia de que serviam para harmonizarem-se as metas das agendas das políticas globais e na luta contra a pobreza que Moçambique liberal apregoava.

Nesse âmbito, com a aderência a democracia multipartidária foi se tornado visível e em destemidas lutas pela igualdade de gênero e emancipação da mulher, que foram sendo suplantadas quer pelas iniciativas próprias da mulher através das organizações não-governamentais, quer pelas bases legais, que Moçambique foi criando no âmbito da sua aderência aos organismos internacionais que defendem a igualdade e os direitos da mulher no mundo (Posse, 2025).

A preocupação com a igualdade de gênero e de oportunidades, e a emancipação da mulher, não só aparece nos discursos políticos, mas também nos instrumentos específicos do país, como por exemplo, o Plano nacional para o avanço da mulher 2002 -2006; a Estratégia de gênero do sector agrícola, a Política de gênero e estratégia de implementação; no Plano de ação para a redução da pobreza absoluta 2006 -2009 (PARPA II); no Plano de ação para redução da pobreza (PARP) e no Plano quinquenal do Governo 2020 -2024, entre outras, o que tem avivado a ideia de que a emancipação e igualdade de gênero pode ser uma realidade a se materializar de forma concreta.

A figura da mulher como símbolo da nação foi amplamente usada para o fortalecimento dos discursos das instituições estatais, em defesa dos projetos políticos específicos, como por exemplo, os discursos dedicados à mulher moçambicana, que foram elaborados na década de 2010 sob os títulos de “A nossa missão: unidade nacional – Iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza” (Guebuza, 2011) e “A nossa missão: saúde da mulher e da criança – Um desafio multissetorial que se coloca à escala planetária” (Guebuza, 2014).

Portanto, a mulher não é olhada apenas uma figura inspiradora, mas um dispositivo simbólico que legitima o Estado e seus projetos de modernidade, na (re)construção da cidadania sob o prisma do capitalismo. No entanto, apesar dos títulos trazerem uma roupagem da construção e valorização da imagem feminina,

pequeno – do somatório das duas coletâneas, apenas quatro dos discursos têm como foco central a mulher (Posse, 2025, p. 12)

A atribuição de títulos chamativos aos discursos presidências, cujo conteúdo pouco refere sobre a exaltação da mulher. Trata-se de uma controvérsia quanto à materialização dos projetos (símbolo de reconstrução do país e da modernização) referentes à mulher. Quer dizer, a atitude, dissolve a imagem que era atribuída à mulher - como símbolo da reconstrução da nação. Refere-se a falso conceito que era construído a partir de narrativas que exaltavam a mulher como mãe da pátria, educadora do povo.

Outra reflexão que se pode ter quanto à desvinculação do título dos discursos acima referidos, com o objeto do discurso, - a mulher, remete a preocupação que o governo do dia tinha, em acomodar as alocuções dos intervenientes internacionais que lutam pela causa da defesa dos direitos e do bem estar da mulher, ao afirmar que,

Apaz-nos registar que não estaremos sós no cumprimento desta nobre missão que nos confiam em Moçambique, em África e no mundo. Convidamos a todos nesta sala e às organizações, instituições e órgãos que representam para integrar a nossa equipa. Esta é uma responsabilidade partilhada e com cada um de nós a fazer a sua parte, continuaremos a registar sucessos nesta luta pela contínua melhoria da saúde da mulher e da criança (Guebuza, 2014, p. 127).

Essa estratégia discursiva buscava consolidar uma identidade nacional coesa, em que a mulher desempenhava papel central na reconstrução do país. No entanto, essa representação embora positiva em aparência, tende a homogeneizar as experiências da mulher e a ocultar desigualdades estruturais que atravessavam a experiência feminina, como é o caso da: Violência doméstica e sexual, que muitas vezes, e, por influência cultural é naturalizada ou tratada como assunto privado; a sobrecarga de trabalho produtivo, sem reconhecimento ou remuneração, especialmente entre as mulheres rurais e ou camponesas; a exclusão das mulheres rurais e analfabetas dos espaços de decisão política, mesmo quando é a maioria nas comunidades e na representação etária no país; o acesso desigual à educação especialmente entre meninas em zonas periféricas; e, precariedade dos serviços de saúde reprodutiva, em especial nas zonas rurais.

É imperioso encontrar alternativas plausíveis que ajudem na desconstrução dos “discursos que enaltecem a mulher”. Para além da desconstrução deve se pensar na reconstrução do Moçambique. Devemos pensar na descentralização, pensar uma vicissitude de soluções mínimas para satisfazer os mais pobres e oprimidos (Ngoenha, 2025); pensar nas soluções de vida e imagem de mulher da zona rural no norte de Moçambique, através do

incentivo na educação formal, a fim de se compreender de forma exaustiva os conhecimentos culturais locais e se vencer a superioridade masculina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “A Educação da mulher da zona rural em Moçambique na Revista Tempo (1990 a 1999)”, apresentada neste estudo, teve como objetivo geral, analisar como os articulistas da “Revista Tempo” retratavam o acesso à Educação e a imagem da mulher da zona rural no norte de Moçambique. Assim, para a pesquisa propusemos três (3) objetivos específicos:

Discutir o papel da imprensa na construção da identidade, da mulher da zona rural no Norte de Moçambique; Explicitar as ideias tecidas na “Revista Tempo” sobre a educação da mulher da zona rural no Norte de Moçambique; Apontar os aspectos referentes à construção da imagem e da educação da a Mulher da Zona Rural, na “Revista Tempo”, reflexões feitas tendo em vista de que a história se constrói a partir das condições materiais que a sociedade possui.

A proposta procurou defender a tese de que entre 1990-1999 a “Revista Tempo” foi um “espelho” das contradições e esperanças de uma sociedade em transformação. Ao abordar a educação e a construção da imagem da mulher, a revista contribuiu para o debate público, mas também revelou os limites impostos pelas estruturas patriarcais e pelas desigualdades persistentes. Por isso, foi utilizada como instrumento de disseminação do papel da mulher dentro dos moldes capitalistas dos países desenvolvidos.

O estudo utilizou a “Revista Tempo” como fonte primária para a análise dos ideais disseminados nela, com relação à mulher rural, (sua educação formal e construção da sua imagem na sociedade), por isso, o estudo está vinculado a História de Educação pela Imprensa moçambicana.

Apesar de não ser um periódico exclusivo para a área de educação, e muito menos para as questões relacionadas com a mulher, graças a sua diversidade temática e sua pertença ao Estado, a “Revista Tempo” permite conhecer os contornos que dizem respeito à educação no país, as adversidades que mulher enfrentou na época em análise, e que ainda se notabilizam no período em que se materializou a pesquisa.

A pertinência da “Revista Tempo” como elemento fulcral nas pesquisas em história da educação da mulher em Moçambique corrobora com Marx; Engels, (2007) ao afirmar que, os seres humanos ao produzirem os seus meios de sobrevivência, ao mesmo tempo, também vão construindo a sua consciência – valores, crenças, e princípios a cerca do meio onde vivem.

Portanto, a consciência é indispensável aos indivíduos, na medida em que ela permite a construção de ideias que caracterizam as ações sociais do grupo e da época e que devem ser analisadas e compreendidas a partir de uma estrutura e conjuntura histórica e ideológica. Neste caso, uma vez que a ideologia está vinculada com a realidade concreta dos indivíduos, a forma de consciência da mulher da zona rural e da sociedade em geral, quer sejam reais, ou ilusórias, contribuem para o entendimento da história da humanidade, partindo da sua natureza teórica e prática.

Por conseguinte, se olharmos a ideologia como um corpus de representações, podemos notar que ela tem a função de fixar o que e como se deve pensar, universalizando-se os interesses particulares de grupos determinados, exercendo-se, desse modo, a supremacia fundada no antagonismo das classes (Chauí, 2016). Trata-se de um fato objetivo e subjetivo, que os indivíduos da classe com pouca retenção de bens aquisitivos assimilam de forma involuntária e que se reproduz pelas condições objetivas da existência social – liberais às quais as pessoas (as mulheres) são subjugadas, com base no modo de produção predominante.

As contradições do modo de produção capitalista que se registraram em Moçambique, a partir da década de 1990, contribuíram sobremaneira para que o desenvolvimento econômico aconteça conforme a orientação da economia de mercado e de livre concorrência, o que acabou deixando “marcas” em todos os setores sociais (economia, política, saúde, educação, entre outros ramos afins).

Com efeito, as publicações da “Revista Tempo” refere haver fraco alcance da planificação central no que respeita a área educacional, devido à busca desenfreada de lucros (Revista Tempo, 02/05/1993). Neste caso, para o sistema educacional moçambicano na sua generalidade, e na educação da mulher da zona rural em particular, não foi marcado pela deficiente condição e realidade material que determinavam o que se pensar, ensinar ou aprender, apenas, mas também, são os detentores do capital econômico que definem o que se ensinar e como é que esses ensinamentos devem ser transmitidos às crianças, de modo que elas possam agir mediante ao modo de pensar dos liberais e a sua ideologia, a fim de manter a sua supremacia no país.

Outrossim, as constantes mudanças curriculares de ensino ocorridas no sistema moçambicano, desde 1992 até a revisão pontual de 2018, nos sugere à dependência das políticas externas que Moçambique se subjugou quanto ao que se ensinar ou como se ensinar, e com que idade se devem-se aprender certos conteúdos, incorrendo-se ao analfabetismo funcional, na tentativa de se cumprir com as agendas externas.

Um dos papéis da ideologia liberal é criar um discurso único a cerca de determinados assuntos e ocorrências a fim de legitimar seu projeto privado. Assim sendo, o pensamento presentes nas publicações da “Revista Tempo” cooperou para a propagação de ideias que atendiam prioritariamente os interesses do Estado e das elites e, que estavam ávidos com as privatizações das empresas na década de 1990, quer dizer, os indivíduos que estavam ligados com as elites privilegiadas. A classe trabalhadora, os camponeses, as mulheres da zona rural, não possuíam condições materiais para fazer face às empresas ora privatizadas.

A partir da ideologia do capitalismo, dirigentes moçambicanos se espelham, fazendo-se divulgar essas ideias, pela “Revista Tempo” e pelo sistema educacional moçambicano; mesmo sendo que, essa passagem de informação acontece de forma perspicaz, na medida em que se oculta o fosso que existe entre a classe trabalhadora ou proletariado (trabalhadores explorados) e classe burguesa (as elites e detentores dos meios de produção).

Também precisamos considerar que, nesta época (1990 em diante), foi marcada pela corrida ao enriquecimento rápido das elites através das privatizações de empresas estatais, como é o caso da Mabor, das empresas têxteis de Moçambique, a empresa açucareira de Moçambique, de entre outras, que foram deixando maior parte dos trabalhadores (homens e mulheres) desempregados.

As privatizações, ou seja, o fechamento das empresas estatais nacionais facilitou a desindustrialização em Moçambique. Entretanto, tal cenário não pode ser visto superficialmente e que afeta a mulher apenas, porque cada fábrica/empresa/indústria que fechou, significou um ecossistema de um histórico de uma nação que desmoronou: fabricas e conhecimento técnico; empregos (sobretudo das mulheres); bairros residenciais em ascensão; e, acima de tudo, a ideia de desenvolvimento econômico sem a dependência externa excessiva a que Moçambique sonhou desde a independência.

Dessa forma, podemos dizer que, com as privatizações e fechamento de empresas, abriram-se crises sociais silenciosas que afetam aos cidadãos comuns, particularmente, para as mulheres rurais, por serem as mais propensas à vulnerabilidade.

Não são só as mulheres que clamam por um (re)avivamento histórico, social e econômico de Moçambique, mas também, é do interesse de moçambicanos não elitizados que aspiram por tais condições. Portanto, os governantes do país, deveriam facilitar a criação de empregos e ou serviços de geração de renda destinada às mulheres rurais e aos moçambicanos que vivem em situação de pobreza extrema em geral.

Em relação à construção da identidade da mulher da zona rural, constatamos que, ela foi se desenvolvendo com base em aspectos socioculturais e históricos que caracterizam as sociedades africanas, e de forma específicas as de Moçambique.

De fato, as práticas culturais de Moçambique, tanto nas comunidades patrilineares - o lobolo, quanto nas matrilineares - a tomada de decisões feita pelos tios/irmãos da mulher, revela que, a identidade social da mulher é construída num mundo, onde as relações sociais entre mulheres e homens, são caracterizadas pela posição de subalternação das mulheres perante os homens.

As normas tradicionais e culturais operam como ideologias que justificam e perpetuam a exclusão da mulher. Essas normas, “mediam” a realidade material, mascarando a exploração e apresentando a submissão feminina como algo “natural”. Há necessidade para quem de direito (o Estado), de incentivar o combate da ideologia patriarcal que é seguida com todo rigor por muitos moçambicanos, em especial nas zonas rurais, fazendo-se dessa forma a desmistificação das relações de produção retrógradas que para a sua manutenção, necessitam da subalternidade da mulher para se sustentar.

No âmbito político-econômico, vimos que, a identidade da mulher da zona rural, foi marcada como guerreira ao enfrentar a luta de sobrevivência sua e a da sua família. Ela tem sido a provedora de sua família, a partir do momento em que é empurrada a se responsabilizar pelo trabalho agrícola, o trabalho doméstico, e, o econômico, através de comércio de pequena escala.

A pobreza econômica de Moçambique piorou depois que os governantes acederam aos planos do FMI e do BM, com os quais a dependência externa no acesso aos fundos econômicos e sociais torna-se como elementos fulcrais na vida precária da sociedade moçambicana no geral, afetando de forma mais ríspida a mulher, uma vez que, com a redução da mão de obra nas empresas devido às privatizações, a mulher é sempre a primeira a ser despedida, (Revista Tempo, 30/05/99), e, em caso de existência de uma oportunidade de trabalho, são os homens que têm mais possibilidades de serem contratados, em detrimento das mulheres, mesmo sendo que, maior parte dos agregados familiares quer nas zonas urbanas, quer nas zonas rurais, são chefiados por mulheres (Revista Tempo, 30/10/1999).

Considerando as ideias tecidas sobre a educação da mulher da zona rural no norte de Moçambique, a pesquisa corroborou que, no período colonial, o processo educacional que era transmitido nas instituições de ensino era feito com a intenção de reforçar a exclusão da mulher no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, uma vez que os programas destinados ao ensino escolar traziam conteúdos que permitiriam à mulher ser uma dona de

casa e responsável pelos trabalhos domésticos (Mazula, 1995; Madeira, 2007). Portanto, ao aprender as noções de mistéres caseiros, cozinha, administração da casa, higiene doméstica e cuidados com a família, o patriarcado estava ciente de que tais atividades faziam com que a mulher se mantivesse restrita aos trabalhos domésticos, que dificilmente permitiriam a sua inserção nos serviços remunerados, tornando-a uma autêntica escrava do lar.

Entretanto, durante a luta de libertação nacional, e, depois da independência de Moçambique, foram criadas escolas, com o intuito de incutir na população uma nova maneira de pensar e agir diferente da educação colonial, pautando-se pela “emancipação” e a libertação feminina uma vez que, pretendia-se formar cidadãos moçambicanos “[...] livre da opressão e de alienação coloniais, capaz de recuperar, individual e coletivamente, a sua história e dignidade” (Gómez 1999, p. 92).

O Estado moçambicano passou a considerar a educação um pilar fundamental para a construção da nação, por isso, nos primeiros anos da independência, o sistema educacional destacou-se pela massificação no acesso ao ensino, sendo que, a escolarização era obrigatória e para todos os níveis, onde as crianças em idade escolar se matriculavam nas escolas públicas, e os adultos eram submetidos aos centros de alfabetização e educação de adultos, em especial para mulheres. Essa missão, fez com que o analfabetismo em Moçambique tivesse uma queda drástica, que no intervalo de cinco anos conseguiu baixar a taxa de analfabetismo de 93% para 72% (Revista Tempo Edição 27/12/1998).

No entanto, este período (de pós-independência), não só foi marcado pelas glórias. Houve também fracassos, como as dificuldades de se levar a cabo de forma satisfatória, a massificação do ensino, uma vez que, o aumento numérico dos ingressos na escola não foi acompanhado por número considerável dos professores, muito menos das infraestruturas, devido à economia incipiente na altura. Por outra, a realidade que se vive até o momento da realização deste estudo, constatamos que, é mais fácil encontrar uma árvore como sala de aulas no lugar de uma infraestrutura equipada, no mínimo com carteiras para os alunos se sentarem, apesar de Moçambique ser um dos grandes exportadores de madeira para China, portanto, o modo de vida, não é acompanhado pelas condições materiais existentes no país.

A tarefa da educação em Moçambique pós-independente, era de estabelecer um combate contra o analfabetismo, onde uma das prioridades educativas era de que as meninas deviam ingressar na escola de forma equitativa dos meninos, lei 4/83, que, a partir dela, tanto as meninas, quanto os meninos, a educação científica e a técnica, deveria refletir a aplicação prática do aprendido durante as aulas. Neste período, a mulher passou assumir outros papéis na sociedade, como de conquistar lugares de direção no setor de trabalho nas áreas da

(saúde, educação, política), considerada como “mobilizadora” do povo para o progresso social, como por exemplo, Graça Machel, que liderou o ministério da Educação e Cultura desde 1975 até 1989.

Apesar do discurso de acesso à educação para todos os, em especial para as meninas, que foi apregoadado na década de 1990, o seu cumprimento foi marcado de forma controversa, se atenderemos às privatizações de empresas que acontecia no país, e, que acabou abrangendo o sistema de ensino.

Com a terceirização da educação formal em Moçambique, fica claro que, pela legislação, o Estado delega aos pais a missão de cumprir com o acesso, sucesso e manutenção da escolarização das crianças. E, ainda, o Estado responsabiliza aos pais e ou encarregados de educação pela equidade de educação e pela igualdade de oportunidades entre os alunos.

É de notar também que o custeamento econômico das escolas deve ser feito pelos pais e pela família (na medida em que se deve contribuir para o pagamento dos guardas e/ou comprar blocos de construção, a fim de se edificarem salas de aula ou muro de vedação da escola), deixando claro e explícito a presença da ideologia liberal e do Estado mínimo. Logo, há um cumprimento aparente das prerrogativas tomadas desde a revisão curricular de 1992 e verifica-se a coexistência da desigualdade social no país, onde a mulher é relegada a segundo plano quanto ao acesso e sucesso escolar.

Quanto ao quesito de apontar os aspectos referentes à construção da imagem e da educação da Mulher da Zona Rural, a pesquisa revelou que, da década de 1990 em diante, o governo moçambicano foi tomando várias medidas legais, que visam à inclusão da mulher em todas as esferas sociais, pois a Constituição da República preconiza pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Portanto, os discursos que são defendidos pelos governantes que dizem respeito à mulher, evidenciam-na como símbolo da nação e da modernidade. Por seu turno, nas publicações da “Revista Tempo” a mulher era frequentemente retratada a partir de textos e ou fotografias que apresentam a mulher, como agente da reconstrução nacional, promotora da paz, a participante ativa do processo educacional e ao progresso.

A representação da imagem da mulher foi sendo repassada pelo Estado moçambicano através da “Revista Tempo”, que ao dialogar com os discursos da Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM), promoviam a participação feminina como parte do projeto de “libertação” e “emancipação” da mulher, que fora criado desde o período da luta pela independência nacional de 1975.

A “Revista Tempo”, enquanto expressão ideológica do Estado moçambicano procurou ser um veículo de comunicação entre o estado e as massas populares, por meio de matérias e reportagens por ela, podemos conhecer a concepção referente à realidade de vida da mulher que estava intimamente ligada com a ideologia histórica, social e política moçambicana. Algumas das publicações produzidas pela “Revista Tempo” denunciavam os entraves internos e extremos que podiam afetar não só para as mulheres, mas também ao desenvolvimento do país, como é o caso da aplicação da economia de mercado e de livre concorrência (o PRE e PRES), a privatização das empresas estatais, a desestabilização econômica e social, ações que beneficia aos capitalistas estrangeiros e às elites moçambicanas que detêm as condições materiais.

Quanto à educação da mulher da zona rural no norte de Moçambique, timidamente, a “Revista Tempo” refere haver esforços para manter a mulher escolarizada e formada, onde o Estado através da direção provincial de educação em parceria com organizações não governamentais fazia campanhas de sensibilização às comunidades em especial as do interior e as mais carenciadas, como é caso dos distritos de Mogovolas e Mossuril que foram abordados sobre a necessidade e a importância de mandar as raparigas à escola de formação de professores de ensino primário, campanha que foi aderida pelas comunidades.

Em termos gerais, podemos afirmar que, nas publicações da “Revista Tempo” é possível encontrar reportagens e ou matérias dedicadas ao sistema educacional do país no seu todo, como é o caso de temas que falam sobre as reformas curriculares, a abertura de escolas privadas e ou comunitárias, a qualidade de ensino, e muito mais. Mas no que refere a educação da mulher, e, especificamente a da zona rural no norte de Moçambique na década de 1990, pouco ou por outra, nada foi evidenciado. Foi por esse motivo que nos levou a recorrer outros documentos normativos (Boletim da República, Constituição da República, Planos Estratégicos da Educação), para suportar a nossa pesquisa.

No que refere a construção da imagem da mulher, a “Revista Tempo” procurou trazer reportagens e imagens da mulher. No entanto, “Revista Tempo” traz muitas imagens de mulheres da zona rural e em situação de vulnerabilidade, mas alguns conteúdos não condizem com as tais gravuras. A “Revista Tempo” foi marcada por controvérsias constantes, ao trazer conteúdos que dizem respeito a mulheres que já tiveram acesso à educação; com certa formação profissional; e ou que têm certo valor aquisitivo, mesmo sendo de pequena escala, em fotografias de mulheres vulneráveis. Ainda, as controvérsias são notórias, na medida em que o periódico omite o desenvolvimento exaustivo de algumas imagens, como o apresenta na rubrica Fatos e fotos, deixando a interpretação ao critério do leitor.

Outra contradição que existe é com relação à inclusão da mulher da zona rural nos projetos educativos e sociais. Existem discursos governamentais que exaltam a mulher, (a letrada), mas que ao mesmo tempo, silenciam as opressões e perpetuam a marginalização da mulher da zona rural, ao não se falar ou desenvolve ações concretas que possam beneficia-las. Apesar de se registrar certo aumento na aderência à escolaridade da população moçambicana, as mulheres apresentam maiores chances de serem analfabetas, mesmo se controlando por local de residência, província e grupo etário, onde as zonas rurais das províncias do centro e norte de Moçambique (Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia) se mostram mais vulneráveis, quanto ao alto índice do analfabetismo (INE, 2019).

Em Moçambique, ao se expandir a rede escolar sem se ter em conta as condições materiais e sociais que se vivem, sugere a aceitação da economia de concorrência e de livre comércio, a que o liberalismo defende. Portanto, a estratégia da privatização do ensino em Moçambique pode ser entendida como meio pelo qual se reforça e se persevera os princípios do capitalismo (Santana, 1997), que outrora (no tempo colonial) já se tinham introduzido e que funcionava sem sobressaltos.

A imagem da mulher “heroína/símbolo da nação” que se construiu em Moçambique desde a década de 1990 revela tensões entre a “representação” e a “realidade”, onde por um lado oferece reconhecimento simbólico e visibilidade política, - ao ser apresentado exemplo de mulheres que venceram e que estão bem posicionadas na vida, graças à escolarização, por outro lado, impõe expectativas normativas e apaga experiências divergentes, na medida em que muitas das mulheres são analfabetas e não têm como expressar as suas ideias em primeira pessoa, e, ou de forma escrita, de modo que seja consumida pelo público.

A exaltação da mulher como elemento crucial na construção de Moçambique, tem sido uma das marcas que caracterizam os discursos da elite política do país. A figura da mulher denominada como “símbolo da nação” foi amplamente usada para o fortalecimento dos discursos das instituições estatais, em defesa dos projetos políticos específicos, - a preocupação que o governo do dia tinha ou tem, em acomodar as alocações dos doadores e intervenientes internacionais que lutam em prol a defesa dos direitos e do bem estar da mulher, em especial a mulher vulnerável. Dessa feita, a mulher não é olhada como figura inspiradora, mas um dispositivo simbólico que legitima o Estado e seus “projetos de modernidade”, na (re)construção da cidadania sob o prisma do capitalismo.

A existência de mulheres comuns e parlamentares que mostraram resistência e ou se recusaram a aceitar determinados aspetos da proposta, como, por exemplo, o direito de a mulher denunciar o seu parceiro em situação de violência doméstica e na aprovação da Lei

sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher, denuncia uma profunda prevalência de falta de liberdade e de “emancipação da mulher” que vem sendo enaltecido pelo Governo desde a independência, o que remete mais uma vez, que a emancipação da mulher que tanto se fala, trata-se de um ideal masculino, e que a mulher (escolarizada e não escolarizada) ainda continua sob a opressão do pensamento machista e do patriarcado.

Portanto, a construção que se faz da imagem da mulher, deve ser compreendida como parte de um projeto nacional que busca estabilidade e, coerência entre o que se diz e a vida real da mulher da zona rural, mas que, ao fazê-lo, correu-se o risco de se instrumentalizar a figura feminina, é necessário recuperar as vozes das mulheres que não se encaixam nesse ideal as que resistem, sofrem, lutam e transformam as suas comunidades a partir de lugares invisibilizados.

As ações dos editores e ou diretores da “Revista Tempo” e dos dirigentes do sistema educacional de Moçambique deveriam ser dirigidas para alterar a base material da exclusão feminina no acesso escolar e na igualdade de oportunidade nos diferentes setores sociais, propondo-se como alternativas: a construção de centros internatos femininos perto dos estabelecimentos de ensino para reduzir as distâncias; a atribuição de bolsas de estudos para as alunas de famílias carenciadas; aplicação de programas de lanche escolar para todas as escolas de zonas rurais; e a criação de políticas econômicas que valorizassem o trabalho da mulher. Não bastam as bolsas de estudo, mas também a abertura de empresas que possibilitem a empregabilidade da mulher, nos diferentes setores laborais.

A educação escolar foi apresentada como “caminho” para a “emancipação/libertação” feminina. A “Revista Tempo” publicou diversas reportagens sobre mulheres que “venceram na sua vida” por meio da escolarização. Ela, publicizou também as fotos de mulheres da zona rural, sem traduzir de forma clara as reais motivações da existência de algumas fotos nas suas paginas.

Embora as narrativas de educação formal, a liberdade e emancipação da mulher sejam importantes, elas, também reforçam uma lógica meritocrática que ignora os obstáculos estruturais enfrentados por mulheres pobres, rurais e marginalizadas. O que nos leva a defender a tese de que entre 1990-1999 a “Revista Tempo” foi um “espelho” das contradições e esperanças de uma sociedade em transformação. Ao abordar a educação e a construção da imagem da mulher, a revista contribuiu para o debate público, mas também revelou os limites impostos pelas estruturas patriarcais e pelas desigualdades persistentes. Por isso, foi utilizada como instrumento de disseminação do papel da mulher dentro dos moldes capitalistas dos países desenvolvidos.

A educação da mulher em Moçambique, particularmente a da mulher da zona rural a norte de Moçambique, não deve ser tratada como questão abstrata de “direitos humanos” isolados, mas sim, um reflexo e instrumento das relações de reprodução social. De fato, o modo como os humanos produzem os seus meios de vida, constitui a base real sobre a qual se erguem as superestruturas jurídicas, sociais e políticas, às quais correspondem formas determinadas de consciência social.

Assim, os articulistas da “Revista Tempo”, ou seja, a “Revista Tempo”- periódico escrito pela maioria masculina, pouco dedicaram sobre a construção da imagem e da educação da mulher rural da zona norte do país - cenário que demonstra as questões de a submissão e a falta de escolarização da mulher, e, a promoção da “emancipação política” da mulher.

A verdadeira emancipação da mulher, a superação das barreiras educacionais e de desigualdades sociais entre homens e mulheres, não se alcançará por meio de reformas superficiais ou apelos morais, mas sim, através de uma práxis consciente e organizada que desafie e transforme as relações materiais de produção patriarcais. O materialismo histórico e dialético, enquanto ferramenta de análise e ação é fundamental para que a educação da mulher da zona rural no norte de Moçambique deixe de ser uma aspiração e se torne uma realidade materializada na luta pela transformação social. NADA SOBRE NÓS SEM NÓS.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders. **Mozambique: the trouble with aid. a study of the defeat of Frelimo's policy of socialism in Mozambique**. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1995.
- ARNFRED, Signe. The Gendered history of Mozambican women's movement: issues of emancipation and gender equality. **NADA: The journal of the Southern African Studies Association**, v. 39, 2011.
- ARTHUR, Maria José. **Políticas de género, poder e participação política em Moçambique: a evolução da Organização da Mulher Moçambicana (OMM)**. Maputo: WLSA Moçambique, 2008.
- AUC/OECD. **Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities**. Paris: OECD Publishing, 2018.
- BASÍLIO, Daniel. **A formação de professores de História em Moçambique: da ruptura colonial à reforma curricular**. 2010. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Imprensa periódica e história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, p. 147-172, 2002.
- BAVO, Názia Anita Cardoso Nhongo.; COELHO, Orquídea. **O debate sobre o Homem Novo e a Educação em Moçambique: uma leitura dos discursos de Samora Machel sobre Educação (1974-1983)**. In: Colóquio Educação em Moçambique, 2022.
- BELLUCCI, Marcelo. O “açambarcamento das terras” na África: a exploração por trás da crise alimentar. In: SADER, Emir et al. (Org.). **África em movimento**. Rio de Janeiro: FLACSO/CLACSO, 2012.
- BINKA, Fred. **A situação das crianças africanas: lições da década da educação para a Paz e Desenvolvimento na África Austral**. Joanesburgo: União Africana, 2012.
- BOTTOMORO, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BURKE, Peter. **A Revolução historiográfica francesa: a Escola dos Annales (1929-1989)**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Método Sociológico**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de; ARAÚJO, José Carlos de Souza; GONÇALVES NETO, João Batista. Fontes para a história da educação: notas sobre a imprensa periódica e a cultura escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, p. 109-122, 2002.

CASIMIRO, Isabel Maria. Mulheres em luta: a FRELIMO e as mulheres em Moçambique 1962-1985. **Actas do Colóquio Internacional "A FRELIMO e o Nacionalismo Moçambicano"**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Entre a Promessa e o Silêncio**: mulheres, políticas e cidadania em Moçambique. Maputo: WLSA Moçambique, 2001.

CASIMIRO, Isabel Maria. **Recuperar o tempo e a acção**: as questões de género e desenvolvimento em Moçambique. Maputo: Promédia, 2004.

CASIMIRO, Isabel Maria. Emancipação da Mulher e o Género: do discurso à prática. **Conferência da Direção da OMM**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2005.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa periódica e a história da educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 101, p. 77-85, jul. 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o impossível convívio. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Primeira infância, educação e contemporaneidade**: desafios e proposições. São Paulo: Cortez, 2016.

COLLIER, Paul. **The Bottom Billion**: Why the Poorest Countries Are Failing and What Can Be Done About It. New York: Oxford University Press, 2007.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação**: um tesouro a descobrir. 7. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2012.

DIAS, Neves. **A formação de professores em Moçambique**: da ruptura colonial à reforma curricular. 2004. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DICIONÁRIO INFOPÉDIA DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Mulher**. [S.l.]: Porto Editora, 2003-2024. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/mulher>. Acesso em: 07 jul. 2024.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Liberalismo**. [S.l.]: 7Graus, [19--]. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/liberalismo/>. Acesso em: 07 jul. 21024.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Rural**. [S.l.]: Priberam Informática, 2008-2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/rural>. Acesso em: 07 jul. 2024.

DUROZOI, Gérard; ROUSSEL, André. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Papirus, 1993.

EBIOGRAFIA. **Karl Marx: Ideias**. [S.l.]: [s.n.], [19--]. Disponível em: https://www.ebiografia.com/karl_marx_ideias/. Acesso em: 07 jul. 2024.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen; CORTE, Ana Luiza. O Feminino nas publicações de viajantes e missionários sobre Moçambique: uma história de (in)visibilidade. **Revista História Agora**, n. 17, 2015.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

FIDH; LDH. **Relatório da Missão de Investigação em Moçambique**: a questão da violência contra as mulheres. Paris: Federação Internacional de Direitos Humanos & Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, 2007.

FNUAP. **Avanços e desafios na área de população e desenvolvimento em Moçambique**. Maputo: Fundo de População das Nações Unidas, 2006.

GÓMEZ, Miguel. **A educação em Moçambique**: história, política e pedagogia. Maputo: Livraria Universitária, 1999.

GONÇALVES, Antónia. **Política e história da educação em Moçambique**. Maputo: Livraria Universitária, 2007.

GONÇALVES, António Cipriano Parafino. **A concepção de politécnica em Moçambique**: contradições de um discurso socialista (1983-1992). *Educação E Pesquisa*. São Paulo. v. 33, n.3, p. 601-619, set./dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022007000300014>. Acesso em: 22 set. 2023.

GUEBUZA, Armando Emílio. **A nossa missão**: unidade nacional – Iluminando a participação da mulher na nossa agenda de luta contra a pobreza. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2011.

GUEBUZA, Armando Emílio. **A nossa missão**: saúde da mulher e da criança – Um desafio multissetorial que se coloca à escala planetária. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2014.

GUSSE, Abílio. **Mulheres e representação política em Moçambique**: uma análise da OMM e da Bancada Feminina. Maputo: Promédia, 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HANLON, Joseph. **Moçambique**: a revolução inacabada. Maputo: Edições Novafrica, 1997.

HEDGES, David et al. **Moçambique**: perspectivas históricas. Maputo: CEA/UEM, 1993.

HOHLFELDT, António; GRABAUSKA, Cristina. **Jornalismo em Moçambique**: história e desafios. São Paulo: EDIPUCRS, 2010.

HOHLFELDT, António; SANTOS, Sérgio Luís dos. **História da imprensa em Moçambique: 1855-1975**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

IGLESIAS, Manuel. Mulheres, política e sociedade em Moçambique. **Revista Internacional de Estudos Africanos**, n. 28, p. 121-140, 2007.

INE. **Censo 2017: população e agregados familiares**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2017.

INE. **Alfabetização e nível de instrução: resultados definitivos do Censo 2017**. Maputo: Instituto Nacional de Estatística, 2019.

IVASHITA, Patrícia Tiemi. **A Revista Tempo de Moçambique (1975-1985): a construção do “Homem Novo” no discurso da imprensa**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

JUNOD, Henri A. **Usos e costumes dos bantos: a vida duma tribo do Sul de África**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1974.

JUNOD, Henri A. **A vida dos Bantos no Sul de África**. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1996.

KATTO, Bini. **Mulheres moçambicanas e a busca pela emancipação: do colonialismo à era da paz**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Universidade de Leiden, Leiden, 2018.

KATTO, Bini. The Frelimo's Woman: a comparative analysis of the emancipation of women in Mozambique and in the western world. **Jornal of Social and Cultural Studies**, v. 7, n. 2, 2020.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e Outros Escritos: Ensaio sobre a origem, o alcance e o objetivo do governo civil**. Petrópolis: Vozes, [19--].

LOMBARDI, José Claudinei. A imprensa como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 8, p. 143-162, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. O Paradigma Histórico-Crítico para a História da Educação: em busca da compreensão da totalidade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 39, p. 217-230, set. 2010.

LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luis. **A crise da sociedade capitalista e o modo de produção: uma análise a partir do marxismo**. Campinas: Autores Associados, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHEL, Samora M. **A libertação da mulher**: componente essencial da Revolução. Porto: Edições Afrontamento, 1979.

MACHEL, Samora M. **O processo da Revolução Democrática Popular**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1980.

MACHEL, Samora M. **Construindo o Homem Novo, construindo o futuro**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1981.

MACHEL, Samora M. **Estabelecer o Poder Popular para servir o Povo**: Mensagem do Presidente da FRELIMO e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel, ao povo moçambicano. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974.

MACHEL, Samora M. **A Revolução e a luta pela libertação da mulher**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1978.

MACHEL, Samora M. **Discurso do Presidente Samora Machel no 4º Congresso do Partido FRELIMO**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1983.

MADEIRA, Alívia. **Mulheres em Moçambique**: representações de um processo. Maputo: Edições Novafrica, 2007.

MARTINS, Ana. **Jornalismo em Moçambique**: a história e os desafios da comunicação social. Maputo: Promédia, 2006.

MARTINEZ, Paulo. **Moçambique: um novo olhar**. Maputo: Imprensa Universitária, 2007.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 1843.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

MARX, Karl. **A liberdade de imprensa e o debate na Dieta Renana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MASSIMACULO, Manuel António. **A educação em Moçambique pós-independência: entre o socialismo e o liberalismo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

MAÚNGUE, Américo. **Mulher e família na sociedade tradicional moçambicana: o caso do lobolo**. Maputo: Promédia, 2015.

MAZULA, Brazão. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985**. Lisboa: Edições Colibri, 1995.

MEILLASSOUX, Claude. **Mulheres, celeiros e capitais: economia doméstica e capitalismo**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **O Direito Internacional na prática e na doutrina portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1974.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINEDH. **Estratégia de Género do Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano 2016-2020**. Maputo: MINEDH, 2016.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 4/83, de 23 de Março. Sistema Nacional de Educação. **Boletim da República, Maputo**, 1. série, n. 12, Suplemento, 23 mar. 1983.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1990.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 6/92, de 6 de Maio. Sistema Nacional de Educação. **Boletim da República, Maputo**, 1. série, n. 18, 6 maio 1992.

MOÇAMBIQUE. Resolução n.º 4/93, de 2 de Junho. Ratifica a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). **Boletim da República, Maputo**, 1. série, n. 22, Suplemento, 2 jun. 1993.

MOÇAMBIQUE. PEE 2006-2010/11. **Plano Estratégico da Educação 2006-2010/11**. Maputo: Ministério da Educação e Cultura, 2006.

MOÇAMBIQUE. PEE 2012-2016. **Plano Estratégico da Educação 2012-2016**. Maputo: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, 2012.

MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 1975.

NAMUHOLOPA, Óscar Moraes Fernando. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais – UEG/Campus Iporá, Goiás**. v.5, n.2, p. 40-59, Ago./Dez., 2016. ISSN, 2238-3565, Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/6024/4137>. Acesso em: 12 abr. 2024

NASCIMENTO, M. I. M.; ZANLORENZI, C. M. P.; LEAL, S. do R. F. **O pedagogo e o educador: modelos ideológicos propostos pela revista O Ensino (1922-1924). Práxis Educativa**, [S. l.], v. 18, p. 1–12, 2023. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.18.21365.046. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21365>. Acesso em: 12 jun. 2023

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; LEAL, Sandra do Rocio Ferreira. O papel dos articuladores na configuração da revista “A Escola” (1906-1910). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020056, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8659799. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659799>. Acesso em: 8 abr. 2024

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

NGOENHA, Severino Elias. **Educação e Cultura em Moçambique: a questão da identidade**. Maputo: Livraria Universitária, 2000.

NGOENHA, Severino Elias. **Intervenção do Professor Severino Ngoenha – CIP 18 anos**. YouTube. 28 de junho de 2023.

NÓVOA, António. Vidas de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 11-39, 1997.

NOVACULTURA. **As engrenagens da dependência: Moçambique, o trabalho e a miséria**. São Paulo: Novacultura, 2023.

ONU NEWS. **Metade das mulheres de Moçambique vive na pobreza extrema**. Nações Unidas, 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/04/1747862>. Acesso em: 15 out. 2024.

OSÓRIO, Conceição. **Mulheres em Moçambique: conquistas e desafios**. Maputo: Promédia, 2007.

OSÓRIO, Conceição. **Avanços e recuos na legislação sobre a violência doméstica contra a mulher em Moçambique**. Maputo: Promédia, 2010.

PATRAQUIM, Luís Carlos. **A imprensa e a formação da identidade moçambicana**. [s.l.]: [s.n.], [19--].

PERIOTTO, Marcília Rosa. **A imprensa periódica na história da educação em Moçambique**: um estudo sobre a Revista Tempo (1975-1985). 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Jornalismo em Moçambique no século XIX e XX**: notas para a história da imprensa colonial. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024**. Nova York: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Cortez, 1991.

POSSE, Sónia. **Entre a exaltação e a subalternidade**: a imagem da mulher moçambicana no discurso presidencial (2005-2015). Maputo: Promédia, 2025.

ROCHA, M. L. M. et al. **O lobolo em Moçambique**: uma discussão sociológica e jurídica. Maputo: Promédia, 2021.

SANTANA, Luiz Carlos. **Liberalismo, ensino e privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. 1997.

SANTANA, Jacimara Souza. **Mulheres e Notícias**: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista Tempo (1975-1985). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTANA, Jacimara Souza. A participação das mulheres na luta de libertação nacional de Moçambique em notícias (Revista Tempo 1975-1985). **Revista Brasileira de História**, v. 29, n. 57, p. 119-140, 2009.

SANTANA, Jacimara Souza. **Imprensa, educação e poder em Moçambique (1975-1985)**: a construção do Homem Novo. São Paulo: FAPESP/Cortez, 2010.

SANTANA, Jacimara Souza. **Mulheres em Moçambique**: do lobolo ao feminismo. São Paulo: Cortez, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SCHAFF, Adam. **História e verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SERAFIM, Argentina. **Políticas educacionais para a promoção da rapariga em Moçambique**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SHELBAUER, Anaete Regina; ARAÚJO, José Carlos Souza. Imprensa e história da educação: algumas reflexões. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 25, p. 49-62, mar. 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SMITH, Adam. **The wealth of nations**. New York: Random House, 2003.

SOUSA, J. M. A. T. B.; PINTO, M. M. **A Educação e a Formação do “Indígena” em Moçambique Colonial**. [s.l.]: [s.n.], 2021.

SOUZA, Maristela de. **Mulheres em Moçambique: do discurso de libertação à luta por direitos**. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TAIMO, Hortêncio. **A educação em Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 2010. história, política e desafios

TVEDTEN, Inge. **Gender and poverty in Mozambique: an overview**. Maputo: Centro de Estudos Africanos/UEM, 2011.

UNICEF. **A crise global de água e saneamento: priorizando as ações**. Nova York: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien: UNESCO, 1998.

VALÁ, Salim. **Desenvolvimento agrário e papel da extensão rural no Chokwé (1950-2000): conflitos de interesses entre o Estado e os agricultores**. Maputo: CEDIMA. 2006.

VANTITIA, Felismina João Baptista; PALHANO, Isabel Castilho; MARUIM, Hemili Taynara; SILVA, Rosiane Machado da; **Convergências da mulher brasileira e da moçambicana no trabalho (1990- 1999)**. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 24, n. 00, p. e024014, 2024. DOI: [10.20396/rho.v24i00.8673557](https://doi.org/10.20396/rho.v24i00.8673557). Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8673557>. Acesso em: 7 jul. 2024.

VERDADE. **Revista Tempo: 40 anos depois, uma parte da história que se perde**. [S.l.]: [s.n.], [19--]. Disponível em: <https://verdade.co.mz/revista-tempo-40-anos-depois-uma-parte-da-historia-que-se-perde>. Acesso em: 7 jul. 2024

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A história da educação no Brasil: a imprensa periódica como fonte. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 4, p. 123-146, 2003.

VIDAL, João Manuel. **Mulheres na política moçambicana: trajetória e desafios**. Maputo: Promédia, 2017.

ZAMPARONI, Valdemir. **A Revista Tempo de Moçambique: uma história de um jornalismo em construção (1975-1985)**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a assalariado: o negro em Moçambique**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

ZAMPARONI, Valdemir. **A Revista Tempo: a história e a cultura em Moçambique**. [s.l.]: [s.n.], [19--].

ZANLORENZI, Cláudio. **Educação, Imprensa e Liberalismo: os discursos sobre a instrução pública no jornal O Pharol de Santos (1862-1869)**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

ZANLORENZI, Cláudio; NASCIMENTO, Cássia Maria de Lira. **Estado do conhecimento: imprensa e educação em Moçambique (1975-1990)**. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 12., 2020, Florianópolis.

ZIMBICO, Octávio José. **Morre a Tribo e nasce a Nação? Política, Administração e História do Ensino Primário em Moçambique (1962-2005)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ZIMBICO, Octávio José. Imprensa e história da educação em Moçambique: o periódico **Revista Tempo** como fonte. **Revista Cadernos de História**, v. 20, n. 32, p. 43-65, 2019.

ANEXO A- QUADRO 3 - IMPRESSOS SELECIONADOS (1990-1999) (continua)

TEMATICAS CATALOCADAS SOBRE A EDUCAÇÃO E MULHER NA “REVISTA TEMPO” 1990-1999				
Nr Ordem	Nr da Revista Tempo	Data da edição	Paginas	Temas ou Conteúdos abordados em cada Revista Tempo
1.	1014	18/03/1990	06-07	Trabalhar aguardando soluções
2.	1032	22/02/1990	27	Escolas de condução: privatizar para aumentar a eficiência
3.	1063	24/02/1991	12-15	Reforma escolar em Moçambique: privatização do ensino
4.	1103	08/12/1991	24-28	Professores: as greves de direito
5.	1129	07/06/1992	03-11	Graduação dos primeiros licenciados: etapa de crescimento do ISP
6.	1172	09/05/1993	15-19	Reforma escolar em Moçambique:realidades e perspectivas de desenvolvimento do SNE (parte II)
7.	1187	27/07/1993	16-21	Educação Básica para todos: um propósito distante
8.	1200	15/12/1993	11-14	Passar com nota\$ ou com notas? Educação em Quelimane, “só petisca quem arrisca”
9.	1278	18/06/1994	22-24	Maputo: escolas comunitárias reclamam apoio
10.	1313	18/02/1996	14-20	Fazer crescer o “S” precisa-se: PRE- o símbolo da ilusão
11.	1343	15/09/1996	09-10	Educação está preparada para ensinar democracia?
12.	1358	29/12/1996	12-15	Fim do ano lectivo de 1996: sucessos e fracassos na “balança”
13.	1398	16/08/1998	26-27	Crianças de mães alfabetizadas mais saudáveis
14.	1401	06/09/1998	37 a 39	Gênero. Moeda de se falar da Mulher
15.	1402	13/09/1998	8 a 12 e 17 a 19	Falta alegria na educação; Magude: Alunas grávidas podem estudar?
16.	1403	20/09/1998	38 a 39	Para ensino Obrigatório. Dicionário das línguas Moçambicanas
17.	1404	27/09/1998	1,19 a 21	Educação à distância: Da primária a Universidade a estudar a “remoto controlo”
18.	1405	11/10/1998	23 a 27	Escola? Não Obrigado! Coqueiro é melhor...
19.	1412	29/11/1998	28 a 31 e 49 a 50	Dirigido aos professores. Programa Radiofónico devia ser educativo; Sussundenga: Caça desvia crianças da escola; Educação bilingue "Um novo impulso à alfabetização".

ANEXO A- QUADRO 3 - IMPRESSOS SELECIONADOS (1990-1999) (conclusão)

TEMATICAS CATALOCADAS SOBRE A EDUCAÇÃO E MULHER NA “REVISTA TEMPO” 1990-1999				
Nr Ordem	Nr da Revista Tempo	Data da edição	Paginas	Temas ou Conteúdos abordados em cada Revista Tempo
20.	1413	06/12/1998	24 a 28	Três milhões de dólares para expandir Inglês em Moçambique; Nampula: Universidade aproxima-se dos pobres
21.	1415	20/12/1998	8 e 53	Educação (Desenvolvimento curricular);
22.	1416	27/12/1998	8 a 9	O ensino de Português na 1ª classe em Moçambique
23.	1438	09/05/1999	29 a 31	Inhambane " Entre 5 e 6 filhos cada mulher"
24.	1440	13/06/1999	1,40 a 43	Dia da criança Africana " A cultura também alimenta"
25.	1443	04/07/1999	28	Escola de Jornalismo : 123 estudantes em exames
26.	1446	01/08/1999	24 a 29	Alfabetização por religiões: as autoridades moçambicanas encorajam; Ausência da Educação Multipartidária; Ensino a deriva
27.	1450	29/08/1999	49 a 50	Das empresas Gráficas de Maputo: Assédio sexual leva mulheres ao desemprego
28.	1455	10/10/1999	1,14 a 16,30 a 31	Ensino à distância; Província de Inhambane: Professores contratados de " costas viradas " com a educação; O Exame de admissão; Educação: Revisão Curricular
29	1456	17/10/1999	30 a 31, 41 a 42	Tete...Infertilidade pode ser ultrapassada; Filosofia nas escolas
30.	1465	26/12/1999	26 a 27 e 62 a 63	Educação /Província de Inhambane: Professor Valentim quer revolucionar o ensino da Física; Graduação de professores: IMAP da Matola gradua 212 professores

ANEXO B - CAPAS DE REVISTAS

